

desidades



REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

25

ISSN 2318-9282

número 25

ano 7

out — dez 2019

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Andréa Martello

Paula Uglione

Renata Alves de Paula Monteiro

Renata Tomaz

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Adelaide Rezende de Souza

Ana Paula Oliveira e Silva Carneiro

Antônio Gonçalves Ferreira Júnior

Felipe Salvador Grisolia

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Melo

Lis Albuquerque Melo

Luísa Evangelista Vieira Prudêncio

Paula Pimentel Tumolo

Renata Tavares da Silva Guimarães

Sofia Hengen

EQUIPE TÉCNICA

Gabriela Fernandes Castro

Julia Oliveira Moraes

Julia Page

Leticia Rosa Machado

Luana Papelbaum Micmacher

Maria Clara Teldeschi

Maryssol Monteiro Fernandes do Nascimento

Melly Meireles

Michelle Rodrigues Simões

Nahan Rios

Natália Belarmino

Túlio Ferreira Fialho

REVISOR

Welton Pereira e Silva

TRADUTORAS

Flavia Ferreira dos Santos

Karima Oliva Bello

Sofia Hengen

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Cristina Soares de Gouvea	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, México
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL	07
TEMAS EM DESTAQUE	
É um bebê! Olhares das Ciências Sociais sobre os primeiros anos de vida <i>Pablo De Grande E Carolina Remorini</i>	10
Violência autoinfligida: jovens indígenas e os enigmas do suicídio <i>Lucia Helena Rangel</i>	27
As crianças no processo migratório: uma realidade que continua vigente <i>Karina Benavides T. Daniel Llanos Erazo</i>	39
Infância, alteridade e cuidado: reflexões para um campo em construção <i>Equipe Niñez Plural</i>	48
Escola e Projetos de Vida: o que dizem os(as) jovens sertanejos(as) de Alagoas <i>Isabel Cristina Oliveira da Silva E Ana Maria Freitas Teixeira</i>	59
ESPAÇO ABERTO	
Olhares e representações da infância no cinema <i>ENTREVISTA DE Fabiana de Amorim Marcello COM Camilo Bácares Jara</i>	70
INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	
RESENHAS	
Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos. Organizado por Veriana Colaço, Idilva Germano, Luciana Lobo Miranda, João Paulo Barros. <i>RESENHA POR Ângela de Alencar Araripe Pinheiro</i>	86
Infancia / Dictadura. Testigos y actores (1973-1990), de Patricia Castillo-Gallardo. <i>RESENHA POR Camilo Bácares Jara</i>	91
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	96
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	99

Fechar um ano responde ambivalentemente pelas realizações e conquistas e, ao mesmo tempo, pela despedida das dificuldades e agruras vivenciadas. 2019 foi um ano especialmente difícil cuja alegria, ante seu término, pende mais para o fato de se ter sobrevivido ao desmonte impetrado como política de governo à área da ciência, educação pública e cultura no Brasil. A Revista DESidades completou em 2019 seis anos de publicação ininterrupta de edições trimestrais no campo da infância, adolescência e juventude. Como acontece com frequência no país, e em outros da América Latina, as revistas científicas contam com a colaboração voluntária de docentes e estudantes que se dedicam à causa e ao trabalho de editoração científica. No entanto, as condições deste trabalho voluntário tem piorado drasticamente com a produção da escassez de recursos que podem dar suporte à publicação das pesquisas científicas. Visibilizar cientificamente – através da divulgação do conhecimento científico - a infância e a juventude latino-americanas permanece nossa política editorial incontestada, o que nos motiva a iniciar este Editorial da última edição de 2019 assumindo publicamente a indignação frente às políticas obscurantistas para a ciência, cultura e educação no último ano no Brasil.

No entanto, a Equipe Editorial da DESidades considera que, apesar das dificuldades, não podemos abrir mão desta tarefa cujo ideal desponta para a criação e consolidação de um veículo de discussão científica sobre a infância, a adolescência e a juventude latino-americanas a partir de uma visão crítica e libertadora. Essa visão incide tanto sobre a forma de compreender o papel decisivo de crianças e jovens na construção e no cuidado com o mundo em que todos vivemos, como também sobre a forma de conceber o papel dos pesquisadores na construção de teorias científicas que sejam interpeladas pelas questões sociais da nossa história e dos nossos territórios. Deste modo, veicular a pesquisa científica sobre a infância e a juventude latino-americanas abraça, convictamente, o compromisso com o avanço do conhecimento científico que possa servir às lutas para maior justiça e igualdade nos países latino-americanos. Até mesmo porque, para aqueles que pesquisam e estudam as questões da infância e juventude, sabemos como a visão estereotipada, preconceituosa e equivocada tem pautado as políticas públicas para estas categorias sociais e etárias.

Mas a cada lançamento de mais uma edição da revista DESidades renovam-se as alegrias de podermos trazer ao público mais discussões e pesquisas de qualidade que adensam a compreensão sobre ser jovem ou criança na América Latina. Nesta edição, a seção Temas em Destaque contempla cinco artigos com assuntos bem diversos. O artigo inicial traz o estado da arte da pesquisa com bebês e discute como este campo de pesquisa – ainda marginal nas Ciências Humanas e Sociais – põe em cheque visões societárias de tempo presente e futuro, dos ideais coletivos e das possibilidades particulares – o quê se é e o quê se quer que sejamos, autorado pelos pesquisadores argentinos Pablo De Grande e Carolina Remorini. Em seguida, Lucia Rangel, antropóloga, pesquisadora

dos povos indígenas, problematiza a violência e exploração infligida a estes povos, tematizando o suicídio de jovens indígenas em suas múltiplas modalidades e modos de articular campos semânticos diversos. Karina Benavides e Daniel Erazo, pesquisadores do Equador, apresentam uma discussão sobre o quê acontece com as crianças cujos pais migram do Equador com o intuito de lhes dar uma vida materialmente melhor – quais são as marcas e as feridas deste processo migratório sobre as crianças. A Equipe Infância Plural – coletivo de pesquisadores argentinos que trabalha sobre temas da infância – assina o artigo que expõe como as noções de infância, alteridade e cuidado se articulam determinando modos e práticas de os adultos se relacionarem com as crianças. Finalmente, as pesquisadoras brasileiras Isabel Cristina da Silva e Ana Maria Freitas Teixeira discutem os projetos de vida de jovens que vivem na zona rural do Estado de Alagoas, Brasil, expondo as imensas dificuldades que enfrentam para concretizar seus planos de futuro no que tange a estudos e trabalho.

Na seção Espaço Aberto, a pesquisadora brasileira Fabiana de Amorim Marcello entrevista o professor Camilo Jaras sobre a presença da infância no cinema colombiano. Enfim, na seção de Informações Bibliográficas apresentamos resenhas de publicações recentes e o levantamento de 28 livros publicados no último trimestre nas áreas das Ciências Humanas e Sociais cuja informação pôde ser rastreada nos sites de editoras de todos os países latino-americanos.

Ainda, em nome da Equipe Editorial, gostaríamos de agradecer aos pesquisadores e docentes cuja nominata se encontra abaixo por haverem atuado como consultores e avaliadores ad-hoc da Revista DESidades ao longo de 2019. O nosso muito obrigada!

Boa leitura a todos e todas!

Lucia Rabello de Castro
EDITORA CHEFE

Ana Cláudia de Azevedo Peixoto – Brasil, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Ana Cristina Serafim da Silva – Brasil, Universidade Federal do Tocantins
Ana Maria Monte Coelho Fronta – Brasil, Universidade Federal do Ceará
Anamélia Franco – Brasil, Universidade Federal da Bahia
Andréa Vieira Zanella – Brasil, Universidade Federal de Santa Catarina
Anete Abramovicz- Brasil, Universidade Federal de São Carlos
Angela de Alencar Araripe Pinheiro - Brasil, Universidade Federal do Ceará
Antônio Hilário Aguilera Urquiza – Brasil, Universidade de São Paulo /Ribeirão Preto
Bianca Salazar Guizzo – Brasil, Universidade Luterana do Brasil
Carmen Lucia Sussel Mariano - Brasil, Universidade Federal do Mato Grosso
Dalva Maria Borges – Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Débora Imhoff – Argentina, Universidad Nacional de Córdoba
Denise Maria de Carvalho Lopes – Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Diana Milstein – Argentina, Universidade Nacional de La Matanza
Djaci David de Oliveira – Brasil, Universidade Federal de Goiás
Edson Guimarães Sagesse - Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Cristina Silveira Lemos - Brasil, Universidade Federal do Pará
Guillermo de la Paz Arias Beaton - Cuba, Universidad de La Habana
Helenice Ferreira - Brasil, Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Jader Janer Moreira Lopes – Brasil, Universidade Federal Fluminense
Julio Cesar de Oliveira Nicodemos – Brasil, Universo
Leila Maria Torraca de Brito – Brasil, Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier – Brasil, Universidade Federal do Piauí
Lucia Helena Rangel – Brasil, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Luciana Araujo – Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Márcia Stengel – Brasil, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Mirela Figueiredo Iriart – Brasil, Universidade Estadual de Feira Santana
Mônica Rebecca Ferreira Nunes – Brasil, ESPM
Patrícia Sorribas – Argentina, Universidad Nacional de Córdoba
Paula Land Curi – Brasil, Universidade Federal Fluminense
Rosane Melo Braga – Brasil, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Roselene Gurski – Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Tatiane Leal – Brasil, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Telma Regina de Paula Souza – Brasil, Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Maria Ramos de Vasconcellos – Brasil, Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Verônica Salgueiro do Nascimento – Brasil, Universidade Federal do Cariri



IMAGEM: PxHere

É um bebê! Olhares das Ciências Sociais sobre os primeiros anos de vida

Pablo De Grande
Carolina Remorini

Guaguas, bebê, bambino, babies, bébé, mitã pytã, pichike che, ‘o’ o,... diferentes formas de denominar que implicam uma diversidade de crenças, práticas, valores e sentimentos com relação aos bebês. Por que as pessoas têm bebês? Os bebês são pessoas? Como um recém nascido da espécie humana se torna um “bebê”? São seres racionais? Os bebês têm cultura? Eles são seres passivos ou ativos? Eles são uma tábula rasa? Por que precisam de cuidados especiais? Estas são algumas perguntas que têm sido formuladas acerca desse sujeito peculiar e universal e, paradoxalmente, ainda tão pouco compreendido pelas Ciências Sociais e pelas Humanidades.

Embora nas últimas décadas a produção acadêmica em torno da infância e das crianças tenha crescido de maneira consistente, cabe recordar, seguindo Gottlieb (2009) e Tebet e Abramowicz (2018), que o fato de focar a infância nem sempre significou para as Ciências Sociais ter os bebês como foco. Assim, Tebet e Abramowicz (2018, p. 295) se perguntam: “Um bebê é uma criança?” Com essa pergunta, as autoras colocam um debate lícito e necessário: é possível incluir os bebês nos estudos sociológicos e antropológicos sobre a infância? O que foi produzido até agora nestes e em outros campos disciplinares acerca da vida social dos bebês? São adequados e suficientes os enfoques, as metodologias e as técnicas desses campos para dar conta da especificidade das experiências dos bebês?

Neste artigo, refletimos sobre o modo como a preocupação por problematizar os bebês se desdobrou ao longo do século XX em duas grandes perspectivas de pesquisa, a partir de uma seleção bibliográfica que busca dar conta dos desenvolvimentos disciplinares e interdisciplinares. A reunião desta produção sob duas perspectivas – aqui chamadas *enfoque antecipatório* e *enfoque vivencial* – se orienta por perguntas como: “sobre quais bebês foi construída a maior parte da produção científica sobre a primeira infância?”, “sobre quais evidências empíricas definimos o status e os atributos dos bebês e as formas pelas quais nos relacionamos com eles?”

Por um lado, diante de uma ausência de conhecimento sistemático, desde o final do século XIX é possível observar a multiplicação de materiais médicos, psicológicos e jurídicos que procuraram identificar formas ótimas de cuidado e de reconhecimento da “natureza” das crianças. Esses trabalhos se enquadram no *enfoque antecipatório* (Qvortrup, 2009), no qual os bebês são valorados pelo seu potencial desenvolvimento futuro, e as ações relevantes pesam no sentido de moldar de forma vigorosa esse porvir. O que ocorre na primeira infância é importante pelas suas consequências nas demais etapas do curso vital e no desenvolvimento de uma sociedade, isto é, enquanto *capital humano*.

Por outro lado, a partir de 1980-90, podemos constatar o surgimento de um segundo olhar acadêmico sobre os bebês, que não tem como preocupação central o seu

¹ Este trabalho foi realizado com financiamento do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la Argentina (CONICET).

desenvolvimento e a sua saúde nem o impacto nos níveis de morbi-mortalidade de uma sociedade, mas está interessado em abranger as realidades e os conflitos dos bebês na trama cotidiana, entre as famílias, as comunidades e as instituições. Essas pesquisas, as quais chamaremos de *enfoque vivencial*, constituem uma produção acadêmica orientada a compreender como as pessoas e os seus entornos sociais desenvolvem a suas estratégias de vida, na qual os bebês são considerados atores nesses contextos culturais complexos. Deste modo, os bebês interessam “em tempo presente”.

Consideramos que essa taxonomia permite organizar e classificar pesquisas transcendendo os limites disciplinares, reconhecendo convergências e diferenças entre elas. Uma forma de contrastar as duas perspectivas propostas neste texto é retomar a distinção introduzida tanto por Uprichard (2008) quanto por Qvortrup (2009) entre *being* e *becoming*: os bebês como adultos em construção (*becomings*) e os bebês como seres capazes, que se envolvem ativamente em compartilhar e construir significados culturais enquanto participam do seu próprio processo de desenvolvimento (*beings*). Essa distinção é particularmente relevante em todos os cenários nos quais o interesse e o respeito por um bebê “em tempo presente” podem ser opostos a ações baseadas em ideias de desenvolvimento e de futuro promovidas como desejáveis, que partam particularmente da comunidade médica, do Estado ou de qualquer instituição da sociedade civil (Qvortrup, 2009).

Nas seções seguintes, caracterizamos ambas as perspectivas e, no final, refletimos sobre os principais contrastes quanto às origens, aos objetivos, ao alcance e aos quadros teórico-epistemológicos de cada uma, entre outros aspectos (Figura 1), bem como sobre os seus pontos de articulação. Não se trata de produzir uma leitura valorativa nem simplista, já que ambos os conjuntos reúnem estudos diversos, cujo alcance é difícil de ponderar neste espaço, mas de mostrar a necessidade de considerar a suas contribuições e limitações, os possíveis diálogos, no sentido de avançar em direção a abordagens mais compreensivas dos bebês e da sua vida social.

Figura 1: Síntese das principais características do enfoque antecipatório e do enfoque vivencial de pesquisa sobre primeira infância

	Enfoque antecipatório	Enfoque vivencial
Alcance	Universalista	Relativista
Fundamento	Biológica	Cultural
Disciplinas	Pediatria, Puericultura, Psicologia	Antropologia, História, Sociologia
Início	1880	1980-90
Quadro teórico	Positivismo	Interpretativo - Construtivismo
Métodos	Experimental, Correlacional	Observacional, Hermenêutico
Âmbito	Laboratório	Natural
Sujeitos	Amostra controlada	Comunidades
Temporalidade	Futuro	Presente
Bem-estar	Objetivo	Subjetivo

Fonte: elaboração própria com base em levantamento bibliográfico.

Bebês em tempo futuro: o enfoque antecipatório

A primeira dessas aproximações se organiza em grande medida a partir de uma concepção dos bebês como projeto, como futuro, como seres a “proteger”, “modelar” e/ou “domesticar”². O conhecimento produzido procura fórmulas universalistas (válidas para todo bebê humano), e as disciplinas que contribuíram principalmente para esta linha foram a pediatria, a puericultura e a psicologia.

A construção da primeira infância como objeto científico coincide com a vontade de regular e de administrar as dinâmicas demográficas das populações governadas, o que acarretou diferentes estratégias para assegurar a sobrevivência, a saúde e a força física dos bebês, entendendo-os como os homens do amanhã, e ao mesmo tempo, como os cimentos sobre os quais se constrói a sociedade (Foucault, 2006). Essas ideias podem ser reconhecidas tanto em pesquisas quanto em produções de divulgação de caráter médico, psicológico, educativo e jurídico, que começam a ganhar volume a partir do final do século XIX e chegam até os nossos dias (Nari, 2004; Costa et al., 2006).

Com uma lógica de maximização econômica, o controle dos perigos que pudessem dizimar as populações ou prejudicar o seu bem-estar entrou, assim, nos horizontes das incumbências estatais, dando base ao surgimento dos sistemas nacionais de saúde e de educação em boa parte das nações de todo o Ocidente ao longo dos séculos XIX e XX. As ações, nesse sentido, confluíram na emergência de profissões e instituições, na criação de hospitais e na expansão de medidas sanitárias como campanhas de imunização, controles periódicos de saúde, “educação para a saúde”, entre outros. Com base nessas evidências, e ecoando a corrente higienista, diversas políticas de governo se orientaram a modificar as condições de vida, especialmente nos centros urbanos e nos seus setores mais empobrecidos (Armus, 2007). O higienismo propôs a necessidade de intervir mediante o planejamento urbano e da saúde pública nos fatores sócio-residenciais e culturais que viriam a reduzir as taxas de mortalidade e morbidade das populações (Nari, 2004; de Paz Trueba, 2019).

Nesse contexto, a pediatria, como especialidade em processo de construção, informa fundamentalmente sobre o funcionamento fisiológico, as necessidades nutricionais, os ritmos “normais” de crescimento e as patologias que possam comprometer esses fatores (Lima, 2012; Colangelo, 2012). A puericultura, como disciplina de aplicação derivada, tomará esses dados e parâmetros para orientar e/ou sancionar formas de criação e de cuidado dos bebês em consonância, igualmente, com os estudos no campo da psicologia (Bonilha, 2004). Esta última enfocou os bebês e a primeira infância a partir de perspectivas muito diferentes, as quais, com independência da diversidade de enfoques e de metodologias, confluem na construção de classificações de formas “normais” e

² *Domesticar* em seu duplo sentido: de subtrair as suas condutas instintivas e naturais, de *humanizar* instruindo uma cultura (Jenks, 1996), mas também em relação a restringi-los ao espaço doméstico, como espaço de circunscrição oposto aos “riscos” dos espaços públicos da vida urbana, como a rua, o mundo laboral e o mundo político (Aguilar, 2013; Collin, 1993).

“saudáveis” de interação entre bebês e adultos, por oposição a outras “patológicas” e/ou potencialmente “prejudiciais” para o desenvolvimento (Lancy, 1996; Bonnet, 1996, 2003; Lima, 2012; Otto; Keller, 2014; LeVine; New, 2008).

De mãos dadas com as disciplinas emergentes mencionadas, registra-se uma ressignificação, sob diretrizes médicas, dos modos pelos quais as crianças deviam ser atendidas e criadas durante a infância (Colangelo, 2004). Essa perspectiva acerca dos bebês e do seu cuidado se orienta principalmente à sua proteção frente aos riscos que acarretariam as crenças populares e tradicionais do cuidado (Rustoyburu, 2019). Associado a isso, reconhece-se um conjunto de deslocamentos nos arranjos familiares e comunitários com os quais os bebês são introduzidos ao mundo.

Através de regulações e intervenções em diferentes níveis, foi propiciada a desvalorização – em certos casos por meio de proibições e obrigações diretas – de muitos papéis e práticas bem consolidadas. De maneira muito sucinta, pode-se dizer que essa transformação implicou na generalização de um modelo apoiado na centralização das tarefas de cuidado dos bebês e das crianças pelas mães e pelos sistemas estatais de educação e de saúde. As amas de leite, os instrutores privados e informais e as diversas formas de medicina tradicional passaram a ocupar um lugar primeiro subsidiário e depois marginal, até praticamente desaparecerem em alguns lugares em menos de um século (Allemandi, 2012; Pereira, 2006; Soler, 2011).

Os saberes científicos que sustentavam essas regulações, assim como as pautas de criação que foram promovidas como modelos com base na pediatria, na saúde pública e nas revistas para pais, foram criticados por serem, em muitos casos, muito mais meros porta-vozes de valores eurocentrados da infância e da família do que evidência empírica bem fundada das necessidades e experiências dos bebês em diferentes sociedades ao redor do mundo (Henreich et al., 2010). Raramente os povos indígenas ou de comunidades camponesas mestiças latino-americanas ou de outras latitudes foram objeto de estudos de psicologia do desenvolvimento ou de outros campos de pesquisa afins (Rogoff, 2003). Nessas comunidades, de maneira geral, pelo menos no âmbito latino-americano, o foco esteve desde meados até o final do século XX na morbi-mortalidade e no manejo de epidemias e, pouco depois da década de 90, começou a se dar ênfase ao estudo de aspectos mais amplos relativos ao crescimento e ao desenvolvimento (Hirsch, 2015; Remorini, 2013b). Como exceção a essa tendência, cabe mencionar, por exemplo, o estudo de Bazelon, Robey e Collier (1969) sobre o desenvolvimento das crianças menores de um ano em comunidades maya zinancatecas, utilizando uma aproximação multi-metódica que combinou a experimentação com a observação etnográfica.

O escasso interesse por bebês e crianças para além dos âmbitos urbanos e dos setores médios, que se observa até alguns anos atrás na pesquisa médica e psicológica, contrasta com o interesse precoce da antropologia e de algumas vertentes da psicologia por estes bebês (LeVine; New, 2008).

De forma crescente, são registrados avanços na consideração do desenvolvimento infantil em contexto, questionando esses modelos universalistas e disciplinares, para

dar passagem a enfoques contextuais inter e transdisciplinares³. Isto supõe transcender as assimetrias que introduzem esses modelos, categorias e classificações sobre as crianças, suas vidas e seus eventuais “problemas de desenvolvimento” (Bonnet, 2003; de Suremain, 2003; Rowensztein; Kremenchuzky, 2019). Implica, além disso, em incorporar os bebês ao seu “aqui e agora”, às suas relações dinâmicas com os entornos nos quais vivem e participam, às formas diversas de cuidado e criação, às suas experiências significativas e às múltiplas leituras que delas existem. Esses aspectos constituem o eixo do que chamamos o *enfoque vivencial*.

Bebês no tempo presente: o enfoque vivencial

A segunda perspectiva reúne um grupo de estudos que vêm para disputar a hegemonia da visão dos bebês como um “ativo a proteger”. Os saberes assim produzidos são locais e eventualmente comparados, e as principais contribuições vieram de pesquisas em antropologia, sociologia e história.

Embora possamos citar alguns estudos paradigmáticos, como os de Ariès (1987 [1962]) sobre as mudanças sócio-históricas da infância nos primórdios da modernidade, tradicionalmente as Ciências Sociais prestaram pouca atenção à infância e aos bebês como população de interesse, com exceção de algumas questões ligadas à educação das crianças (Durkheim, 1975 [1922]) ou de pesquisas específicas em que estas foram consideradas nas explicações sobre as origens da variabilidade humana em termos culturais e biológicos (Boas, 2008 [1911]).

No caso da Antropologia, por sua vez, a observação dos bebês, do que fazem, do que se faz com eles e do que se pensa sobre eles foi o foco de estudos pioneiros como os de Fortes (1938); Mead (1954, 1961); Linton (1936); Dennis (1940); Bateson e Mead (1942); Whiting e Whiting (1975). Essas pesquisas, embora partam de diferentes ideias teóricas e metodológicas, e com maior ou menor pretensão comparativa transcultural, demonstraram a existência de uma ampla diversidade e, ao mesmo tempo, regularidades em torno de atitudes, disposições, interações, saberes, perguntas e hipóteses que existem em torno dos bebês e de suas experiências em contextos culturais particulares. Assim, vincularam isso a saberes e valores acerca da pessoa, das relações sociais, da saúde, do desenvolvimento, os quais têm efeitos práticos no cuidado e na interação com os bebês (Zelizer, 1985; Conklin; Morgan, 1996; Scheper Hughes, 1992; Morgan, 2008; Lancy, 2014).

Essas iniciativas questionaram a viabilidade de se fazer pesquisa social considerando somente os sujeitos adultos como participantes da vida social, ou mantendo a categoria *criança* como “tábula rasa” a socializar. Nesse sentido, o trabalho de Mead foi pioneiro,

³ Aquí pode-se mencionar como exemplo desta transição a abordagem do desenvolvimento infantil a partir do enfoque dos *determinantes sociais e ambientais* adotado na última década por pesquisadores e por organismos de governo e multilaterais (Raineri et al., 2015).

ao ressaltar a importância da observação da vida diária dos bebês e das crianças, nos seus entornos, já que essa observação permite o reconhecimento deles enquanto sujeitos dos quais a Antropologia tem muito que aprender se quiser compreender a vida social de um povo (Remorini, 2009).

No decorrer do século XX, a partir de múltiplas disciplinas, começou a se construir um conhecimento com bases empíricas que explicitam que os bebês e o seu cuidado não podem ser compreendidos adequadamente por uma imagem única e universal do desenvolvimento e da vida infantil (Greenfield, 1972; Super, 1976; Greenfield et al., 1989; Rogoff, 2003; Edwards et al., 2006; Razy, 2007; Chrisholm, 2008 [1978]; Levine; New, 2008; Karasik et al., 2010).

Como destacamos em outro lugar (De Grande et al., 2016), desde a década de 1990, novas linhas de pesquisa vinculadas à infância se consolidaram em Sociologia (James; Prout, 1998; Jenks, 1996; Carli, 1999; Corsaro, 2011), Antropologia (Toren, 1993; Hirschfeld, 2002; Nunes, 2003; Cohn, 2005; Szulc, 2006; Montgomery, 2009; Scheper Hughes; Sargent, 2011; Pires, 2010; Ospina et al., 2014) e História (Zelizer, 1985; Alcubierre Moya; Carreño King, 1996; Rojas Flores, 2004; 2010; Lobato, 2019). Do mesmo modo, diferentes linhas se consolidaram através da colaboração entre a Antropologia e a Psicologia (Rogoff, 2003; Guidetti, et al., 2004). Essas contribuições analisam e problematizam temas novos e retomam algumas preocupações “clássicas”: agência, subjetividades, emoções, cuidados, aprendizagem, cidadania, direitos, entre outros.

Apesar desse interesse acadêmico voltado para a infância, os bebês receberam inicialmente escassa atenção e só tardiamente começaram a ser incorporados nas agendas de pesquisa social (Gottlieb, 2009; Tebet; Abramowicz, 2014)⁴. A primeira questão que essas abordagens sociais sobre a primeira infância destacaram foi a necessidade de dar conta dos bebês “em tempo presente”, isto é, da sua vida cotidiana, dos seus vínculos, dos seus modos de expressão e de participação nos entornos dos quais fazem parte (Cervera Montejano, 2009; Lareau, 2011; Gaskins, 2000; Moro, 2002; Razy, 2007).

Desse modo, os estudos sociais da primeira infância reforçam a noção de que ser bebê é uma categoria histórica, classificatória e performativa, enclassada e enclassante interseccionalmente no gênero, na classe, na etnia e na idade (Scheper Hughes; Sargent, 2011; Szulc; Cohn, 2012; Castro, 2007; Hagestad; Uhlenberg, 2005). Neles se destacam as interdependências entre as representações da maternidade, da paternidade e dos recursos sociais e culturais disponíveis. Ressalta-se a necessidade de considerar as expectativas, práticas, tradições e desejos em torno de papéis e relações com os bebês; analisam-se a organização social, as interações e solidariedades intergeracionais a respeito da criação (Morgante; Remorini, 2018), o lugar da domesticidade e do gênero como matrizes históricas organizadoras do cuidado infantil (Gilligan, 1982; Hochschild;

4 Para ilustrar a continuidade desse fenômeno, pode-se mencionar a escassa representação dos bebês nos trabalhos de levantamento bibliográfico levados adiante por Szulc e Cohn (2012) e por Milstein e Tamarazio (2018) sobre o estado da arte da produção regional de antropologia da infância.

Machung, 1989), assim como as transformações nos modos de procriação e criação e as suas consequências sobre a circulação de bebês e crianças (Briggs; Marre, 2009; Marre; Bestard, 2004).

O transitar pelos primeiros meses de vida aparece inserido no extenso arco da trajetória pessoal e da distribuição social do poder, problematizando como cada contexto sociocultural estrutura as suas categorias etárias e a relação entre elas, atribuindo lugares, capacidades, recursos e conexões específicas aos seus ocupantes (Esquivel et al., 2012; Aguirre; Ferrari, 2014). A partir do olhar crítico dos sistemas de papéis pelos quais cada sociedade administra a sua reprodução biológica e social, mas também a partir do olhar do bebê como pessoa, essa perspectiva se propôs a construir saberes que permitissem ampliar as capacidades e o reconhecimento daqueles que transitam por esse momento vital ou daqueles que os acompanham ou sustentam (Faur, 2014; Gherardi et al., 2012).

Reconhecendo como antecedente alguns desses estudos e enfoques, as pesquisas dos autores deste artigo se inserem no sentido de dar aos bebês o lugar de sujeitos de estudo legítimos para a pesquisa social.

Os bebês (*mitã pytã*) Mbya Guarani (Misiones) e as suas primeiras experiências e interações no contexto das rotinas das unidades domésticas das suas comunidades indígenas foram o foco de uma pesquisa etnográfica que procurou problematizar a noção de ciclo de vida e a sua abordagem a partir das vertentes mais clássicas da Antropologia (Remorini, 2009). Com foco na observação de bebês e crianças e dos seus cuidadores, nas práticas de criação e de cuidado e nas formas pelas quais eles se integram em diversas atividades e espaços, propôs-se articular essas experiências cotidianas aos saberes, valores e expectativas culturais em torno à pessoa Mbya, em um contexto de transformações ambientais, culturais, econômicas e políticas. Assim, também se questionou a adequação de categorias e de modelos acerca do “crescimento” e do “desenvolvimento” das crianças à diversidade de trajetórias infantis nesses povos indígenas (Remorini, 2010a; 2010b; 2012; Remorini; Rende, 2014). Esse propósito continua orientando a pesquisa mais recente sobre esses aspectos, enfocando nas *guaguas* de comunidades rurais dos Valles Calchaquíes (Salta) (Remorini, 2013a; Remorini; Palermo, 2016). Em ambos os casos, busca-se contribuir para a produção acadêmica sobre bebês e crianças em cada contexto, muito escassa no primeiro e inexistente no segundo, no momento de iniciar a pesquisa.

Por sua vez, a pesquisa na cidade de Buenos Aires tornou possível rastrear as relações dos bebês com os seus círculos familiares, com os seus espaços urbanos e com a organização do tempo e dos diferentes âmbitos institucionais pelos quais eles circulam (De Grande, 2012; 2015a; 2015b). A configuração de cada uma dessas dimensões supunha estruturas de oportunidades diferenciadas para as crianças nas suas práticas cotidianas, bem como quadros emocionais e valorativos singulares dos quais participar e se iniciar (De Grande, 2016a; 2016b; 2019).

Finalmente, cabe destacar que a maior parte das pesquisas reunidas nesta seção, sejam estudos de caso ou comparativos transculturais, procuram evitar os riscos derivados de

tomar sujeitos urbanos e ocidentais como representativos da população mundial. Para tal, deslocam com frequência os seus campos de observação a um espectro mais amplo de países e a contextos mais heterogêneos em termos sociais e culturais, destacando a variabilidade de experiências infantis (Lancy, 1996; De Loache; Gottlieb, 2000). Nesse sentido, essas pesquisas contrapõe às visões positivas e normativas da “boa criação” ao estudo *das criações, dos cuidados, dos jogos, das emoções* e das demais experiências em torno dos bebês.

Palavras finais

No livro *In a different voice*, Carol Gilligan (1982) percebeu que, nos discursos cotidianos das mulheres, era possível reconhecer formas de compromisso e de responsabilidade pelos outros que eram singulares dessa posição de gênero, que essas formas só podiam ser vistas e compreendidas ao se escutarem as vozes que usualmente não eram ouvidas. Essa chave interpretativa, acreditamos, pode ajudar a dar sentido ao que foi apresentado até aqui.

A perspectiva antecipatória, baseada principalmente em contribuições das disciplinas médicas, psicológicas e jurídicas, mostrou uma enorme capacidade instrumental, enquanto contribuiu para delimitar e resolver problemas que afetaram e afetam as vidas dos bebês com uma efetividade inédita antes do século XX. O foco no crescimento e no desenvolvimento fez dos bebês um potencial a proteger, acompanhar, modelar, regular e assistir. As disciplinas “psi” ofereceram modelos e conceitos que iniciaram e expandiram a nossa compreensão sobre os aspectos subjetivos do desenvolvimento do bebê, com efeitos práticos no cuidado e na criação. Embora ambos os tipos de saberes venham principalmente de pesquisa e prática em âmbitos delimitados (consultórios, laboratórios, gabinetes), estes tentaram estender o seu alcance para além desses limites. Esses saberes e os valores e critérios aos quais deram lugar foram construídos e legitimados sobre a base do estudo de bebês, na verdade, bem mais atípicos, em termos de sua representatividade da variabilidade humana. O reconhecimento das contribuições dessas pesquisas não impede destacar que essa abordagem teve dificuldades para compor com maior pluralismo a construção dos seus saberes. Apesar de seu destaque, outras vozes precisam ser ouvidas.

As práticas, as metodologias, os espaços e os objetivos das pesquisas em Ciências Sociais, de maneira crescente e consistente nos últimos 30 anos, fizeram emergir e circular novos discursos sobre os bebês. Os bebês queridos e perdidos; os bebês próprios e os apropriados; os bebês que vivem à margem; os bebês que crescem em qualquer lugar. As suas mães, os seus pais, os seus irmãos, os seus outros; os seus choros, os seus balbucios, são “vozes diferentes” que dão conta do fato de que os bebês não ficam só doentes, eles comem, dormem ou morrem. Que também (se) alegram, maravilham, desorganizam, desejam, abraçam, reclamam, desconcertam.

É assim que falar sobre os bebês em Ciências Sociais conduziu, entre muitas outras coisas, a falar das pessoas ao seu redor, a problematizar a distribuição do trabalho, de papéis e de recursos para o cuidado, do peso relativo entre biologia e cultura nas trajetórias dos

bebês, das desigualdades de gênero e de idade, dos vínculos, do jogo, das emoções e da sua história. Isso não é produto de um mero discorrer por temas a partir dos bebês: aquela frase “é preciso uma aldeia para criar uma criança” destaca os múltiplos aspectos que atravessam as vidas dos bebês, e como a pesquisa disciplinar e interdisciplinar deve ecoar esta multidimensionalidade.

Os enfoques apresentados tensionam a compreensão desta etapa vital, partindo de pólos que parecem antagônicos: universalidade e particularidade, objetividade e subjetividade, biologia e cultura, indivíduo e sociedade, presente e futuro. Esses pares, no entanto, não devem ser vistos sob um ponto de vista reducionista como opostos. Ao contrário, em prol de reconhecer a complexidade desse campo de conhecimento ainda em consolidação, eles podem ser repensados, contextualizados, interrogados e postos em relação. Ali, onde nos vemos mais pequenos e mais estranhos, ali, onde as nossas vidas e as dos outros começam, se desdobram preocupações, motivações e sentidos individuais e coletivos que ainda precisam, em boa medida, serem atendidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, P. Domesticidad e intervención: el “hogar” en los debates de la questão social (1890-1940). **Debate Público**, v. 3, n. 6, p. 43-58, 2013.

AGUIRRE, R.; FERRARI, F. **Las encuestas sobre uso del tempo y trabalho no remunerado en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Cepal, 2014.

ALCUBIERRE MOYA, B.; CARREÑO KING, T. **Los crianças villistas**. Una mirada a la história de la infância en México (1900-1920). México: INHERM, 1996.

ALLEMANDI, C. Consideraciones médico-sociais e intentos de regulación de la lactancia asalariada en la ciudad de Buenos Aires de fines del século XIX y principios del XX. Presentado en **3ras Jornadas de Estudos sobre Infância**. 2012, Universidad de General Sarmiento.

ARIÈS, P. **El criança y la vida familiar en el antiguo régimen**. Madrid: Taurus, 1987 (Original de 1962).

ARMUS D. Un médico higienista buscando ordenar el mundo urbano argentino de comienzos del século XX. **Saúde Colectiva**, v. 3, n. 1, p. 71-80, 2007.

BATESON, G.; MEAD, M. **Balinese Character**. A Photographic Analysis. New York: New York Academy of Sciences, 1942.

BOAS, F. Plasticity in Child Development. In: LEVINE, R. A.; NEW, R. S. (Org.). **Anthropology and Child Development: A Cross-Cultural Reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 2008 [1911].

BONILHA, L. R. **Puericultura: olhares e discursos no tempo**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BONNET, D. Présentation. La notion de négligence sociale à propos de la malnutrition de l'enfant. **Sciences sociais et santé**, v. 14, n. 1, p. 5-16, 1996.

_____. Prefacio. Argumentos para un enfoque global de la pediatría: saúde, crecimiento y desenvolvimiento del criança. In: de SUREMAIN, C. E.; LEFÈBRE, P.; RUBÍN DE CELIS, E.; SEJAS, E. (Org.). **Miradas cruzadas en el criança**: un enfoque interdisciplinario para la saúde, el crecimiento y el desenvolvimiento del criança en Bolivia y Perú. La Paz: Institut Français d'Études Andines, 2003.

BRAZELTON, T. B.; ROBEY, J. S.; COLLIER, G. A. Infant development in Zinacateco indians of Southern Mexico. **Pediatrics**, v. 44, n. 2, p. 274-290, 1969.

BRIGGS, L.; MARRE, D. Introduction: The Circulation of Children. In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (Org.). **International Adoption: Global Inequalities and the Circulation of Children**. New York: New York University Press, 2009.

CARLI, S. La infância como construção social. In: CARLI, S. **De la Família a la Escuela**. Infância, socialización y subjetividad. Buenos Aires: Santillana, 1999.

CASTRO, L. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. **Revista Psicologia Política**, v. 7, n. 14, 2007.

CERVERA MONTEJANO, M. ¿Quién me cuida?: Características de las interações entre los crianças mayas yucatecos y sus cuidadores. **Estudios de Antropología Biológica**, v. 14, n. 2, p. 547-565, 2009.

COHN, C. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

COLANGELO, M. A. En busca de una 'infância sana'. La construcción médica del criança y del cuerpo infantil. **VII Congreso Argentino de antropología social (CDROM)**, 25-28 maio, Córdoba, 2004.

_____. **La criação en disputa: medicalización del cuidado infantil en la argentina, entre 1890 y 1930**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Naturais) - Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata, La Plata.

COLLIN, F. Espaço doméstico. Espaço público. Vida privada. In: BISQUERT SANTIAGO, A. (Org.). **Urbanismo y mujer: nuevas visiones del espaço público y privado**. Malaga: Seminario Permanente Ciudad y Mujer, 1993.

CONKLIN, B.; MORGAN, L. Babies, Bodies, and the Production of Personhood in North America and a Native Amazonian Society. **Ethos**, v. 24, n. 4, p. 657-694, 1996.

CORSARO, W. **The Sociology of Childhood**. Londres: SAGE, 2011.

COSTA, T.; STOTZ, E.; GRZYNSZPAN, D.; SOUZA, M. Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. **Interface (Botucatu)**, v. 10, n. 20, p. 363-380, 2006.

CHRISHOLM, J. Swaddling, Cradleboards and the development of children. In: LEVINE, R. A.; NEW, R. S. (Org.). **Anthropology and Child Development: A Cross-Cultural Reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 2008 (Original de 1978).

DE GRANDE, P. Uso del tempo y sociabilidad en la primeira infância en Argentina. In: **Congreso Mundial por los Derechos de la Infância y la Adolescencia**, 5, 2012, San Juan.

- _____. *Bebê a bordo. Aspectos problemáticos de maternidades y paternidades en sectores medios urbanos en la Argentina.* **Infâncias Imágenes**, v. 14, n. 1, p. 7-22, 2015a.
- _____. *Cambios y continuidades en los vínculos interpersonales de sectores medios urbanos tras la llegada de un bebé.* **Horizontes Sociológicos**, v. 6, n. 3, p. 73-88, 2015b.
- _____. *¿Negociaciones o decisiones colectivas? Las dinámicas familiares tras la llegada de un bebé.* **Entramado**, v. 12, p. 222-232, 2016a.
- _____. *Diseñado para bebês. Objetos y prácticas en el primer año de vida.* **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Infância y Juventud**, v. 14, n. 1, p. 287-300, 2016b.
- _____. *A Sociologia das Emoções, em diálogo com os bebês.* In: TEBET, G. **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia.** São Paulo: Pedro & João Editores, 2019.
- DE GRANDE, P.; LLOBET, V.; REMORINI, C. *Infância na América Latina.* **DESidades**, v. 11, 2016.
- DE LOACHE, J.; GOTTLIEB, A. **A World of Babies.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- DENNIS, W. **The Hopi child.** Oxford: Appleton-Century, 1940.
- DE PAZ TRUEBA, Y. (Org.). **Infância, pobreza y asistencia: Argentina, primeira mitad del século XX.** 1. ed. Rosario: Prohistória Ediciones, 2019.
- DE SUREMAIN, C. E.; LEFÈBRE, P.; RUBÍN DE CELIS, E.; SEJAS, E. (Org.). **Miradas cruzadas en el criança: un enfoque interdisciplinario para la saúde, el crecimiento y el desenvolvimento del criança en Bolívia y Perú.** La Paz: Institut Français d'Études Andines, 2003.
- DURKHEIM, E. **Educação y sociologia.** Barcelona: Ediciones península, 1975 (Original de 1922).
- EDWARDS, C.; BROWN J.; GUZMAN, M.; KUMRU, A. *Children's Social Behaviors and Peer Interactions in Diverse Cultures.* In: Chen, X.; French, D.; Schneider, B. (Orgs.). **Peer Relationships in Cultural Context.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- ESQUIVEL, V.; FAUR, E.; JELIN, E. **Las lógicas del cuidado infantil.** Entre las familias, el Estado y el mercado. Buenos Aires: IDES, 2012.
- FAUR, E. **El cuidado infantil en el século XXI.** Mujeres malabaristas en una sociedad desigual. Buenos Aires: Século XXI editores, 2014.
- FORTES, M. *Social and psychological aspects of education in Taleland.* In: LEVINE, R. A.; NEW, R. S. (Orgs.). **Anthropology and Child Development: A Cross-Cultural Reader.** Oxford: Blackwell Publishers, 2008 (original de 1938).
- FOUCAULT, M. **Seguridad, territorio y população.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- GASKINS, S. *Children's Daily Activities in a Mayan Village: A Culturally Grounded Description.* **Cross-Cultural Research**, v. 34, n. 4, p. 375-389, 2000.
- GHERARDI, N.; PAUTASSI, L.; ZIBECCHI, C. **De eso no se habla: el cuidado en la agenda pública.** Estudio de opinión sobre la organización del cuidado, 1. ed. Buenos Aires: Equipo Latinoamericano de Justicia y Género-ELA, 2012.

- GILLIGAN, C. **In a Different Voice**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- GOTTLIEB, A. Where Have All The Babies Gone? Toward an Anthropology of Infants (and Their Caretakers). **Anthropological Quarterly**, v. 73, n. 3, p. 121-132, 2009.
- GREENFIELD, P. Studies of Mother-Infant Interaction. Towards a Structural-Functional Approach. **Human Development**, vol. 15, p. 131-138, 1972.
- GREENFIELD, P.; BRAZELTON, T. B.; CHILDS, C. P. From Birth to Maturity in Zinacantan: Ontogenesis in Cultural Context. In: BRICKER, V.; GOSSEN, G. (Org). **Ethnographic Encounters in Southern Mesoamerica**. Celebratory Essays in Honor of Evon Zartman Vogt, Jr. Albany: State University of New York, 1989.
- GUIDETTI, M.; LALLEMAND, S.; MOREL, M. F. **Enfances d'ailleurs, d'hier et d'aujourd'hui**. Paris: Aemand Colin, 2004.
- HAGESTAD, G.; UHLENBERG, P. The Social Separation of Old and Young: A Root of Ageism. **Journal of Social Issues**, v. 61, n. 2, p. 343-360, 2005.
- HENREICH, H.; HEINE, S.; NORENZAYAN, A. The Weirdest People in the World? **Behavioral and Brain Sciences**, v. 33, p. 61-83, 2010.
- HIRSCH, S. Saúde pública y mujeres indígenas del noroeste argentino: las múltiples prácticas de las guaraníes y la atenção de la saúde reproductiva. In: LANGDON, E.; CARDOSO, M. (Org). **Saúde Indígena**. Políticas comparadas na América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.
- HIRSCHFELD, L. Why Don't Anthropologists Like Children? **American Anthropologist**, v. 104, n. 2, p. 611-627, 2002.
- HOCHSCHILD, A.; MACHUNG, A. **The Second Shift**. New York: Penguin, 1989.
- JAMES A.; PROUT, A. (Org.). **Constructing and reconstructing childhood**. Londres: Falmer Press, 1997.
- JENKS, C. **Childhood**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996.
- KARASIK, L.; ADOLPH, K.; TAMIS-LEMONDA, K.; BORNSTEIN, M. WEIRD Walking: Cross-Cultural Research on Motor Development. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 33, n. 2-3, p. 95-96, 2010.
- LANCY, D. **Playing on the Mother-ground**. Cultural routines for children's development. New York: The Guilford Press, 1996.
- _____. Babies aren't persons: a survey of delayed personhood. In: OTTO, H.; KELLER, H. (Org). **Different faces of attachment**. Cultural Variations on a Universal Human Need. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- LAREAU, A. **Unequal Childhoods**. Class, Race, and Family Life. Los Angeles: University of California Press, 2011.
- LEVINE, R. A.; NEW, R. S. (Org.). **Anthropology and Child Development: A Cross-Cultural Reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 2008.

LIMA, A. O normal e o patológico na relação mãe-bebê: um estudo a partir de manuais de puericultura publicados no Brasil (1919-2009). **Estilos Da Clínica**. Revista Sobre a Infância Com Problemas, v. 17, n. 2, p. 324-343, 2012.

LINTON, R. The Study of Man. In: BOHANNAN, P.; GLAZER, M. (Org.). **Antropologia**. Lecturas. 2. ed. Madris: Mc Graw Hill, 1936.

LOBATO, M. Z. **Infâncias argentinas**. Buenos Aires: Edhasa, 2019.

MARRE, D.; BESTARD, J. Sobre la adopción y otras formas de constituir familias: a modo de introducción. In: MARRE, D.; BESTARD, J. **La adopción y el acogimiento**: presente y perspectivas. Barcelona: Universidad de Barcelona. 2004.

MEAD, M. **Adolescencia y cultura en Samoa**. Buenos Aires: Paidós, 1961 (Original de 1928).

_____. The Swaddling Hypothesis: Its reception. **American Anthropologist**, v. 56, p. 395-409, 1954.

MILSTEIN, D.; TAMMARAZIO, A. (Org.). **Panorama sobre etnografía con crianças, niñas, adolescentes y jóvenes en Argentina, Brasil, Colombia y Ecuador: 1995-2016**. 1. ed. Buenos Aires: Silvina del Carmen Fernández, 2018.

MONTGOMERY, H. **An introduction to Childhood**. Anthropological Perspectives on children's lives. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

MORGAN, L. M. Ambiguities lost: Fashioning the fetus into a child in Ecuador and the United States. In: SCHEPER-HUGHES, N.; SARGENT, C. (Org.). **Small Wars**: The Cultural Politics of Childhood. Berkeley: University of California Press, 2008.

MORGANTE, M. G.; REMORINI, C. Estudio etnográfico de las relaciones intergeneracionales en el cuidado de la salud a escala doméstica durante las etapas pre y posnatal (Molinos, Salta, Argentina). **Apuntes**, v. 83, p. 37-65, 2018.

MORO, M. R. **Enfants d'ici venus d'ailleurs**. Paris: La Decouverte Editions, 2002.

NARI, M. **Políticas de maternidad y maternalismo político**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

NUNES, Â. **Brincando de ser criança**: contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da infância. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa

OSPINA, M. C.; LLOBET, V.; MARRE, D. **Pensar la Infância desde América Latina**. Un estado de la questão. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

OTTO, H.; KELLER, H. (Org.). **Different faces of attachment**. Cultural Variations on a Universal Human Need. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

PEREIRA, J. **História da pediatria no Brasil de final dos século XIX a meados do século XX**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

PIRES, F. O Que As Crianças Podem Fazer Pela Antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 137-157, 2010.

- QVORTRUP, J. Are children human beings or human becomings? A critical assessment of outcome thinking. **Rivista Internazionale Di Scienze Sociali**, v. 117, n. 3-4, p. 631-653, 2009.
- RAINERI, F.; CONFALONE, M.; BARBIERI, M. E.; ZAMORANO, M. S.; GORODISCH, R.; ORTIZ, Z. **Determinantes sociais y ambientales para el desenvolvimiento de los crianças y niñas desde el período del embarazo hasta los 5 años**. Buenos aires: UNICEF, 2015.
- RAZY, E. **Naitre et devenir**. Anthropologie de la petite enfance en pays soninké (Mali). Nanterre: Societé d’Ethnologie, 2007.
- REMORINI, C. **Aporte a la Caracterización Etnográfica de los Procesos de Saúde-Enfermedad en las Primeiras Etapas del Ciclo Vital, en Comunidades Mbya-Guaraní de Misiones, República Argentina**. Tese (Doutorado) - Universidad Nacional de La Plata, La Plata.
- _____. Crecer en movimiento. Abordaje etnográfico del desenvolvimiento infantil en comunidades Mbya (Argentina). **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Infância y Juventud**, v. 8, n. 2, p. 961-980, 2010a.
- _____. Hacer crecer un niño (Mitã ñemongakuaa): el cuidado de la salud de los niños y las transformaciones en el Mbya reko. **Antitesis**, v. 3, n. 6, p. 1047-1076, 2010b.
- _____. Childrearing and the shaping of children’s emotional experiences and expressions in two Argentinian communities. **Global Studies of Childhood**, v. 2, n. 2, p. 144-157, 2012.
- _____. Estudio etnográfico de la crianza y de la participación de los niños en comunidades rurales de los Valles Calchaquíes septentrionales (noroeste Argentino). **Boletín del Instituto Francés de Estudios Andinos (BIFEA)**, v. 42, n. 3, p. 411-433, 2013a.
- _____. Estudios etnográficos sobre el desarrollo infantil en comunidades indígenas de América Latina: contribuciones, omisiones y desafíos. **Perspectiva**, v. 31, n. 3, p. 810-840, 2013b.
- REMORINI, C.; RENDE, M. Play and Child Development. Considerations from a Comparative Ethnographic Research in two Rural Argentinian Communities. **The Oriental Anthropologist**, v. 14, n. 2, p. 241-266, 2014.
- REMORINI, C.; PALERMO, M. L. “Los míos... ¡todos asustados!”. Vulnerabilidad infantil y trayectorias de desenvolvimiento en los Valles Calchaquíes Salteños. **Mitológicas**, v. 31, p. 83-112, 2016.
- ROGOFF, B. **The cultural nature of human development**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- ROJAS FLORES, J. **Moral y prácticas cívicas en los crianças chilenos, 1880-1950**. Santiago: Ariadna Ediciones, 2004.
- _____. **Historia de la infancia en el Chile republicano, 1810–2010**. Santiago: JUNJI, 2010.
- ROWENSZTEIN, E.; KREMENCHUZKY, J. R. (Org.). **Pediatría, Desenvolvimento Infantil e Interdisciplina**. Una mirada desde la complejidad. Buenos Aires: Noveduc, 2019.

RUSTOYBURU, C. **La medicalización de la infancia**: Florencio Escardó y la Nueva Pediatría en Buenos Aires. Buenos Aires: Biblos, 2019.

SCHEPER HUGHES, N. **Death without Weeping**: The Violence of Everyday Life in Brazil. Berkeley: University of California Press, 1992.

SCHEPER HUGHES, N.; SARGENT, C. (Org). **Small Wars**. The Cultural Politics of Childhood. California: University of California Press, 2011.

SOLER, E. **Lactancia y parentesco**. Una mirada antropológica. Barcelona: Anthropos Editorial, 2011.

SUPER, C. H. Environmental Effects on Motor Development: The Case of African Infant Precocity. **Developmental Medicine & Child Neurology**, v. 18, n. 5, p. 561-567, 1976.

SZULC, A. Antropología y niñez: de la omisión a las 'culturas infantiles'. In: WILDE, G.; SCHAMBER, P. **Cultura, comunidades y procesos urbanos contemporáneos**. Buenos Aires: Editorial SB, 2006.

SZULC, A.; COHN, C. Anthropology and Childhood in South America: Perspectives from Brazil and Argentina Bibliography. **AnthropoChildren**, v. 1, p. 1-17, 2012.

TEBET, G.; ABRAMOWICZ, A. O bebê interroga a sociologia da infância. **Linhas Críticas**, v. 20, n. 41, p. 43-61, 2014.

_____. Estudos de bebês: linhas e perspectivas de um campo em construção. **ETD-Educação Temática Digital Campinas**, v. 20, n. 4, p. 924-946, 2018.

TOREN, C. Making History: The Significance of Childhood Cognition for a Comparative Anthropology of Mind. **Man**, v. 28, n. 3, p. 461-478, 1993.

UPRICHARD, E. Children as "Being and Becomings": Children, Childhood and Temporality. **Children & Society**, v. 22, n. 4, p. 303-313, 2008.

WHITING, B.; WHITING, J. **Children of six cultures**. A psico-cultural analysis. Harvard: Harvard University Press, 1975.

ZELIZER, V. **Pricing the priceless child**: the changing social value of children. New Haven: Yale University Press, 1985.

RESUMO

A presença dos bebês na pesquisa social foi tardia e continua sendo marginal. A sua incorporação seguiu lógicas vinculadas aos atores, aos saberes, aos sentidos e às práticas que por ela ganharam visibilidade. Neste artigo, reconhecemos duas aproximações que emergiram da preocupação por problematizar a primeira infância e os bebês e que transcendem os limites disciplinares: o enfoque antecipatório e o enfoque vivencial. No primeiro, o olhar sobre os bebês está posto no seu futuro, no segundo, no seu presente. Descrevem-se ambos os enfoques, dando conta do seu objeto e alcance, das perspectivas e práticas disciplinares das quais se nutrem, dos âmbitos e dos atores envolvidos. Refletimos sobre os seus contrastes e pontos de articulação, as suas contribuições e limitações, em prol da construção de um campo interdisciplinar que abranja a diversidade, a complexidade e o caráter histórico-cultural das vidas dos bebês.

Palavras-chave: bebês, ciências sociais, abordagens disciplinares.

It's a baby! Social Science perspectives on early childhood

ABSTRACT

The presence of babies in social research has come late and continues to be marginal. Its incorporation has followed logics linked to the actors, knowledge, senses and practices that by it gained visibility. In this article we recognize two approaches that emerged from the concern to problematize early childhood and babies and that transcend disciplinary boundaries: the anticipatory approach and the experiential approach. In the first, the look on babies is set in their future, in the second, in their present. Both approaches are described, giving account of their subject and scope, the disciplinary perspectives and practices from which they are nurtured, the areas and actors involved. We reflect on their contrasts and points of articulation, their contributions and limitations, in pursuit of the construction of an interdisciplinary field that accounts for the diversity, complexity and historical-cultural nature of babies' lives.

Keywords

babies, social sciences, disciplinary approaches.

DATA DE RECEBIMENTO: 16/09/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 31/10/2019



Pablo De Grande

Doutor em Ciências Sociais e Humanidades pela Universidad de Quilmes, Buenos Aires - Argentina. Graduado em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires. É pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e trabalha com temáticas vinculadas à infância no Instituto de Investigación en Ciencias Sociales (IDICSO) da Universidad del Salvador, Argentina, onde é professor titular da carreira de Sociologia. É colaborador do Centro de Estudios Desigualdades, Sujetos e Instituciones (CEDESI) da Universidad de San Martín, Argentina.

E-mail: pablodg@gmail.com



Carolina Remorini

Doutora em Ciências Naturais e Graduada em Antropologia pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina. Professora Titular de Etnografía I (América do Sul) na Facultad de Ciencias Naturales y Museo da UNLP. Pesquisadora Adjunta do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Integra o Laboratorio de Investigaciones en Etnografía Aplicada (LINEA) da UNLP. Desenvolve pesquisas etnográficas em contextos rurais e indígenas principalmente, orientadas ao estudo da criação, do cuidado da saúde e do desenvolvimento infantil.

E-mail: carolina.remorini@gmail.com

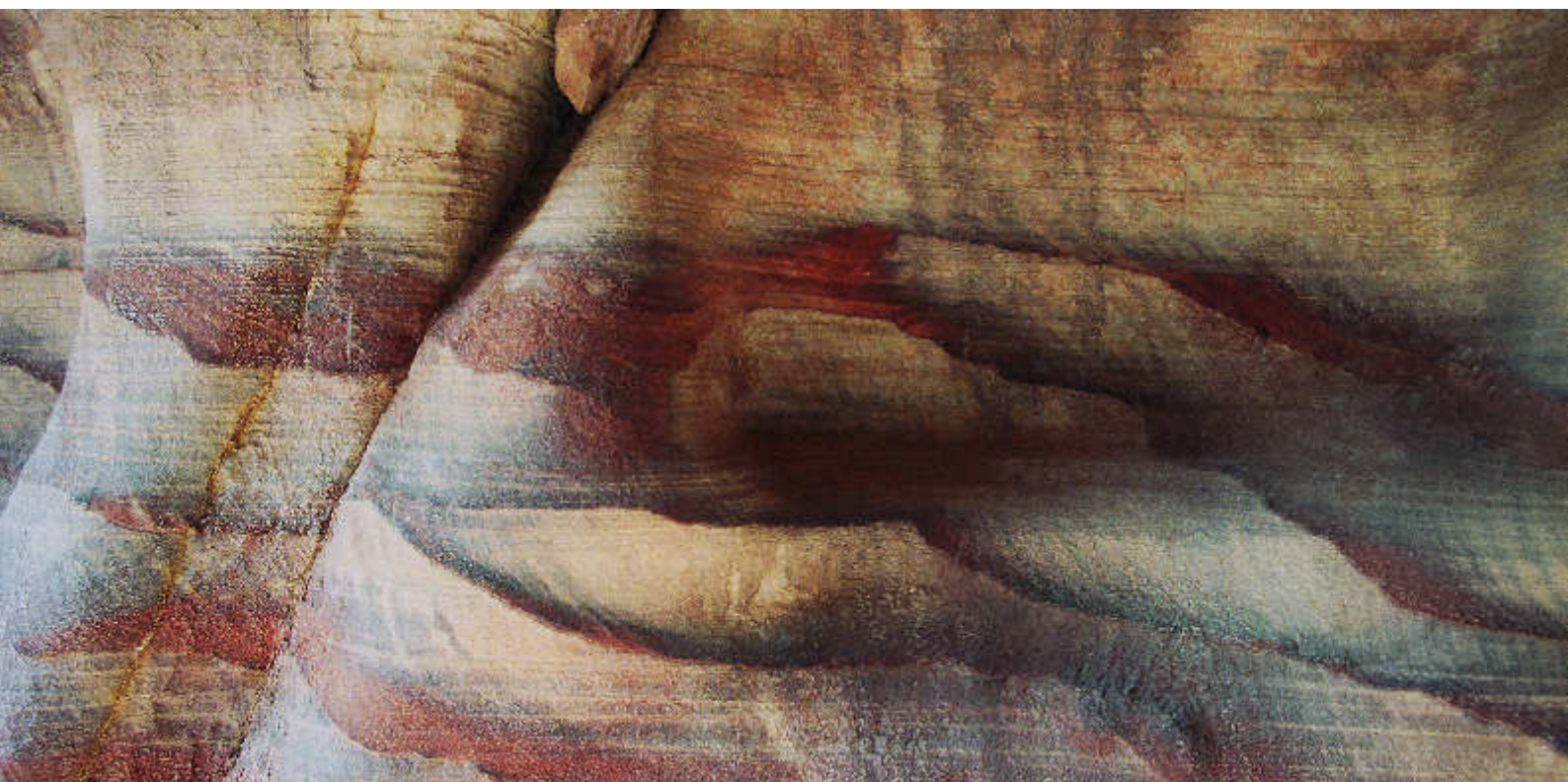


IMAGEM: Pxhere

Violência autoinfligida: jovens indígenas e os enigmas do suicídio

Lucia Helena Rangel

Tema espinhoso, difícil, mas necessário atualmente, visto que os dados apontam para um aumento dos casos de suicídio entre jovens no mundo, no Brasil e, neste país, em relação aos povos indígenas. Os dados que serão apresentados neste artigo estão contidos no *Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Os registros mostram a evolução das ocorrências, em âmbito do território brasileiro, porém, não esgotam plenamente a realidade. Mesmo que parciais, os dados revelam tendências, provocam dúvidas e muitos questionamentos. Gostaria de poder esclarecer todas as interpelações, mas temo que isso não será possível, pela própria impossibilidade de se conhecer o assunto suicídio em toda sua complexidade.

O suicídio é um fato social, assim dizem todos os que estudaram o fenômeno, desde Émile Durkheim, que o estudou e o classificou em tipos: suicídio egoísta; suicídio altruísta e suicídio anômico, acrescentando o tipo fatalista. São tipos referentes ao contexto social e aos propósitos dos sujeitos que os cometem. Podemos dizer que o suicídio é um fato social total, complexo, pois ocorre no âmbito do livre arbítrio e envolve muitos fatores: psíquicos; sociais; familiares; econômicos; políticos; existenciais; escolares; por adicção ao álcool e outras drogas; exposição a agrotóxicos, enfim, todos juntos ou enfatizados caso a caso. Não se trata de uma relação de causa e efeito, mas de uma constelação de fatores que permitem estabelecer uma associação entre estes e as condições que cercam o indivíduo suicida. Certamente existem razões que levam ao suicídio, no entanto, há sempre um contexto variado em que a ocorrência de casos pode ser compreendida histórica e socialmente, em que o efeito se torna causa e a causa se torna efeito.

Entre os povos indígenas que habitam o território brasileiro, há uma recorrência de situações violentas, pressões sociais e racismos que podem estar associados a práticas suicidas, envolvendo alguns ou muitos indivíduos de uma mesma localidade e ao mesmo tempo. Na tabela a seguir, pode-se ver a evolução de casos nos diversos estados da federação brasileira. O caso mais agudo refere-se ao povo Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul que, no espaço de 19 anos, apresenta uma média aproximada de 45 ocorrências por ano. Em seguida, há o estado do Amazonas, cujos casos afetam os povos Ticuna, do Alto Solimões, e os moradores de São Gabriel da Cachoeira, cidade que abriga 95% de população indígena, envolvendo os povos do Alto Rio Negro. Nota-se que, ao longo dos anos, há alguns episódios significativos, como os 11 casos em 2006; no entanto, a incidência de casos a partir de 2014 revela uma situação recrudescente. Também em Roraima, há casos expressivos a partir de 2014. No Tocantins e no Paraná, foram registrados casos em anos recentes, e o fenômeno se torna presente no Acre, no Maranhão, no Ceará, no Mato Grosso, além de registros feitos em Pernambuco, Minas Gerais e casos pontuais em Alagoas, Bahia, Goiás e Rondônia. A observação que deve ser feita é a de que, possivelmente, exista uma subnotificação de ocorrências tanto por parte dos órgãos de saúde, quanto pelas equipes do CIMI que atuam nas áreas indígenas.

Além disso, o que foi reunido na tabela a seguir omitiu alguns dados importantes, tais como a sequência de atos entre os Karajá da Ilha do Bananal, que entre 2010 e 2016

cometeram 42 suicídios por enforcamento, em um total de 95 tentativas. Em 2010/2011, há um primeiro enforcamento, de um jovem recém-casado que, ao que tudo indica, comete o ato por estar infeliz, sentindo-se muito pressionado por ter de cumprir as obrigações de genro (ir morar na casa da sogra e trabalhar para o sogro). A prescrição determina que, se o noivo falhar em seu compromisso, será espancado por seus cunhados e sua família sofrerá muita humilhação. Este jovem noivo recorre ao suicídio para escapar da situação e, assim, livra sua família da humilhação. Ele inova na técnica e se enforca. Logo em seguida, seu melhor amigo faz o mesmo e daí se seguem muitos casos de enforcamento, como em um efeito dominó.

Alguns aspectos gerais nesse caso chamam atenção, pois a maior parte dos atos é cometida por jovens entre 14 e 29 anos. A maior parte são rapazes solteiros ou recém-casados, embora nos últimos anos haja um aumento de vítimas do sexo feminino. Para Otoniel Guarani-Kaiowá, o motivo de tantos jovens cometerem suicídio é a falta de perspectiva: “não têm futuro, não têm respeito, não têm trabalho e nem terra para plantar e viver. Escolhem morrer porque, na verdade, já estão mortos por dentro” (Conselho Indigenista Missionário, 2013, p. 79). Talvez isso possa ser verdade para um determinado contexto, porém, nem sempre há falta de terras de forma tão brutal quanto no Mato grosso do Sul, afinal, a opressão atinge as comunidades de diversas maneiras.

Há uma reserva, uma atitude reticente de muitas lideranças e membros das comunidades indígenas em falar desse assunto abertamente. Por um lado, há a ponderação de que, ao falar demais, pode haver risco de disseminação da ideia e influenciar as pessoas. Por outro lado, parece haver uma reserva religiosa que não é muito bem explicitada. Do mesmo modo, a explicação sobre as razões das ocorrências recai principalmente sobre a feitiçaria, o poder do feitiço que encarna as pessoas e as levam a cometer o ato extremo.

Tabela: Suicídios entre indígenas no Brasil

UF	Período																			Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
AC											2							5	2	9
AL/SE															1					1
AM						3	11	5				3	1		56	24	50	54	36	243
AP																1		1		2
BA																			2	2
CE							2								3		2			7
GO																			1	1
MA															8		1	6	1	16
MG															2			3		5
MT										2			4		1	1	2	2	2	14
MS	44	40	38	53	42	50	40	40	59	42	40	45	56	73	48	45	30	31	44	860
PA				2											1			1	3	7
PE											1				2		2			5
PR							1				1			3	3	4		2	4	18
RO													1							1
RR												4	1		8	10	18	13	5	59
TO												6		3	2	2		7	1	21
Total	44	40	38	55	42	53	54	45	59	42	46	58	63	79	135	87	105	126	100	1271

Fontes: Conselho Indigenista Missionário; Ministério da Saúde; Secretarias Estaduais de Saúde.

As análises a respeito da situação em Mato Grosso do Sul apontam para o cenário de genocídio que afeta os povos que vivem nessa região: são os Guarani e Kaiowá, os Terena, os Kinikinão e os Kadiwéu. Entretanto, é sobre o povo Guarani e Kaiowá que recai a maior tragédia: população confinada em territórios exíguos, cujas consequências maiores são os conflitos internos, as desavenças familiares, os comportamentos violentos devido ao alto consumo de bebidas alcoólicas, o envolvimento com o mundo das drogas, estupros, roubos. Das 31 terras reconhecidas pelo Estado brasileiro, os Guarani-Kaiowá e Nhandeva estão em posse de apenas 29,04% delas. Com uma população de 54.658 pessoas, segundo a Funai, as comunidades ocupam 70.370 dos 242.370 hectares reconhecidos oficialmente como territórios tradicionais. Tem-se, desse modo, que a ocupação de terras para esse povo representa 1,2 hectares por pessoa. Isso significa mais do que limites estreitos para viver. Certa vez, em um acampamento de beira de estrada, o senhor Hamilton Lopes, já falecido, afirmou: “o que faz um homem sem terra para plantar? Bebe”.

A falta de terra é a própria impossibilidade de reprodução da vida. Um homem Guarani (Kaiowá, Ndeva, Mbya) torna-se adulto quando faz um roçado para oferecer à mulher com quem vai se casar, como parte final do ritual de iniciação. A dificuldade em tornar-se adulto levou os jovens a irem trabalhar no corte de cana; muitos deles falsificavam o documento para comprovar que estavam em idade de trabalhar. Assim, tornavam-se homens: passavam a semana no corte de cana, ganhavam um dinheiro, e antes de chegar a casa, consumiam o dinheiro em forma de pinga, como faziam todos os adultos.

Segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Mato Grosso do Sul, nos últimos 13 anos, cerca de 611 indígenas suicidaram-se, isto é, 1 a cada 7,7 dias. O que está em causa nessa quantidade absurda de enforcamentos e envenenamentos? A falta de acesso aos territórios tradicionais gera a impossibilidade de vivência plena dos usos e costumes, conforme garante a Constituição Federal de 1988; gera também números assustadores de violência física, ataques a comunidades que tentam retomar suas aldeias e um número muito alto de assassinatos. Em menos de um ano, entre 2015 e 2016, foram registrados 33 ataques de natureza paramilitar contra comunidades Guarani e Kaiowá. Entre 2001 e 2018, foram assassinados 14 líderes indígenas em represália às tentativas de retomar pacificamente terras já reconhecidas pelo Estado. Esse é o contexto mais violento em território brasileiro; se acrescentarmos os números da mortalidade na infância (de 0 a 5 anos), da subnutrição, dos maus-tratos e do racismo, teremos um contexto no qual a quantidade de suicídios de jovens está ancorada.

De outra feita, o missionário estava em uma aldeia e algumas pessoas saíram para buscar a cesta básica; uma mulher retorna de mãos vazias, muito brava, xingando, porque não a deixaram levar a cesta cujo cadastrado era seu marido. Ela explicou que o marido fora preso e ela deveria levar os mantimentos para os filhos, que eram crianças pequenas. Não a deixaram levar a alimentação, e as crianças deveriam esperar até que o cadastro fosse refeito. A mulher desesperada leva as crianças para a casa de sua mãe. No dia seguinte, ao amanhecer, o corpo da mulher é encontrado enforcado. Será essa uma forma de protesto?

Para entender as explicações por parte dos indígenas, é preciso compreender o xamanismo, pelo menos em parte. A morte por suicídio não é obra do morto, mas de um feitiço colocado por algum espírito do mal, um morto que perambula ou um inimigo; cônjuges envolvidos em conflitos amorosos podem atrair o feitiço por envenenamento. A presença de igrejas explicaria a ideia de possessão que está associada ao feitiço: obra de satanás. Enfermidades mentais também podem levar ao ato extremo. Isso tudo conduziria à necessidade de retomar a vida familiar conforme o modo correto de ser – *teko porã*.

Estudiosos e pessoas envolvidas com a causa indígena concordam que um conjunto de fatores devem ser interligados no esforço de compreender essa situação, conforme já foi dito. Perda de vínculos culturais e históricos, abuso e dependência de drogas e bebidas alcoólicas, problemas psíquicos, abusos sexuais, separação de familiares, isolamento na vida social e na família (muitos jovens têm vergonha dos pais alcoolistas), estresse cultural e enfraquecimento do sistema de crenças e espiritual são fatores de risco citados no estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA). Sobre os indígenas, encontramos a seguinte afirmação:

Pode-se resumir que: os jovens indígenas de hoje convivem sem apoio familiar, com amigos efêmeros, sem saber qual é o seu lugar, vivem o dia a dia sem quase nunca conjugar o verbo no futuro, o máximo é o futuro muito próximo do amanhã. Carregam um trauma humanitário de histórias contadas por seus

parentes, histórias de exploração, violências, mortes, perda da dignidade, enfim, a história recente de muitos povos indígenas. Histórias carregadas de traumas, presas a um presente de frustrações e impotência. Nessas circunstâncias, esses jovens são o produto de uma geração que sofre do que se costuma chamar de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (Machado; Alcantara; Trajber, 2014, p. 131).

Já os políticos, sobretudo os do Mato Grosso do Sul, dizem que os suicidas são os próprios culpados: se há mortes, são eles mesmos que as praticam, e não é possível que alguém seja culpado por isso. Outro modo de dizer a mesma coisa é afirmar que “é da cultura deles”.

Os números de assassinatos e de suicídios são apenas a ponta do problema. De fato, são os indicativos de uma situação que se agrava com o tempo e para a qual há morosidade na solução, má vontade dos poderes públicos e negação muito forte por parte dos atores envolvidos na questão. Envolvem fatores complexos e delicados, relativos a componentes culturais e sociais. Porém, existe um consenso entre todos os analistas dessa realidade de que a extrema situação de violência a que estão submetidos esses povos pode ser a principal causa do grande número de suicídios. É provável que esse número esteja abaixo do que de fato acontece, uma vez que os dados se referem apenas a casos divulgados; grande parte dos suicídios é ocultada pelas famílias, por razões culturais, como também por considerá-los uma doença que quanto mais divulgada, mais se alastra.

Não bastasse o roubo dos territórios tradicionais, as áreas de confinamento estão praticamente todas atravessadas por rodovias de intenso trânsito. Geram grande número de mortes por atropelamento, atingindo pessoas que vivem nos acampamentos à beira da estrada. Entre 2003 e 2010, só no Mato Grosso do Sul, morreram atropelados o mesmo número de indígenas que no restante do País. Os homicídios, suicídios e atropelamentos são expressões da violência “que é uma das formas de impotência traduzida em ato, da passagem para a desordem quando a ordem se descobre sem saídas” (Balandier, 1997, p. 243).

O grito Guarani contra a entropia pode ser representado, por um lado, pelos suicídios, homicídios e atropelamentos, símbolos da negação de uma situação desesperançosa e, por outro, pelas retomadas de parcelas de terras que recuperam os *tekoha*, lugares da vida social, da esperança, da reprodução e da fertilidade. Embora devamos considerar a complexidade de fatores que envolvem essa realidade, levando em conta que a maioria das mortes é resultante de conflitos ocorridos dentro das comunidades, os números causam indignação e exigem medidas urgentes, amplas e articuladas, começando pela demarcação dos *tekoha*, lugares do bem viver.

No mundo indígena, existem experiências de suicídios que revelam maneiras diferenciadas de lidar com a questão. Quando Bronislaw Malinowski apresentou seus estudos sobre os Trobriandeses da Polinésia, escreveu um pequeno livro intitulado *Crime e Costume na Sociedade Primitiva*, no qual encontramos um relato em que o suicídio é

uma regra punitiva para o caso de transgressão da regra do incesto. Há primos bons para casar e há primos que são irmãos; o rapaz e a moça eram primos-irmãos, portanto, consanguíneos, isto é, cuja relação sexual é considerada incestuosa, mas se apaixonaram e foram viver maritalmente. O primo para o qual a moça estava prometida resolve denunciar a transgressão, posta-se em frente à casa onde estava o casal e pronuncia publicamente a denúncia; a partir desse momento, a punição deve ser cumprida. Assim, o transgressor sai de casa, paramentado como guerreiro, sobe no coqueiro mais alto e se atira, cumprindo um rito prescrito.

Darcy Ribeiro coletou, em 1950, a história de Uirá – jovem chefe de família que entrou em desespero depois que seu filho e outros parentes faleceram. A história se passou nos anos de 1930, em pleno Estado Novo, lá no Maranhão, nas confluências dos rios Pindaré, Gurupi e Turiaçu, onde até hoje vive o povo Kaapor, designado Urubu pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Uirá vivia em ambiente de desengano, provocado pela mortalidade enorme e pelo enfraquecimento físico ocasionado por doenças levadas pelos “civilizados”, além de uma série de outras condições de penúria, e exacerbado por um conjunto de crenças e práticas mítico-religiosas. Nesse contexto, Uirá é tomado por um estado de profunda irritabilidade, ficando *iñaron*; desde que alguém se declare *iñaron*, é imediatamente abandonado por todos, permanecendo na casa com os bichos e a tralha doméstica. A cura se faz depois que o indivíduo expressa sua ira, quebrando potes, flechando, ou mesmo cortando os punhos das redes e derrubando a casa.

Depois do ataque de ódio, os parentes retornam como se nada houvesse acontecido. Mas Uirá não superou seu estado, ficando cada vez mais prostrado, triste e desenganado. Não estava apenas *iñaron*, estava *apiay*. Tentou outros caminhos para superar seu estado, mas de nada adiantou seus esforços. Continuou *apiay*, pensando no filho morto. Mas teve energia para uma última empreitada, tal como inscrita no mito, a lenda dos heróis que foram vivos ao encontro de Maíra.

A versão Kaapor da cosmogonia Tupi trata Maíra como mais do que um herói mítico:

A realidade e atualidade de sua existência fazem dele quase uma divindade. Não é concebido como o demiurgo que operou numa era mítica criando o mundo e as coisas, mas como um ser vivo e atuante. Ainda agora, as hecatombes, as tempestades e toda a vida, concebida como uma luta, é explicada pelos índios Urubus através da alegoria de um conflito permanente entre um Maíra pai e um Maíra filho em que duplicaram o herói. Embora não esperem qualquer ajuda de Maíra, nem concebiam que se possa apelar para ele ou invocá-lo, sua ação é necessária e eficiente para manter a ordem cósmica, agora como no tempo da criação. [...] A terra é lugar de Maíra, o céu é o lugar de seu filho, desde que ele foi lá encontrar-se com seu irmão, o filho de Mikura que morrera. [...] Desde que o filho de Maíra subiu ao céu para ficar com o seu irmão, ele está sempre lutando contra o pai: todas essas pedras que se veem aí pelos rios, pelos outeiros, quebradas, achatadas, foram casas de Maíra que Maíra-mimi destruiu. [...] Quando havia pajé bom, muita gente ia para a casa de Maíra; o pajé cantava, fumava cigarros grandes, depressa eles chegavam lá (Ribeiro, 1974, p. 20-24).

Assim, Uirá decide seguir o caminho de Maíra, pintado com as tintas vermelha e preta do urucu e do jenipapo, conforme ensinara Maíra aos Kaapor. Paramentou-se com os adornos plumários, pegou as armas, arco e flechas, tudo como Maíra havia ensinado, e arrumou um paneiro de farinha para oferecer ao herói, dizendo “eu sou sua gente, a que come farinha”:

Figuremos Uirá, magnífico em seus adornos, o corpo pintado, à imagem do herói mítico, armas à mão, a tensão de quem enfrenta a mais terrível provocação expressa no rosto, nos gestos. Assim deveria parecer à mulher e aos filhos, aos olhos de sua gente. [...] Para os sertanejos maranhenses com quem iria deparar, porém, era tão somente um índio nu e armado, nu e furioso (Ribeiro, 1974, p. 25).

Em seu caminho, eles encontram fazendas onde vivem homens portadores de armas de fogo, protegendo sua propriedade; cidades nas quais os moradores se apavoram com aquela família nua. Uirá é espancado diversas vezes, escorraçado e, finalmente, preso. Entregue ao SPI, vai parar em São Luís, onde a imprensa e as autoridades protestam contra as violências sofridas pela família de Uirá. Quando estão de partida, ele e o filho veem Maíra no lugar que deveria ser sua morada – pedras e um imenso curso de água do qual não se podia ver a outra margem. Lá estava Maíra. Mas Uirá não chegou à casa de Maíra. Cumpriu o destino que traçara, no caminho de casa, ao atravessar o rio Pindaré, e por lá permaneceu. Não podendo ir vivo ao encontro de Maíra, sempre foi, porque a morte também é o caminho para encontrar a divindade.

Outro modo de lidar com o suicídio está presente na sociedade Sorowaha/Suruwaha, povo que vive nos rios Coxodoá e Riozinho, afluentes da margem direita do rio Cuniuá, tributário da margem esquerda do médio rio Purus, estado do Amazonas. A história desse povo parece ter sido uma saga contra a desordem instaurada na região, nas primeiras décadas do século XX, pelas epidemias, que abateram diversas comunidades. A depopulação, muito provavelmente, fez com que procurassem meios para refazer a vida, juntando-se e constituindo uma nova sociedade a partir das comunidades depopuladas. O novo arranjo resultou um povo coeso em língua, formas de reciprocidade e proteção. Parte dessa coesão parece ter sido a desabilitação das funções da pajelança, distribuídas entre diferentes pessoas, afetando especialmente os poderes xamânicos de viajar ao céu e retornar à terra. Os poderes xamânicos concentram o conhecimento especializado dos cosmos, dos espíritos que curam, que matam e que espalham doenças, podendo atingir indivíduos infratores, ou mesmo realizando vingança a pessoas ou grupos.

Quando, durante diversos momentos do século XX, ou mesmo em momentos anteriores, as epidemias atingiram os povos da Amazônia em função da presença violenta de agentes das sociedades brasileira, peruana, boliviana, colombiana e todos os agentes civilizatórios do capital, esses povos ficaram expostos à exploração da borracha e do caucho, da sorva, da extração de madeira, de minérios e outros recursos naturais. Essa conjuntura espalhou terror, medo e traumas: homens e mulheres, crianças e velhos tornaram-se vulneráveis aos ataques contínuos; mulheres e crianças foram roubadas, estupradas, homens torturados e assassinados, idosos abandonados. Uma das formas

mais violentas de usurpação de vidas indígenas foram as epidemias – sarampo, gripe, varíola, tuberculose e outras – que mataram aos montes, deixando as comunidades sem recursos, pois não havia mais força para o trabalho, nem para enterrar tantos cadáveres. E não havia mais controle sobre os poderes dos pajés, que estavam em guerra uns contra os outros: as doenças eram causadas pelos feitiços colocados pelos xamãs; de modo geral, simplificando a explicação, é sempre um pajé de outra comunidade que envia feitiços, mas na sua própria comunidade ele protege e cura.

Aconteceu que a tamanha força das epidemias provocou um clima generalizado de desconfianças e acusações. Assim, muitos pajés foram assassinados, já que era preciso cortar o mal pela raiz, pois nenhum deles tinha força para conter uma epidemia. Desse modo, as acusações de feitiçaria recrudesceram em muitas regiões, implicando arranjos sociais variados: algumas comunidades passaram a ocultar a presença de pajés – eles estavam presentes, mas não se admitia para os estrangeiros sua existência –; outras aumentaram a visibilidade da pajelança, realizando rituais de cura no pátio da aldeia, e outros permaneceram sem pajés. O que significa que é preciso morrer para ir ao céu, e que o indivíduo necessita decidir quando e de que forma quer fazer sua viagem.

O povo Suruwaha parece ter optado por não ter pajés, distribuindo seus poderes e minimizando suas forças. Assim, existem três caminhos possíveis para cruzar a abóboda celeste: o caminho da morte, que acompanha o percurso do Sol, por onde seguem os que morrem de velhice; o caminho do timbó *kunaha*, a trajetória da lua, por onde vão os suicidas; e o caminho da cobra, o rastro do arco-íris, a rota dos que morrem por picada de cobra. Sentimentos como afeição, raiva, saudade, vergonha formam a teia que leva ao suicídio. Um determinado acontecimento provoca irritação ou contrariedade, então, o indivíduo destrói seus pertences; ele é deixado só para extravasar sua agressividade. Se isso não for suficiente, o indivíduo emitirá um grito e correrá em direção a uma roça; arrancará raízes de timbó e se dirigirá a um córrego, onde espremerá e mastigará o timbó para extrair seu sumo. Em seguida, beberá água para ativar os efeitos tóxicos. Se até aqui ninguém conseguiu detê-lo, ele correrá de volta à casa; ali, será acudido por seus parentes ou outras pessoas, provocando vômito, esquentando o corpo com abanos aquecidos, batendo em seus membros dormentes, gritando em seus ouvidos para despertá-lo, mantendo-o sempre sentado. O procedimento pode ou não dar certo, já que depende da quantidade de sumo de timbó que foi ingerida. A eventual morte espria uma forte comoção e logo se inicia o choro ritual; isso motiva outras pessoas, depois de horas ou dias, a realizar novas tentativas de suicídio (Dal Poz, 2017, p. 186-187).

Os atos suicidas fazem parte do cotidiano Suruwaha e envolvem pessoas de todas as idades, mas a faixa entre 15 e 20 anos é a mais afetada. Nessa faixa, também, encontra-se um número maior de jovens do sexo masculino. A opção de livrar-se das contrariedades através do caminho do timbó não pode ser explicada como consequência direta da atuação das frentes de expansão da sociedade brasileira:

Para os Suruwaha, os mortos por *kunaha*, capturados pela subjetividade não humana do espírito do timbó, vivem uma alteração que os transforma em presas por excelência. Através da prática do envenenamento, os Suruwaha projetam, neste mundo em transformação, sua constituição como humanos

em contraste com os mortos não humanos, alterados na nova condição de presas do veneno (Aparicio, 2017, p. 223).

Peço desculpas por simplificar em demasia a complexidade dessa prática Suruwaha que tanto preocupou aqueles que os conheceram de perto e contribuíram para que eles pudessem estabelecer relações pacíficas com as frentes econômicas depredadoras regionais. Infelizmente, eles não são compreendidos plenamente, e tornam-se também presas fáceis de ilusões religiosas manipuladoras dos significados da planta-xamã, o timbó:

Para os Suruwaha a expressão *bahi* se aplica aos animais caçados, abatidos sob efeito do curare das flechas: poderíamos traduzir *bahi* como “presa, vítima”, uma posição cosmológica oposta à condição de *agy*, própria dos predadores, dos caçadores. [...] As vítimas da ira dos xamãs adversários são *mazaru bahini*, “presas do feitiço”, e os mortos por envenenamento são *kunaha bahi*, presas do timbó. O ponto de vista missionário parece fundar para os Suruwaha uma nova posição no mundo. Os Suruwaha, que ao longo das últimas gerações vivem uma metamorfose em presas do veneno, se encontram agora, a partir da ação dos missionários, em um novo processo de transformação: eles são *Jasiuwa bahi*, as presas de Deus (Aparicio, 2017, p. 226).

Esses casos demonstram a variação das ocorrências de suicídios entre os jovens indígenas no Brasil. Não se trata de invocar modalidades classificatórias, mas parece que trazem em comum o contexto social e econômico que propicia encontros e desencontros opressores, violentos e expropriatórios. Roubam-se dos indígenas suas terras, suas riquezas, suas águas, seus valores e ameaçam sua filosofia do bem viver. Mas sua religiosidade e sua espiritualidade os apoiam em seu caminho de resiliência e dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APARICIO, M. “Jesús tomó timbó”: Equívocos misioneros en torno al suicidio Suruwaha. In: CAMPO ARÁUZ, L.; APARICIO, M. (Org.). Etnografías del suicidio en América del Sur. Quito: Universidad Politécnica Salesiana, 2017.

BALANDIER, G. A desordem: Elogio do movimento. Tradução Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil. Brasília: CIMI, 2013. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

DAL POZ, J. Indivíduo e sociedade na Amazônia: Sobre o suicídio tópico nos Sorowahas. In: CAMPO ARÁUZ, L.; APARICIO, M. (Org.). Etnografías del suicidio en América del Sur. Quito: Universidad Politécnica Salesiana, 2017.

IANNINI, G. et al. Dossiê: O Tabu do Suicídio. Revista Cult, v. 22, n. 250, out. 2019.

MACHADO, I. R.; ALCANTARA, M. L. B. de; TRAJBER, Z. Em busca de um lugar para os jovens indígenas Guarani. In: UNICEF. Suicídio adolescente em povos indígenas – 3 estudos. São Paulo: Arte Brasil Editora, 2014.

MINOIS, G. História do suicídio: A sociedade ocidental diante da morte voluntária. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

RIBEIRO, D. Uirá sai à procura de Deus. Ensaios de Etnologia e Indigenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

VALENZUELA, J. M. (Org.). Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precárias en América Latina y España. Barcelona: NedEdiciones; Guadalajara: ITESO; Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2015.

RESUMO

Este artigo trata do suicídio entre jovens indígenas, a partir de dados contidos no *Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Os registros mostram a evolução das ocorrências, em âmbito do território brasileiro, porém, não esgotam plenamente a realidade. Mesmo que parciais, os dados revelam tendências, provocam dúvidas e muitos questionamentos. O suicídio é um fato social total complexo, que ocorre no âmbito do livre arbítrio e envolve uma constelação de fatores associados às condições socioculturais, ambientais, existenciais etc., que compõem o contexto de cada povo indígena no qual os episódios relatados acontecem. São relatados alguns episódios atuais e históricos para demonstrar a variação das ocorrências, isto é, as modalidades dos casos, sem, no entanto, tipificá-los. O aumento do número de suicídios entre jovens indígenas tem sido preocupante e mobiliza as consciências e a necessidade de registrá-los.

Palavras-chave:

jovens indígenas, suicídio, povos originários, complexidade.

Self-directed violence: young indigenous population and the enigmas of suicide

ABSTRACT

This article discusses suicide among young indigenous people, through the data contained in the Report of Violence Against Indigenous Populations in Brazil (*Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*), published annually by the Missionary Indigenous Council (*Conselho Indigenista Missionário – CIMI*). The data collected shows an increase in occurrences in Brazilian territory, however, it doesn't completely cover this reality. Even if partial, the data reveals tendencies, provokes doubts and several questions. Suicide is a complex social fact, that occurs in the realm of free will and involves a constellation of factors associated with socio-cultural, environmental and existential conditions that compose the context of each indigenous population where said episodes take place. A few present and historical cases are narrated in order to showcase the variety between individual occurrences, albeit without the intent of categorization. The increase in the number of suicides among young indigenous people has been a concern and rallies consciences and the need to document cases.

Keywords:

young indigenous people, suicide, native people, complexity.

DATA DE RECEBIMENTO: 15/07/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 18/11/2019



Lucia Helena Rangel

Professora doutora do Departamento de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil; pesquisadora no campo da etnologia indígena; assessora antropológica do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Brasil.

E-mail: lucia.rangel@uol.com.br



IMAGEM: Pxhere

As crianças no processo migratório: Uma realidade que continua vigente

Karina Benavides T.

Daniel Llanos Erazo

Introdução

O presente artigo se inicia com uma breve e resumida contextualização histórica dos episódios que marcaram as diásporas no contexto latino-americano e, continuando, são expostos os principais acontecimentos políticos e econômicos que catapultaram a mobilidade humana na sociedade equatoriana durante os últimos 70 anos. Tais acontecimentos tiveram efeitos nas estruturas e nas configurações familiares, principalmente daqueles que optaram por migrar.

Por outro lado, são recuperados vários dados empíricos de duas pesquisas realizadas anos atrás. Mais precisamente, os estudos remontam a 2008 e 2009, isto é, a nove e dez anos depois da pior crise financeira e social que o Equador enfrentou. O primeiro estudo foi realizado no âmbito de um trabalho cooperativo com a Universidad Complutense de Madri e com a Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador¹. O interesse compartilhado pelas duas instituições de educação superior em saber que o maior fluxo de migrantes equatorianos realizou uma diáspora para terras ibéricas não foi por acaso. O grupo central com o qual se trabalhou foi de crianças que tinham pais e/ou mães migrantes.

O segundo trabalho que serve de base para o presente artigo foi realizado durante o ano de 2009. Neste caso, os adolescentes, jovens estudantes de colégios da cidade de Quito, colaboraram no estudo com as suas vozes e experiências vividas diante da migração dos seus familiares. A “imagem” da partida dos pais ainda se encontrava presente na retina de vários desses jovens. As promessas de um breve retorno continuavam alimentando a esperança de um reencontro familiar, que em mais de um caso nunca aconteceu.

Nos dois estudos, o dispositivo metodológico utilizado foi de tradição qualitativa, privilegiando as narrativas, as experiências e os discursos das crianças e dos jovens ante o fenômeno migratório. Em múltiplas partes do trabalho de campo, recorreu-se ao uso de entrevistas grupais; esta técnica permitiu um exercício de autorreconhecimento e de solidariedade entre as crianças e os jovens, presunção que não estava prevista no trabalho de campo, mas que, no entanto, foi ativada entre os entrevistados no momento de compartilharem as suas experiências e anedotas.

O fenômeno migratório: uma constante na prática humana

A emigração é uma das atividades mais antigas que o ser humano já praticou na sua existência e refere-se ao fenômeno socioeconômico e político que consiste no abandono voluntário de um indivíduo do seu território para se estabelecer em outro Estado (Espinosa, 2004). Esta prática tem sido constante e repetitiva por várias razões, entre as quais assegurar a existência da espécie, satisfazendo as suas necessidades primordiais.

¹ Ver: GAITÁN, L. et al. **Los niños como actores en los procesos migratorios**. Implicaciones para los Proyectos de Cooperación. Quito: Editorial Universitaria Abya Yala, 2008.

Esse constante traslado de habitantes de um lugar para outro ganhou força na América Latina a partir dos anos 60, quando um massivo conglomerado de pessoas iniciou a sua diáspora, especialmente rumo aos países do norte do continente. Este novo acontecimento histórico denominado *a era da migração massiva*², se enquadrava num processo internacional globalizado no qual as fontes e oportunidades de trabalho aumentam principalmente em países industrializados. Sob essa lógica e esses imaginários, a população de países “terceiromundistas” iniciou uma peregrinação a nações que ofereciam um “futuro estável” e com oportunidades de desenvolvimento econômico.

Esse discurso de ilusões e de oportunidades contrasta-se com um fato social de abandono e de ausência que sofrem os familiares e especialmente os filhos e as filhas das novas forças de trabalho, que se encontram desarticulados e desvinculados da palavra que os progenitores podem oferecer a eles. Essa ruptura da *palavra*³ e a ausência de pai e/ou mãe e, em alguns casos, de ambos originou um conjunto de problemáticas sem precedentes no sistema social equatoriano. Um dos principais problemas que surgiu foi a transformação das estruturas familiares e dos papéis de cuidado e de educação que os familiares dos migrantes tiveram de assumir com os filhos que permaneceram no lugar de origem.

Apesar de a emigração ser uma alternativa que contribui para a “melhoria”⁴ da situação familiar, naquele momento, nos deparamos com um acontecimento sem precedentes na história equatoriana, isto é, que as condições materiais dos migrantes tinham sim uma mudança substancial e, claro, uma melhoria, mas o aspecto emocional das crianças e dos jovens que ficaram no país mostrava a crise que eles tinham que viver.

Breve história da migração equatoriana

O antecedente que alavancou uma primeira onda de migração equatoriana de diversas comunidades em Azuay e Cañar para cidades norte-americanas, como Chicago e Nova Iorque, é a crise da exportação dos *Panama Hat*, produzida em 1950 (Ramírez, F.; Ramírez, J., 2005). Esta situação de conflito econômico fez com que os produtores e comerciantes dos Chapéus Panamá se vissem obrigados a lançar mão dos contatos já estabelecidos no país do norte. Este vínculo comercial inicial se transforma posteriormente no elo de ligação e de assentamento dos novos povoadores das cidades do norte do continente.

2 Ver em: CASTLES, S.; MILLER, M. **The age of migration**. International Population Movements in the Modern World. New York: Guilford Publications, 1993.

3 A palavra, na psicologia, cumpre a função de um mecanismo duplo que contribui nos processos de socialização dos seres humanos, adicionalmente, facilita a introjeção dos aprendizados recebidos e coopera na transmissão do pensamento gerado. Ampliar em: VIGOTSKY, L. **Pensamiento y Lenguaje**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2009.

4 Os adolescentes entrevistados comentam que as receitas familiares aumentaram graças à emigração dos seus familiares.

Uma vez estabelecida uma ponte, gera-se um êxodo massivo de equatorianos, que se converterão nos compatriotas de referência dos próximos grupos migratórios das décadas posteriores. Isto é, estabelece-se uma rede de contatos que facilita a ida de equatorianos para os Estados Unidos.

Quando inicia a década de 60 do século passado, o país sofre uma série de reformas, principalmente na participação que o Estado começa a ter com o setor industrial nascente.

Este acordo produzido entre a classe política do país, o setor empresarial e a classe trabalhadora abriu caminho para novas reformas políticas que permitiram desenhar um novo modelo estatal, que para muitos autores seria o início do Estado equatoriano moderno, mas que, no fim das contas, não era mais do que um Estado capitalista incipiente que começava a tecer redes e acordos com setores industriais que emergiram naquela época.

O começo dos anos 70 marca um período especial da história equatoriana. Por um lado, obtemos uma substancial entrada de recursos econômicos, originários da exploração e da comercialização do petróleo e, por outro, se suscita um fenômeno político único e sem precedentes na América Latina: nos referimos ao começo de governos comandados por militares. Estes governos na região foram caracterizados por implementar políticas desenvolvimentistas que tentavam conceder à população uma certa melhoria das condições de vida, mas, apesar disso, a situação não melhorava e, pelo contrário, a crise econômica equatoriana se acentuou. Chega ao fim a década de 70 e com ela finaliza a participação da classe castrense na direção do país. Este ponto culminante de governos militares deixa sequelas de pobreza e de endividamento para o povo equatoriano.

Com a chegada dos anos 80, o Equador voltou a ter um regime “democrático”, mas a situação socioeconômica não melhorou e, pelo contrário, a crise econômica se acentuou para determinados setores da população, tudo isso acompanhado de políticas monetárias encaminhas para a desvalorização do Sucre, que naquela época era a moeda nacional. O início do governo do empresário guaiaquileno León Febres Cordero estabeleceu as bases de uma mudança nas políticas públicas do país, pois foi ele quem abriu as portas para o Equador entrar na ordem mundial do mercado, implementando políticas de corte neoliberal. Esta mudança na ação política do país contribuiu para o início da implementação do receituário do FMI, que iniciou com recomendações de processos de mini desvalorização e macro desvalorização, medidas econômicas que refletiram na cesta básica familiar. A década de 80 concluiu com um fluxo migratório similar ao da década anterior⁵, apesar das fortes medidas econômicas implementadas pelos governos vigentes.

A década de noventa, principalmente no início, foi um período que, em nível mundial, trouxe consigo uma série de mudanças no que se refere à situação política e, portanto,

5 Para ampliar informação, ver: HERRERA, G. La migración vista desde el lugar de origen. **Revista Iconos**, v. 15, n. 1, p. 1–10, 2002.

essas mudanças modificaram o *modus operandi* econômico das nações. A queda do sistema socialista e a difusão de políticas de mercado contribuíram e estimularam uma maior participação da população mundial em atividades comerciais e de intercâmbio de produtos, que antes se encontravam distantes para habitantes de outras latitudes do planeta.

O início deste processo de *globalização* marcou também a abertura de um fenômeno de exportação de mão de obra em todos os países considerados terceiromundistas. Os trabalhadores se deslocaram principalmente para os países da Europa. O Equador não ficou alheio a essa realidade internacional e entrou na dinâmica de país abastecedor de mão de obra “barata”. Esse acontecimento internacional, somado à crise financeira produzida no fim da década de 90, configurou um microcosmo de equatorianos que se viram obrigados a abandonar a sua pátria, as suas famílias, com o firme propósito de melhorar o seu nível de vida e as condições de trabalho.

Algumas narrativas acerca da migração

A partir dos trabalhos de campo realizados nos dois estudos inicialmente mencionados, devo indicar que existem elementos comuns nos relatos deixados pelos entrevistados. É muito provável, e talvez certo, que os testemunhos dos jovens se encontrem influenciados pelas retóricas familiares. No entanto, isso não diminui a importância do que foi expresso pelos jovens e, pelo contrário, nos mostra as estratégias empregadas pelos familiares para conter ou ao menos justificar as ausências de seres queridos.

A. Superação econômica. É recorrente escutar que uma das principais razões pelas quais os adultos migram é a superação econômica. Considera-se que a diversificação da oferta de trabalho nos países de destino é maior do que no país de origem. Por isso, os equatorianos veem a migração como um instrumento que facilita a chegada a um horizonte no qual podem alcançar tudo o que desejam e concebem. Esta possibilidade de alcançar o progresso se encontra em estreita relação com a superação econômica familiar e a aquisição de bens materiais aos quais antes não tinham acesso: “...desde que o meu pai saiu do país, nós temos mais coisas, por exemplo, antes eu não tinha computador e agora já tenho... eu posso fazer as tarefas escolares e inclusive posso comprar materiais solicitados pelo colégio” (Adolescente, mulher, 14 anos).

É constante encontrar nos testemunhos dos jovens relatos que consideram que o “sacrifício de migrar” por parte dos pais permitiu satisfazer necessidades de todo o tipo, no entanto, o relato proporcionado enfatiza os benefícios escolares que as remessas feitas pelos pais migrantes propiciam. É possível que, no espaço privado das famílias e dos familiares pelos quais são responsáveis, sejam reforçadas afirmações como: “... o teu pai se foi pra te dar uma vida melhor e você deve aproveitar estudando, ele manda dinheiro para os estudos e você deve aproveitar” (Adolescente, homem, 14 anos).

B. A fuga dos conflitos conjugais. Considera-se que a migração é um fenômeno que provoca a ruptura familiar e a separação do casal, mas esta afirmação cai por terra quando, no campo dos fatos, encontramos que a ruptura do casal tem origem antes de tomar a decisão de migrar, e que esta iniciativa é a “cortina de fumaça” que se usa para explicar para os filho/as a saída da casa de um dos pais:

Na minha casa, o meu pai sempre brigava com a minha mãe, mas desde que o meu pai foi para os Estados Unidos está tudo bem e eu já não escuto gritos todos os dias e a minha vida é mais tranquila, eu até posso conversar com a minha mãe (Adolescente, mulher, 16 anos).

As fugas dos pais é um tema recorrente nos testemunhos das e dos adolescentes, geralmente, a fuga materna se deve à fuga dos maus-tratos dos quais são vítimas por parte do seu companheiro, assim se oculta a verdadeira intenção de pôr fim a uma relação nociva e violenta, relação que em mais de uma ocasião é escondida das crianças e dos adolescentes.

C. Estabilidade familiar. Chama a atenção o discurso que utilizam os pais e os familiares diante dos filhos e filhas deixados no país de origem: *“a minha mãe está na Espanha faz 7 anos, a vovó diz que ela já vai voltar, que ela teve que viajar pra me dar estabilidade e para eu ter um futuro melhor”* (menina, 9 anos).

Chama especialmente a atenção o fato de os adultos tentarem garantir o futuro de uma criança ou de um adolescente sem oferecer o suporte afetivo-presencial necessário no presente. É importante recordar que a família é um produto sócio-cultural e, portanto, é quem está encarregada de transmitir às novas gerações os traços mais importantes da vida social e, claro, os valores.

Apesar de, na maioria dos casos, os filhos e as filhas de migrantes ficarem sob o cuidado de familiares próximos, que assumem a responsabilidade delegada pelos progenitores e são os encarregados de velar pelo bem-estar das crianças e dos adolescentes, eles reclamam a presença e o cuidado dos progenitores. A ausência materna e/ou paterna não é substituída por nenhuma outra figura filial:

Se a minha mãe estivesse comigo e com a minha irmã, nós seríamos felizes, é verdade que a nossa avó cuida da gente e ama a gente, mas nós sentimos muito a falta dela e procuramos sempre conversar com ela, mas ela trabalha muito e só pode conversar com a gente no domingo (Adolescente, homem, 14 anos).

Em suma, a história das migrações no Equador é um tema que remonta a décadas do século XX. No entanto, a última debandada de migrantes, produzida no fim dos anos 90, constituiu a ruptura familiar de maior relevância, ou seja, as transformações familiares produzidas durante esses anos se mantêm e as crianças e os adolescentes daquela época agora são adultos, adultos que cresceram sem consolidar o ansiado retorno dos pais.

Reflexões finais

Como uma primeira reflexão, podemos afirmar que a migração é um fenômeno que permanece vigente nos lares equatorianos, por razões econômicas ou filiais, já que, desde a última diáspora migratória, aquelas crianças, filhos de pais migrantes, atualmente alcançaram a idade adulta e em muitos casos já se converteram em pais, reproduzindo a lógica do bem-estar aprendida, com prioridade no aspecto econômico. Portanto, agora, existem pais que, ainda que vivam no país, dedicam a maior parte do tempo ao trabalho, provocando um desamparo simbólico nos lares atuais; porque apesar de eles se encontrarem próximos dos filhos, na maioria dos casos os filhos se encontram sob os cuidados de centros educativos. Tal situação gera novas rupturas familiares que, embora sejam diferentes das produzidas pela migração, no balanço final provocam consequências similares.

Produto da migração e do desamparo social, existem altos níveis de violência intra-escolar, assim como problemas de aprendizagem e de estabilidade emocional tanto em crianças quanto em adolescentes, devido a uma frágil figura adulta de referência que lhes dedique atenção, tempo e segurança emocional.

Os espaços de escolaridade são os que servem de referente social para as crianças e os adolescentes. Portanto, surgem novas necessidades escolares a partir das demandas dos pais de família, que exigem atividades extracurriculares e oficinas educativas para guiar e “mitigar” de algum modo as solidões que as crianças e os adolescentes vivem, assim como o tempo livre nas tardes e nos fins de semana em que os pais estão ausentes física ou simbolicamente.

A migração permitiu que os padrões econômicos de bem-estar aumentassem nos lares equatorianos e que se priorizasse objetos e atividades que a globalização demanda, como o uso de *smartphones*, tanto para os adultos, quanto para os adolescentes, e os *tablets* para os mais pequenos e, com isso, o uso de dados móveis, o que produziu novas lógicas de socialização na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTLES, S.; MILLER, M. **The age of migration**. International Population Movements in the Modern World. New York: Guilford Publications, 1993.

ESPINOSA, R. “**Paradojas y complejidades de la emigración en el Ecuador**”. Globalización, migración y derechos humanos. Quito: Ed. Programa Andino de Derechos Humanos, UASB-PADH, Unión Europea, COSUDE, Editorial Abya-Yala, 2004.

HERRERA, G. La migración vista desde el lugar de origen. **Revista Iconos**, v. 15, n. 1, p. 1–10, 2002.

GAITÁN, L. et al. **Los niños como actores en los procesos migratorios**. Implicaciones para los Proyectos de Cooperación. Quito: Editorial Abya Yala, 2008.

RAMÍREZ G.; RAMIREZ, P. **La Estampida Migratoria Equatoriana**. Crise, redes transnacionales y repertorios de acción migratoria. Quito: Editorial Abya-Yala, 2005.

VYGOTSKY, L. **Pensamiento y Lenguaje**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2009.

RESUMO

O processo migratório tem sido uma atividade constante para o ser humano desde o início, em nível global, e as razões pelas quais se toma a decisão de migrar respondem às necessidades de sobrevivência ao longo da história. No caso latino-americano e, particularmente, no do território equatoriano, a crise econômica e a instabilidade política levaram ao crescimento do desemprego e à instabilidade social. A referida migração foi realizada em condições de ilegalidade e por meio de grandes dívidas com pessoas ou entidades ilegais, que impunham juros elevados e, portanto, tais dívidas deveriam ser pagas o mais rápido possível. Para isso, aqueles que migravam tinham de enfrentar condições de vida quase sub-humanas, com o objetivo de economizar e poder enviar as remessas necessárias para o pagamento dos seus bens. Tal situação colocou quem migrava em posição heróica dentro do círculo familiar e da sociedade como um todo, porque, devido às remessas que chegavam ao país, e à dolarização, a economia conseguiu se estabilizar em nível nacional, aumentando a circulação do dinheiro e, com isso, o acesso a bens e serviços que anos antes não estavam ao alcance da população em geral, devido aos altos custos de aquisição. Neste contexto, a ausência de pais e/ou mães estava justificada dentro do entorno familiar, recebendo carta branca em benefício de maiores acessos econômicos e práticas sociais diferentes das práticas dos progenitores.

Palavras chave: migração, jovens, família, crianças.

Children in the migratory process: a current reality

ABSTRACT

The migratory process has been a constant activity for human beings since its dawn, at a global scale, and the reasons for the decision to migrate are related to survival needs throughout history. In the case of Latin America, and particularly in the equatorian territory, the economic crisis and the political instability led to the growth of unemployment and social instability. This migration occurs in illegal conditions and through great debts to illegal individuals or entities, who impose elevated interest rates, meaning that such debts must be paid off as soon as possible. In order to do so, those who migrate have to face nearly subhuman standards of living, with the intent of saving up and sending off the necessary transfers for the payments of their assets. This situation put those who migrate at a heroic position within their own families, and within society as a whole, because the money transfers that came into the country and dollarization caused the economy to stabilize at a national level, increasing the circulation of money and with it the access to goods and services that years before weren't at the reach of the general population due to its high costs. In this context, the absence of parents was justified within the family, receiving a *carte blanche* in the face of benefits such as a wider economic access and different social practices than the previous generation.

Keywords: migration, young people, family, children.

DATA DE RECEBIMENTO: 27/09/2019

DATA DE ACEITE: 05/12/2019



Karina Benavides T.

Mestre em Antropologia e Cultura pela Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador. Especialista em Ciências Sociais com Menção em Psicanálise e Práticas Socioeducativas pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales de Argentina. Pedagoga pela Universidad Politécnica Salesiana. É pesquisadora especialista em Avaliação de Educação Inicial no Instituto Nacional de Evaluación Educativa de Ecuador.

E-mail: karinavb@gmail.com



Daniel Llanos Erazo

Doutor em Ciências Sociais pela Universidad Nacional del Cuyo, Argentina; Mestre em Políticas Sociais de Infância e Adolescência pela Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador. Pedagogo. É pesquisador do Centro de Investigaciones de la Niñez, Adolescencia y Juventud e membro do Grupo de Pesquisa: Educación e Interculturalidad de la Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador. Docente em cursos de graduação e programas de Pós-graduação da mesma instituição e professor convidado em Universidades da América Latina. É pesquisador do GT “Juventudes, Infancias: Políticas, Culturas e Instituciones Sociales” da CLACSO.

E-mail: dllanos@ups.edu.ec



IMAGEM: Pxhere

Infância, alteridade e cuidado: reflexões para um campo em construção

Equipe Niñez Plural

Introdução

Na atualidade, o tema do cuidado infantil aparece como relevante em um contexto em que o cuidado, em geral, se tornou visível como uma atividade e uma relação social que tem de ser problematizada, dando origem a um campo frutífero de discussão.

Neste artigo, vamos nos propor a apresentar brevemente alguns aspectos dos debates sobre o cuidado, a fim de chegar a uma proposta que nos permita aprofundar a visão a partir da qual ele é focado. Para isso, apresentamos uma breve revisão do campo de estudos e, depois, os vincularemos às linhas de pesquisa nas quais nossa equipe de pesquisa¹ está trabalhando.

Como reflexão final, vamos demonstrar que, apesar dos avanços interessantes e evidentes nesse campo interdisciplinar em construção, é necessário incluir, no debate, a forma pela qual a alteridade e as diversas noções e experiências de infâncias afetam os processos do cuidado infantil.

Aproximações ao cuidado infantil: breve revisão do campo de estudos

Os debates atuais sobre o cuidado, recuperando as contribuições do feminismo, apontam para seu caráter de gênero – o cuidado como tarefa atribuída às mulheres –, e enfatizam as relações entre afeto e dinheiro – a “economia do cuidado”, o “mercado do cuidado” – entre trabalho e altruísmo, entre público e privado e entre dependência e autonomia (Zelizer, 2009; Pautassi; Zibechi, 2013). Da mesma forma, autores como Badinter (1991), Arcidiácono e outros (2015) indicam que o cuidado não tem necessariamente um atributo virtuoso, amoroso e moralizante – como é naturalizado no senso comum – mas, em certos casos, materializa-se em atividades indesejadas e implica em coerção, relações de poder e disputas.

Dentro dessas discussões, nos últimos anos, uma interessante linha de estudos foi formada em torno do cuidado das crianças – “esse conjunto de práticas que visam a manter a vida da criança e que geralmente é organizado com base no conhecimento socialmente significativo, tradições e representações e prescrições de conhecimento científico” (Llobet, 2011, p. 1019) –, tendo se tornado mais complexa sua abordagem, percebendo tanto sua sobreposição com os processos socioeconômicos da construção da desigualdade social, como o papel do Estado nas sociedades capitalistas e a enorme diversidade cultural que a atravessa.

Nesse sentido, encontramos, por um lado, as obras de Faur (2014) e Esquivel, Faur e Jelin (2012) que, a partir de um interesse voltado para as políticas públicas, as relações de gênero e o papel do Estado, definem seu tema de estudo em termos de organização social e política do cuidado infantil na Argentina, que

¹ Projeto PIP Conicet 353 “Niñez, Alteridad y Ciudadanía: Tensiones en torno a Prácticas, Políticas y Experiencias de cuidado y protección infantil en las provincias de Neuquén, Salta y Buenos Aires”.

[...] se constitui nas ações de diferentes instituições (Estado, famílias e agências e serviços do mercado e da comunidade) e responde a valores simbólicos (incluindo imagens de gênero e divisão sexual do trabalho) de uma comunidade. Portanto, destaca a dinâmica e a interdependência entre fatores estruturais, tendências políticas e ideológicas e certo “estado de cultura” (Faur, 2014, p. 51).

Por outro lado, a partir das abordagens clássicas da antropologia, o cuidado infantil fazia parte dos chamados processos de socialização ou endocultura, sendo parte dos mecanismos convencionais que cada sociedade constrói para introduzir seus novos membros no mundo dos relacionamentos sociais e transmitir significados culturais. Nesse sentido, as fontes etnográficas têm sido fundamentais para mostrar como, na maioria das sociedades, cuidar dos filhos não é apenas uma tarefa da mãe e do pai, aspecto que muitos estudos de socialização tendem a ignorar (Weisner; Galimore, 1977), provavelmente devido à influência do modelo de família nuclear hegemônica no Ocidente. Nesta linha, consideramos relevante destacar um conjunto de pesquisas etnográficas sobre crianças e educação nas sociedades indígenas latino-americanas (Cohn, 2001; Lopes da Silva; Macedo; Nunes, 2002; Szulc, 2002; Hecht, 2004; Cervera Montejano, 2007; Colangelo, 2009; De Suremain, 2010; García Palacios, 2012; Remorini, 2013; García Palacios; Hecht; Enriz, 2015; Murray et al., 2015) que, ao descrever e analisar diferentes formas de construir e vivenciar os estágios iniciais da vida, bem como várias práticas de cuidado e educação infantil, iluminam a complexidade do cuidado como processo sociocultural.

Outra série de estudos antropológicos, por sua vez, fornece valiosas ferramentas conceituais para pensar o cuidado no contexto latino-americano, como o trabalho de Santillán (2009) sobre os sentidos em tensão em torno do cuidado e das responsabilidades dos pais nos setores populares da Grande Buenos Aires. Santillán destaca como, nesses casos, “as iniciativas vinculadas à socialização e educação de muitas crianças residentes nos bairros populares são definidas em padrões relacionais de intervenção social, responsáveis por atores sociais que incluem e ultrapassam o esperado das instituições para isso (como escola e casa)” (p. 51).

Por outro lado, mesmo sem focar na questão do cuidado, outros estudos oferecem uma análise interessante das formas de governo, moralização e normalização de crianças e famílias dos setores populares e seus vínculos com políticas e instituições públicas em diferentes contextos. (Vianna, 2002; Grinberg, 2008; Fonseca; Schuch, 2009; Lugones, 2009; Barna, 2012; Magistris, 2014; Bittencourt Ribeiro, 2015; Villalta; Llobet, 2015).

Em diálogo com as contribuições acima mencionadas, já há alguns anos, desenvolvemos nossas abordagens no campo do cuidado infantil, em várias linhas de pesquisa, porém interrelacionadas, que apresentaremos brevemente a fim de desdobrar nossa abordagem proposta.

Algumas linhas de pesquisa sobre cuidados infantis

Nossa aproximação aos estudos sobre o cuidado é nutrida pelo trabalho que estamos desenvolvendo no campo da abordagem antropológica e sociológica da infância, em

relação à alteridade. Estamos interessados em colocar em jogo a categoria de cuidado em outros campos, em outros contextos. Tais preocupações estão guiando nossas investigações no marco do projeto mencionado “Niñez, Alteridad y Ciudadanía”², no qual consideramos o conceito de cuidado como uma forma privilegiada de acesso para explorar os processos de construção da infância em diferentes situações e contextos, enquanto iluminam de maneira particular as relações intra e intergeracionais, bem como as noções da criança, processo vital, pessoa, corpo, parentalidade, formação, família – entre outras –, que intervêm nelas.

Dentro dos diferentes campos e contextos que nossa pesquisa abrange, fomos capazes de revelar como o cuidado é concebido de maneiras diferentes, às vezes conflitantes, ligadas à pluralidade de noções sobre infância e alteridade. Recorremos ao conceito de alteridade, porque ele nos permite abordar de forma interrelacionada os processos de formação de relacionamentos ligados à diversidade e à desigualdade. Nesse sentido, como será evidenciado mais adiante, trabalhamos com vários setores socialmente vulneráveis da Argentina, tanto com diferentes povos indígenas, migrantes, quanto com outros grupos em condições semelhantes de desigualdade social. Nossas perguntas abordam o entrecruzamento de vários eixos analíticos que, só por uma questão de ordem, apresentaremos separadamente.

Aqui, nos deteremos especialmente em três deles: o cuidado em áreas domésticas, comunitárias e de bairro; o enredo de cuidado exibido pelas políticas públicas e as diferentes instituições vinculadas a meninos e meninas; e o cuidado prestado à participação de meninos e meninas no campo da política e das atividades produtivas.

Cuidado das crianças em áreas domésticas, comunitárias e de bairro

Primeiramente, em nossa pesquisa, abordamos etnograficamente a forma como o cuidado infantil é implantado em vários ambientes domésticos, comunitários e nos bairros. Aqui, destacamos as relações que as crianças mantêm entre si e com os adultos, as experiências pelas quais passam, os espaços pelos quais circulam, os responsáveis pelos diferentes aspectos de seus cuidados e os problemas que cada um prioriza. Assim, temos pesquisas que analisaram as práticas de cuidado e parentalidade de meninos e meninas em um bairro toba/qom, em Buenos Aires, e, mais recentemente, em Chaco (García Palacios, 2012; García Palacios; Hecht; Enriz, 2015), em comunidades e organizações mapuche na província de Neuquén (Szulc, 2015), em cidades rurais na província de Salta (Leavy, 2018) e em um bairro da cidade de Buenos Aires com população de origem boliviana (Varela, 2017). Em tais contextos, temos alertado para a polissemia acentuada do conceito de cuidado, uma vez que destacamos várias definições sobre o que é cuidar, quem se importa, de que maneira e para quê, bem como as tensões que o envolvem diariamente, o que aponta para as relações de alteridade que estão em jogo. Da mesma forma, é interessante investigar a espacialidade do cuidado, como é

2 “Infância, Alteridade e Cidadania”.

traçada uma “cartografia do cuidado”. Essa representação nos permite observar como as agências estatais e organizações sociais, familiares, vizinhos e colegas são integrados a esse enredo que cuida tanto dos filhos de setores populares que moram no bairro de La Plata, província de Buenos Aires (Hernández, 2016), como dos que moram em uma organização de bairro na cidade de Buenos Aires (Shabel, 2016).

Nesse sentido, esses trabalhos nos permitiram tornar visíveis que as práticas de cuidado não são patrimônio exclusivo do “mundo” adulto (Szulc, 2015; Leavy, 2018; Frasco Zuker, 2016; García Palacios, 2012; Colangelo, 2009). O reconhecimento de práticas de cuidado por crianças é extremamente desafiador, pois são comumente consideradas receptoras e não cuidadoras, de acordo com a maneira ainda hegemônica de reificar essa faixa etária, tratando-as como objeto das ações dos adultos (Szulc, 2004).

Essas mesmas investigações também abordam as formas pelas quais o cuidado infantil é realizado a partir de políticas públicas, bem como as ações de várias instituições, as quais apresentaremos a seguir.

Tramas institucionais do cuidado

Para entender melhor essa estrutura complexa, é essencial investigar as formas pelas quais o cuidado e a educação das crianças em várias instituições e políticas públicas são configurados. Para isso, realizamos as pesquisas no campo educacional, em geral, e na escola, em particular, sobre os processos de treinamento de crianças migrantes bolivianas nos espaços educacionais e comunitários da cidade de Buenos Aires (Varela, 2017), nas propostas formativas das próprias organizações mapuche em Neuquén (Szulc, 2015) e na educação intercultural bilíngue desenvolvida nas últimas décadas, especialmente para as populações indígenas das províncias de Neuquén (Szulc, 2009), Buenos Aires e Chaco (García Palacios; Hecht; Enriz, 2015). De maneira geral, observamos que as escolas – embora constituam praticamente a única possibilidade dessas populações afetadas pelo “cuidado não familiarizado” – frequentemente entram em tensão com os hábitos e formas de cuidar de tal setor, exibindo uma perspectiva de origem burguesa ainda hegemônica sobre o que é a infância e quais cuidados ela requer (Szulc, 2004). Nos quadros institucionais do cuidado infantil, o campo religioso também se torna relevante, em que várias igrejas e contextos sócio-religiosos (católicos, evangélicos e/ou indígenas) têm um lugar privilegiado (García Palacios, 2014; Szulc, 2015; Leavy, 2018), como organizações da sociedade civil, nas quais o estado “terceiriza” o cuidado infantil (Hernández, 2016); áreas em que outras relações de alteridade também surgem como relevantes.

Da mesma forma, nossa pesquisa mostra o papel preponderante do conhecimento médico na maneira como o cuidado à criança é definido a partir de políticas públicas. Nesse sentido, a pesquisa etnográfica com comunidades Ava-Guarani e crioula, na província de Salta (Argentina) (Leavy, 2015; 2018) e em áreas estaduais de assistência à saúde infantil na província de Buenos Aires (Colangelo, 2018), permitiu observar que as políticas de saúde geralmente colocam as mães como as únicas responsáveis pelo cuidado da criança, descontextualizando os processos sociais, econômicos e políticos

que definem sua organização. O mesmo foi observado no processo de medicalização da parentalidade na Argentina no início do século XX (Colangelo, 2012) e as maneiras pelas quais os cuidados infantis são concebidos ao mesmo tempo por meio de políticas alimentares voltadas para crianças indígenas na Colômbia e Argentina (Leavy; Szulc; Anzelin, 2018; Leavy, 2015). Essa visão etnográfica das intervenções de saúde pública em relação às crianças nos permitiu conhecer um campo de disputas em que avaliações, classificações e ações estão ocorrendo constantemente – com fortes passagens morais – sobre a maneira como as crianças são cuidadas (Colangelo, 2018), especialmente se pertencerem a famílias indígenas (Leavy, 2018).

Em relação às políticas públicas e sua implementação, também nos focamos no estudo do campo do controle criminal, realizando um estudo de estratégias de controle social de tipo normalizador e moralizante na população de meninas, meninos, adolescentes e jovens em setores socialmente vulneráveis (Guemureman, 2011; 2015). Os efeitos perversos da “falta de proteção” e da falta de atendimento, estendendo essa ausência à deficiência no acesso e na implementação de políticas públicas, traduzem-se em uma população que, por ser violada e “em risco”, fica “em risco”, e, portanto, “de cuidado”, aumentando os componentes reativos do controle social à medida que crescem e se tornam adolescentes. Essas investigações permitem identificar a face do cuidado e a proteção, mostrando as múltiplas dimensões da falta de proteção e da ausência de cuidado, expressas na violação de direitos (Guemureman, 2014).

Finalmente, no marco institucional do cuidado infantil nos contextos em que trabalhamos, a ação de organizações internacionais, como o UNICEF, também pode ser alertada de que, por exemplo, em uma campanha sobre os direitos das crianças e adolescentes indígenas, se criou a ideia de a “criança universal” como sujeito individual “vulnerável”, desvinculando seus cuidados da situação territorial conflitiva e não resolvida de suas comunidades, reificando essa “vulnerabilidade”, associando-a a problemas ambientais (Szulc et al., 2016).

O cuidado diante da participação de crianças em espaços políticos e produtivos

Um terceiro eixo analítico refere-se à problematização da noção de cuidado a partir do estudo da participação de crianças, principalmente de setores populares, em espaços políticos, produtivos e reprodutivos (Shabel, 2016; Morales; Retali, 2018; Szulc, 2018). Assim, o trabalho de campo realizado dentro das organizações sociais indígenas e não indígenas (Szulc, 2018; Shabel, 2016; Hernández, 2016) não só explica as diferentes maneiras de configurar esta fase da vida, mas também propõe questionar os vínculos estabelecidos pelo Estado em suas formas de intervenção com suas famílias.

Por outro lado, a pesquisa sobre trabalho infantil busca problematizar o vínculo entre infância e trabalho, tornando visíveis as várias formas de produção de valor fora das relações salariais, em um ambiente urbano – a cidade de La Plata (Buenos Aires) (Rausky, 2015) – e outro periurbano – Colonia Wanda (Misiones) – (Frasco Zuker, 2016; Frasco

Zuker; Rausky, 2017). O eixo das investigações analisa as diferentes maneiras pelas quais o trabalho das crianças se enquadra em diferentes contextos familiares – explorando as formas pelas quais as transações econômicas se misturam às relações pessoais, afetivas e de cuidado – e os sentidos que tanto as crianças quanto os adultos designam para trabalhar, em contextos de pobreza.

Um aspecto a destacar nesses estudos é que as crianças não só participam de atividades produtivas, mas também realizam tarefas reprodutivas que permitem o desenvolvimento da vida familiar. Assim, tais pesquisas revelam que o cuidado é uma prática que envolve interdependência, reciprocidade e obrigações de todos os membros da família, embora com especificidades de gênero e idade, e que sua análise detalhada permite mostrar os alcances e as condições da agência infantil, evidenciando as maneiras pelas quais meninos e meninas colocam em jogo várias margens de ação e negociação.

Além dos cuidados

Como já citado, nos últimos anos, houve avanços consideráveis no campo dos estudos sobre cuidados infantis que contribuem para pensar sobre essa questão em termos de organização e além dos limites da esfera privada e/ou doméstica, incluindo em sua análise as estruturas regulatórias e os agentes privados e estatais que dela participam. No entanto, afirmamos que ainda há muito a ser feito, principalmente em duas direções.

Por um lado, consideramos enriquecer o diálogo entre esses antecedentes e os trabalhos mencionados que abordam as crianças a partir de uma aproximação etnográfica, uma vez que a problematização da infância e as perspectivas das crianças têm muito a contribuir para esse campo de pesquisa.

Por outro lado, propomos ampliar o foco para analisar não só a dimensão sociopolítica do cuidado infantil, colocando-o no processo de construção de desigualdades sociais, mas também dentro da estrutura da diversidade da experiência humana, que propomos abordar como uma alteridade que se estrutura com a produção de desigualdades, mas ao mesmo tempo “refere-se a uma relação de subalternidade que se justifica na diferença e que implica assimetria” (Kropff, 2010, p. 174). As linhas de pesquisa que aqui analisamos sinteticamente revelam que as relações de alteridade afetam fortemente as definições, práticas e disputas de cuidado das crianças nos vários campos, embora os estudos mais clássicos nesse campo não os tenham levado em consideração. É por reconhecer essa complexidade que procuramos focar as tensões que ocorrem em torno do cuidado, levando em consideração que a definição de maneiras socialmente apropriadas de cuidar das crianças constitui um ponto crucial nas disputas materiais e simbólicas sobre reprodução ou transformação de toda a sociedade.

Nesse sentido, nas diversas linhas de pesquisa que desenvolvemos e que descrevemos sinteticamente, temos trabalhado na problematização do cuidado infantil, investigando como ele se articula com as construções da infância, alteridade, diversidade e desigualdade nos contextos locais da Argentina contemporânea.

Por fim, ao mesmo tempo, nosso trabalho caracteriza-se por explorar a maneira pela qual as práticas e perspectivas das próprias crianças intervêm nesses processos, uma investigação que – consideramos – contribui significativamente para o campo dos estudos sobre cuidados infantis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCIDIÁCONO, P.; RAFFIN, M.; ARFUCH, L.; NATENZON, C. Conversaciones: El cuidado como práctica política y socio-cultural. **Argumentos**. Revista de Crítica Social del Instituto de Investigaciones Gino Germani, Buenos Aires, n. 17, p.1-40, 2015.

BADINTER, E. **¿Existe el amor maternal?** Historia del amor maternal. Siglos XVII al XX. Barcelona: Paidós Ibérica, 1981.

BARNA, A. Convención Internacional de los Derechos del Niño. Hacia un abordaje desacralizador. **KAIROS**. Revista de Temas Sociales, n. 29, 2012.

BITTENCOURT RIBEIRO, F. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de “crianças e adolescentes” em contextos da “proteção à infância”. **Política & Trabalho**. Revista de Ciências Sociais, n. 43, p. 49-64, jul./dez., 2015.

CERVERA MONTEJANO, M. D. Etnoteorías parentales, alma y enfermedades infantiles entre los mayas de Yucatán. **Estudios de Antropología Biológica**, México, v. 13, n. 2, p. 731-750, 2007.

COHN, C. Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil. **Cadernos de campo**, FFLCH-USP, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 13-26, 2001.

COLANGELO, A. La salud infantil en contextos de diversidad sociocultural. In: TAMAGNO, L. (Org.). **Pueblos indígenas: interculturalidad, colonialidad, política**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

_____. **La crianza en disputa: medicalización del cuidado infantil en la Argentina entre 1890 y 1930**. 2012. Tesis (Doctorado Ciencias Naturales) - Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2012.

_____. Sentidos y prácticas sobre el cuidado infantil en ámbitos estatales de atención de la salud en el partido de La Plata, Argentina. In: FONSECA, C.; MEDAETS, C.; RIBEIRO, F. (Org.). **Pesquisas sobre Família e Infância no Mundo Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018. (En prensa).

DE SUREMAIN, C. É. Quand ‘le cheveu fait l’homme’. La cérémonie de la première coupe de cheveux de l’enfant en Bolivie. **Autrepart**, n. 55, 2010.

ESQUIVEL, V.; FAUR, E.; JELIN, E. **Las lógicas del cuidado infantil**. Entre las familias, el Estado y el mercado. Buenos Aires: IDES, UNICEF, UNFPA, 2012.

FAUR, E. **El cuidado infantil en el siglo XX**. Mujeres malabaristas en una sociedad desigual. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2014.

FONSECA, C.; SCHUCH, P. (Org.). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FRASCO ZUKER, L. Investigación etnográfica sobre experiencias de trabajo infantil en el noreste argentino. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, Colombia, v. 14, n. 2, p. 1205-1216, 2016.

FRASCO ZUKER, L.; RAUSKY, M. E. Los matices del trabajo infantil: discursos hegemónicos y debates a partir de diferentes experiencias de investigación en Argentina. In: Seminário

Internacional Infâncias Sulamericanas. Crianças nas cidades, políticas e participação, 1, 2017, São Paulo, Brasil. **Anais do I Seminário Internacional Infâncias Sulamericanas**. São Paulo: Faculdade de Educação – USP, 2017.

GARCÍA PALACIOS, M. Going to the churches of the Evangelio: Children’s Perspectives on Religion in an Indigenous Urban Setting in Buenos Aires. **Childhood’s Today**, v. 8, n. 1, p. 1-25, 2014.

_____. **Religión y etnicidad en las experiencias formativas de un barrio toba de Buenos Aires**. 2012. Tesis (Doctorado con mención en Ciencias Antropológicas) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012.

GARCÍA PALACIOS, M.; HECHT, A. C.; ENRIZ, N. Crianza y niñez en dos comunidades indígenas de la Argentina (*qom* y *mbyá*). **Revista Cuicuilco**, ENAH, México. v. 64, n. 22, p. 185-201, sep./dic, 2015.

GRINBERG, J. Transformaciones en el tratamiento de la niñez en riesgo. Reflexiones sobre un dispositivo de protección a la infancia en la Ciudad de Buenos Aires. **Cuadernos de Antropología Social**, FFyL – UBA, n. 27, 2008.

GUEMUREMAN, S. Los mil y un rostros de la protección. Desde el amparo a las medidas de protección especial de derechos. In: ENTEL, A. (Org.). **Infancia varios mundos**. Buenos Aires: Fundación Arcor-Walter Benjamin, 2014.

_____. **La cartografía moral de las prácticas judiciales en los Tribunales Orales de menores en la Ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2011.

_____. (Org.). **Políticas penales y de seguridad dirigidas hacia adolescentes y jóvenes**. Santa Fe: Rubinzal Culzoni Editores, 2015.

HECHT, A. C. Hacia una revisión de la categoría ‘niño’ y ‘cultura wichí’ a través de la escuela en el departamento Ramón Lista (Formosa). In: Congreso Argentino de Antropología Social, 7, 2004, Villa Giardino, Córdoba. **Anais do VII Congresso Argentino de Antropología Social**. Villa Giardino, Córdoba, 2004.

HERNÁNDEZ, M. C. **Crecer en la ciudad: Usos y representaciones del espacio urbano entre niños y niñas de La Plata** (Provincia de Buenos Aires, Argentina). 2016. Tesis (Doctorado en Antropología Social) - IDAES - Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2016.

KROPFF, L. Apuntes conceptuales para una antropología de la edad. **Avá**. Revista de Antropología, n. 16, 2010.

LEAVY, M. P. Aportes desde la antropología para pensar el flagelo de la desnutrición. **Horizontes Sociológicos**, v. 3, n.1, p. 3-22, 2015.

_____. **“Hacer crecer la cría”**. Un análisis antropológico sobre el cuidado y la nutrición infantil en el departamento de Orán, Salta. 2018. Tesis (Doctorado en Ciencias Antropológicas) - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2018.

LEAVY, M. P.; SZULC, A.; ANZELIN, I. Niñez Indígena y desnutrición. Análisis antropológico en programas alimentarios en Colombia y Argentina. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 48, p. 39-54, 2018.

LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, S.; NUNES, A. (Org.). **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo: Global, 2002.

LUGONES, M. G. **Obrando en autos, obrando en vidas: formas e fórmulas de Proteção Judicial dos tribunais Preventivos de Menores de Córdoba, Argentina, nos começos do século XXI**. 2009. Tesis (Doctorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

- LLOBET, V. Entrevista sobre primera infancia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, Colombia, v. 9, n. 2, jul./dic., 2011.
- MAGISTRIS, G. Del niño en riesgo al niño sujeto de derecho. **Niños, menores e infancias**, Instituto Derechos del Niño, Facultad Ciencias Jurídicas y Sociales, La Plata, n. 9, 2014.
- MORALES, S.; RETALI, E. Niñez, lucha de clases y educación popular. In: MORALES, S.; MAGISTRIS, G. (Org.). **Niñez en movimiento**. Del adultocentrismo a la emancipación. Buenos Aires: Chirimbote, El colectivo, Ternura rebelde, 2018.
- MURRAY, M.; BOWEN, S.; SEGURA, N.; VERDUGO, M. Apprehending Volition in Early Socialization: Raising “Little Persons” among Rural Mapuche Families. **ETHOS**, v. 43, n. 4, p. 376–401, 2015.
- PAUTASSI, L.; ZIBECCHI, C. (Org.). **Las fronteras del cuidado**. Buenos Aires: Biblos, 2013.
- RAUSKY, M. E. Los niños y niñas que trabajan: relaciones de género y generacionales. In: EGUÍA, A.; ORTALE, S.; PIOVANI, J. I. (Org.). **Género, trabajo y políticas sociales**. Apuntes teórico-metodológicos y estudios de caso en el Gran La Plata. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- REMORINI, C. Estudios etnográficos sobre el desarrollo infantil en comunidades indígenas de América Latina: contribuciones, omisiones y desafíos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 3, p. 811-840, set./dez., 2013.
- SANTILLÁN, L. La crianza y la educación infantil como cuestión social, política y cotidiana: una etnografía en barrios populares de Gran Buenos Aires. **Anthropologica**, Lima, n. 27, p.47-73, 2009.
- SHABEL, P. “Venimos a jugar y a luchar”. Participación política de niños y niñas en organizaciones sociales. **Lúdicamente**, v. 5, n. 10, 2016.
- _____. “I Learn as I Please”: The Construction of Children’s Knowledge in, and about, a Buenos Aires Neighbourhood. **Children and society**, 2018. (En prensa).
- SZULC, A. La antropología frente a los niños: De la omisión a las “culturas infantiles”. In: Congreso Argentino de Antropología Social, 7, 2004. **Publicación electrónica en CD**. 2004.
- _____. Becoming Neuquino in Mapuzugun (Mapuche language): Teaching Mapuche Language and Culture in the Province of Neuquén, Argentina. **Anthropology and Education Quarterly**, v. 40, n. 2, p. 129-149, 2009.
- _____. **La niñez mapuche**. Sentidos de pertenencia en tensión. Buenos Aires: Biblos, 2015.
- _____. Entre la tutela y la represión. Nociones sobre la infancia y la identidad mapuche ante la participación política infantil en Neuquén, Argentina. In: FONSECA, C.; MEDAETS, C.; RIBEIRO, F. (Org.). **Pesquisas sobre Família e Infância no Mundo Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018. p. 109-129.
- SZULC, A.; COLANGELO, A.; SHABEL, P.; LEAVY, P.; HERNÁNDEZ, C.; ENRIZ, N. Al rescate de la niñez indígena. **Política y Sociedad**, v. 53, n. 1, p. 123-142, 2016.
- VARELA, M. D. **La educación en los primeros años de la niñez**: interculturalidad y crianza de niños migrantes bolivianos en la ciudad de Buenos Aires. 2017. Tesis (Licenciatura en Antropología Social) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2017.
- VIANNA, A. de R. B. **Limites da Menoridade**: tutela, família e autoridade em julgamento. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VILLALTA, C.; LLOBET, V. Resignificando la protección. Los sistemas de protección de derechos de niños y niñas en Argentina. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, Colômbia, v. 13, n. 1, p. 167-180, 2015.

WEISNER, T. S.; GALLIMORE, R. My Brother's keeper: Child and Sibling Caretaking. *Current Anthropology*, v.18, n. 2, 1977.

ZELIZER, V. *La negociación de la intimidad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RESUMO

No presente artigo, vamos nos propor a apresentar brevemente alguns aspectos dos debates sobre o cuidado, a fim de chegar a uma proposta que nos permita aprofundar a visão a partir da qual ele é focado. Para isso, apresentamos uma breve revisão do campo de estudos e, depois, os vincularemos às linhas de pesquisa nas quais nossa equipe de pesquisa está trabalhando: cuidado infantil nas áreas domésticas, comunitárias e dos bairros; os padrões institucionais de cuidado e cuidado diante da participação de crianças em espaços políticos e produtivos. Como reflexão final, propomos que, apesar dos avanços interessantes que vêm ocorrendo nesse campo interdisciplinar, é necessário abordar como a alteridade afeta o cuidado infantil e quais são as diferentes noções e experiências das crianças que brincam nesse campo em construção.

Palavras-chave: infância, alteridade, cuidado.

Childhood, otherness and care. Reflections for an emerging field of study

ABSTRACT

In this article we aim to give an account of some relevant aspects of the growing child care field of studies, to deepen the view from which it is generally approached. To this end, we present a brief review of the investigations on the subject and link some of these lines with those developed by our research group, which is devoted to the fields of child care in domestic, collective and communal spheres, the institutional trails of caring and the caring practices in political and productive experiences. As a final reflection, we propose that in spite of the interesting advances that have been taking place in this interdisciplinary field, it is necessary to include how alterity affects child care, and which are the different notions and experiences of childhood involved in caretaking processes, as a contribution to this field under construction.

Keywords: childhood, alterity, care.

DATA DE RECEBIMENTO: 24/08/2018

DATA DE APROVAÇÃO: 25/11/2019



Equipe Niñez Plural

Equipe de investigação social e antropológica formada por Andrea Szulc, María Adelaida Colangelo, Mariana García Palacios, Pía Leavy, Paula Shabel, Celeste Hernández, Silvia Guemureman, María Eugenia Rausky, Laura Frasco Zuker, Melina Varela e Santiago Morales, radicada no Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Facebook: Niñez Plural.

E-mail: ninezplural@gmail.com



IMAGEM: Pxhere

Escola e Projetos de Vida: o que dizem os(as) jovens sertanejos(as) de Alagoas

Isabel Cristina Oliveira da Silva

Ana Maria Freitas Teixeira

Introdução

Caro leitor, você se lembra dos planos que traçava para o futuro e dos sonhos compartilhados com os amigos nos corredores da escola? Esses planos se concretizaram, foram esquecidos ou passaram por várias reformulações? Poderíamos dedicar horas à elaboração de respostas para essas indagações, entretanto, tais questões introduzem uma temática merecedora de debate no âmbito da educação, sobretudo, quando tratamos dos(as) jovens que cursam o ensino médio.

Assim, nossa reflexão está situada no campo das conexões que jovens do ensino médio estabelecem entre seus projetos de vida e a escola. Trata-se de uma problemática complexa que ocupou lugar de destaque na pesquisa desenvolvida ao longo do mestrado em educação (2016-2018), na Universidade Federal de Sergipe (UFS)¹. A pesquisa teve como campo empírico uma escola pública no município de Delmiro Gouveia, sertão do estado de Alagoas, localizada a aproximadamente 295 km da capital, Maceió.

O município de Delmiro Gouveia possui sete instituições voltadas ao ensino médio, sendo quatro estaduais e três privadas. Para esta investigação, foi selecionada uma escola pública, situada no centro da cidade, por atender grande demanda de alunos(as) provenientes de vários bairros, povoados e vilas. Até o ano de 2016, as informações obtidas junto à coordenação pedagógica da instituição indicaram um quadro de 21 turmas, perfazendo um total de 922 jovens matriculados. Por sua vez, os sujeitos centrais de nossas inquietações estavam organizados em seis turmas de 3º ano do ensino médio, sendo duas turmas no período matutino, duas no vespertino e duas no noturno. Avaliamos que seria inviável realizar a pesquisa com seis turmas em função, inclusive, da profundidade e amplitude dos dados a serem produzidos e analisados. Desse modo, optamos por trabalhar com uma amostra de três turmas, sendo uma de cada turno de funcionamento da instituição.

Nos dias em que estivemos presentes na escola, a preocupação dos(as) jovens com o futuro se evidenciava em função das exigências escolares. Portanto, mesmo a pesquisa de mestrado tendo como problemática principal as experiências musicais no ambiente escolar², a presença em campo fez emergir nosso interesse em torno das inquietações que marcam o estágio de conclusão do ensino médio, quando a brincadeira “o que você quer ser quando crescer?” torna-se ainda mais séria e exige resposta imediata.

Em virtude do debate proposto, apresentamos no tópico a seguir uma contextualização do estudo, trazendo as contribuições de pesquisadores que se ocupam dessa temática e os achados da pesquisa.

1 A pesquisa de mestrado resultou na dissertação intitulada “Juventude e expressividades musicais no espaço escolar do alto sertão de Alagoas”, cuja defesa foi realizada em janeiro de 2018 e contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – código de financiamento 001.

2 Para aprofundar o debate sobre a relação dos jovens com a música no espaço escolar, consultar a dissertação de Silva (2018), disponível no repositório institucional da UFS: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9205>>.

Projetos de vida, juventude e atuação da escola

Iniciamos as reflexões retomando o contexto sociogeográfico em que a pesquisa foi desenvolvida, problematizando concepções que rapidamente se transformam em pressupostos não contestados, tal como é o caso de considerar, invariavelmente, a seca como principal causador dos infortúnios que assolam a população sertaneja. Castro (2001, s/p) esclarece que “no caso do semiárido nordestino a perspectiva de que residem nas dificuldades impostas pela sua natureza a principal causa dos problemas da Região tem sido um recurso discursivo que, seduz e compromete toda a sociedade”. Na direção contrária, comungamos de uma análise que entende a necessidade de observar o sertão sob vários ângulos, fomentando políticas sociais para amenizar o impacto da seca na vida sertaneja, inclusive, no que se refere à escolarização e continuidade formativa dos(as) jovens.

Ao mesmo tempo, o sertão de hoje já não se limita à terra seca, rachada e pobre distante da modernidade. Na verdade, tais comunidades usufruem das vantagens urbanas em termos tecnológicos e de mercado, reconfigurando a estrutura de seus contextos e ampliando o acesso a bens e serviços. Perante os pressupostos expostos, é necessária contínua produção intelectual sobre esse novo rural que se constitui – expresso nos domínios conhecidos como sertão, campo, povoado e distrito –, abordando suas transformações e os agentes que lhe dão significados.

No caso das pesquisas em educação, Carneiro (1997, p. 59) assevera que o foco deve estar sobre “os agentes sociais deste processo e não mais para um espaço geográfico; reificado possibilita, por exemplo, que a distinção entre ‘cidade’ e ‘aldeia’ ou ‘urbano’ e ‘rural’ desapareça ou torne-se inútil como questão”. Dessa forma, nos dirigimos aos(as) jovens alunos(as) do sertão de Alagoas como sujeitos que carregam em si sentidos de seus lugares de origem, bem como se encontram permeados por contextos que influenciam na construção de suas individualidades. Escutam músicas distintas de seus pais, compartilham o mundo virtual, acompanham os serviços difundidos pela indústria midiática e desejam consolidar seus projetos em outras localidades.

Destarte, o jovem rural de hoje não é o mesmo de gerações anteriores, a atual sociedade em seus complexos processos exige deles responsabilidade, comprometimento e conhecimento para o trabalho. Nesse cenário, a escola desempenha um papel de extrema importância, proporcionando momentos de diálogos para que os(as) jovens elaborem suas próprias respostas às incertezas emaranhadas aos projetos de vida desenhados no encontro entre interesses individuais, exigências sociais e possibilidades mais ou menos concretas.

A preponderância da escuta atenta quanto às incertezas e medos foi evidenciada em vários momentos durante a pesquisa, quando vários(as) jovens exclamavam as palavras, “eu quero ser alguém na vida”. Alves e Dayrell (2005, p. 387) afirmam que “ser alguém na vida significa ser reconhecido, ter o respeito, ser enxergado e conhecido. Ser ouvido e respeitado. Ser valorizado. Enfim, sair da condição de invisibilidade”. Essa condição envolve uma gama de questões atreladas: independência financeira; maioridade civil;

o *status* profissional; a vida amorosa; tomar as próprias decisões sem interferência familiar; dentre outras que configuram a emancipação de si.

Não podemos deixar de mencionar que esse estágio da vida se caracteriza pelas diferentes possibilidades em que os sujeitos estão imersos. Alves e Dayrell (2005) seguem suas interpretações, sinalizando que o campo de possibilidades não incide em fenômeno eminentemente favorável, ele é marcado pelas condições estruturais. Desse modo, quando falamos de projetos de vida nas juventudes, referimo-nos ao processo constante de avaliação e reavaliações dos(as) jovens sobre suas próprias atitudes na garantia da implementação de seus projetos, resistindo às dificuldades postas pelo contexto socioeconômico. No plano das possibilidades, os(as) jovens vislumbram a frequência ao ambiente escolar como necessária à efetivação das projeções, bem como reconhecem, nesse percurso, as problemáticas inscritas pelo cenário biográfico, tomando-as enquanto desafios a serem superados.

Ser alguém na vida, bem como a atuação da escola nesta trama, é discutido mais à frente de modo cruzado aos dados da pesquisa, os quais foram produzidos mediante a utilização de um questionário estruturado aplicado às 3 turmas de 3º ano elencadas acima, perfazendo um total de 116 jovens com idade entre 15 a 31 anos. O referido instrumento foi organizado em três blocos, sendo eles: dados pessoais; música e lazer; música e escola, conduzindo a elaboração de um perfil dos(as) jovens alunos(as) no último ano do ensino médio.

Através do questionário, constatamos que 52,6% eram do sexo feminino e 47,4% do sexo masculino; 57,8% moravam na cidade e 40,5%, em povoados e sítios. 80,2% residiam em uma família nuclear. Em relação a estes, 37,1% das mães concluíram o ensino médio e somente 30,2% dos pais finalizaram a educação básica, nos levando a crer que os(as) jovens, em relação aos seus responsáveis, possuem condições favoráveis para a conclusão da escolarização e a continuidade dos estudos. Tal conjuntura está atrelada às reflexões de Bourdieu (apud Nogueira; Catani, 2015), sinalizando que os pais buscam compensar os(as) filhos por meio da educação, ofertando o capital cultural a eles negado.

Para discutir as experiências musicais na escola, concentramos nossa atenção no segundo instrumento de produção de dados: a entrevista semiestruturada coletiva. A realização dos momentos em grupo partiu do pressuposto de que os jovens, quando “colocados em interação e diálogos, estimulados a refletirem sobre um tema proposto, não apenas manifestam suas opiniões, mas partilham, aprofundam e modificam suas percepções” (Leão et al., 2011, p. 1067), fazendo, também, emergir novas orientações reflexivas. Paralelamente, um segundo elemento foi considerado na escolha da entrevista coletiva: durante os períodos de observação, feitos após a realização do questionário, era comum no intervalo das aulas encontrar os(as) jovens reunidos em grupo, conversando sobre assuntos diversos, trocando comentários sobre as músicas prediletas ou até mesmo tocando violão e cantando. No decorrer dos dias, foi se evidenciando que, para as entrevistas, eles e elas se sentiriam mais seguros acompanhados de seus pares, ao menos daqueles que compartilhavam o mesmo ano escolar. De fato, ocorreu como pensávamos. A expressão “só vou se você for” se fez presente durante os convites.

Estabelecemos duas entrevistas coletivas³ com o máximo de seis integrantes para cada turma envolvida na pesquisa, tendo sido realizadas na biblioteca da cidade em horários diferentes das aulas dos(as) jovens e gravadas em áudio. Esses momentos aconteceram na biblioteca, pois os(as) participantes sugeriram os encontros em espaços exteriores à escola na intenção de estarem a vontade em suas falas. A biblioteca era o lugar mais próximo a todos e possuía ambiente para reuniões. Nos dias combinados para cada turma, compareceram os seis participantes do período matutino, mas somente três do turno vespertino. Em relação ao período noturno, somente um jovem compareceu, mas recusou-se a conceder a entrevista devido à ausência de seus colegas. Durante as entrevistas – as quais eram destinadas às experiências de música na escola –, os projetos de vida surgiram como inquietação e, apesar das tentativas de retomada do objetivo de discussão, os projetos de vida voltavam ao centro do debate, gerando depoimentos que estão transcritos no próximo tópico.

“Já estamos no 3º ano do ensino médio, agora vai ou vai, não tem essa de ficar em dúvida”⁴

Para os(as) jovens do último ciclo da educação básica, os convites à reflexão sobre o futuro desencadeiam conflitos para além do aspecto profissional, fazendo emergir tensões amorosas, familiares e sociais que podem influenciar perspectivas e projetos. Sob esse aspecto, é importante que ações pedagógicas realizadas no ambiente escolar pautem-se em ampliar o acesso a informações e orientações sistematizadas, colaborando na elaboração de projetos e identificação de meios para torná-los concretos.

Weller (2014, p. 141), discutindo tais questões, assevera não existir “receitas prontas para a atuação da escola junto aos jovens na construção de projetos de longo prazo. Mas, um olhar mais atento às biografias desses jovens e às demandas que são trazidas para a escola” é essencial, pois em geral os projetos envolvem a ideia de sucesso ou fracasso na vida:

Tipo a gente que precisa estudar para o Enem, eu mesmo faço cursinho. Daí eu tenho que estudar para a escola e no cursinho para o Enem. Aí a gente fica, tipo, pensando: Meu Deus, se a gente não passar esse ano? O que vai acontecer depois? A gente fica em casa, sem conseguir ter passado na faculdade. Não vai mais para a escola, vai ficar só em casa. (Pausa). Aquela coisa né, a gente fica aflito (aluno do período matutino, abril de 2017).

Tal preocupação estende o debate para outro ângulo. Estamos falando de jovens que residem no sertão do estado de Alagoas, numa cidade distante da capital (Maceió), cujas oportunidades de trabalho permeiam as atividades laborais de agricultura, comércio ou

3 As entrevistas que compuseram este artigo estão transcritas na dissertação de Silva (2018), disponível no repositório institucional da UFS: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9205>>.

4 (Aluno do período vespertino, abril de 2017).

nas instâncias públicas, a saber: a prefeitura, com baixos salários e jornadas exaustivas, nas quais seus familiares, sobretudo os pais, estão envolvidos. Logo, a conclusão do ensino médio e a continuidade dos estudos, por meio do ingresso no nível superior ou profissionalizante, representam o rompimento desse ciclo e a possibilidade, mesmo que incerta, de alçar voos mais altos, em especial para longe do sertão. Podemos afirmar que os projetos de vida já não são os mesmos fomentados pela teoria clássica de ruralidade, cujos mais novos herdaram a responsabilidade em assumir o ofício da família. Compartilhando as premissas de Carneiro (2005), os(as) jovens rurais identificam a escolarização como mecanismo elementar para a superação de seu respectivo *status* social, sendo, em muitas situações, a alternativa mais segura e disponível para a melhoria de vida da própria família:

A gente tem o grande desejo de poder se estabelecer na vida, de também poder ajudar os nossos pais, mas a gente fica, tipo, com esse medo de não conseguir chegar onde a gente quer né e acabar se atrapalhando no caminho. (Aluno do período vespertino, abril de 2017).

Os depoimentos supracitados, carregados de emoções e medos, levam a refletir sobre o peso da responsabilidade em assegurar um futuro de sucesso para si mesmo e, ao mesmo tempo, oferecer aos pais estabilidade e segurança, especialmente na velhice. Desse modo, o último ano do ensino médio se configura, para muitos desses jovens, como um processo angustiante, já que as incertezas do porvir estão latentes e deles dependem outros sujeitos. Além desse agravante, as entrevistas reverberaram os entraves que permeiam a juventude e podem pôr em xeque os planos que estão sendo traçados. Os entraves citados pelos(as) jovens consistem na maternidade e paternidade precoce, o namoro e o desempenho de atividades laborais em paralelo aos estudos, reduzindo o horário de aprendizagem e a impossibilidade de ingressar na universidade na primeira tentativa.

Paralelamente aos riscos, os(as) jovens indicaram suas táticas para não desviar a atenção dos estudos. A principal tática consistiu em abrir mão dos momentos de descontração, assim exposto por um integrante da entrevista do período matutino, ao relatar sobre sua participação mínima no coro da igreja católica devido à sobrecarga de trabalhos escolares:

[...] tipo, eu que participo muito de ensaios, aí depois que eu comecei a fazer o cursinho eu já não pude participar dos ensaios, porque tive que dá prioridade ao curso. Eu queria, mas sabia que não podia ir lá, entendeu? Tinha que tá no cursinho (Aluno do período matutino, abril de 2017).

A narrativa acima permite observar que entre a escola e a universidade há, segundo Teixeira (2011, p. 29), uma longa travessia, sinuosa e desafiadora, a qual se estabelece muito antes da entrada no ensino médio, “se inscreve em toda a trajetória socioeducacional que o antecede, ainda que o ensino médio seja identificado, em geral, como a antessala do vestibular, estágio crucial para o ingresso na universidade”. Enquanto antessala

do ensino superior, os(as) jovens do turno vespertino entrevistados se recordaram de amigos(as) tragados(as) por situações adversas, interrompendo a travessia do ensino médio. Algumas jovens haviam interrompido os estudos ou transferido seu horário de frequência à escola para o turno noturno devido às obrigações da maternidade. Quando não existia a possibilidade de deixar os filhos aos cuidados dos pais, avós ou terceiros, as jovens os levavam à sala de aula, fato observado na aplicação do questionário.

Por outro lado, os dados obtidos no questionário estruturado demonstram que, apesar dos desafios entre a vida pessoal e o ritmo escolar, a maioria dos envolvidos na pesquisa era do sexo feminino, como indicamos anteriormente (52,6%). Esse dado nos aproxima das ponderações de Alves e Dayrell (2005), ao asseverarem que as mulheres, em especial aquelas oriundas dos espaços rurais, não desejam reproduzir os caminhos de seus familiares.

No trilhar das proposições, fica evidente a relação entre as experiências singulares dos(as) jovens e a mobilização para a escolarização, pois estes se inclinam a aprender aquilo que de alguma forma lhes desperta um significado para a vida. Segundo Charlot (2000, p. 64), “o valor e o sentido do saber nascem das relações induzidas e supostas por sua apropriação. [...] um saber só tem sentido e valor por referência às relações que supõe e produz com o mundo, consigo e com os outros”. Concomitantemente, é oportuno considerar que as relações que atribuem sentidos aos saberes estão inscritas numa relação de tempos que não se esgotam, porém se entrecruzam. Conforme Charlot (2000, p. 79), “esse tempo não é homogêneo, é ritmado por momentos significativos, por ocasiões, por rupturas; é o tempo da aventura humana, a da espécie, a do indivíduo”. Sendo assim, não se deve esquecer que os modos como os(as) jovens se tornam alunos(as) distinguem-se por suas biografias e carregam marcas de seus lugares. Em outras palavras, não há como universalizar o percurso escolar.

Nessa vertente, é interessante que os ambientes educacionais mostrem-se comprometidos em discutir junto aos jovens os mecanismos de exclusão social que inibem os projetos de vida, uma vez que o acesso aos bens culturais não se apresenta em parâmetros de igualdade em nossa sociedade. Leão et al. (2011, p. 1083) comentam que “além deles se verem privados [...] do acesso às condições materiais de vivenciarem a sua condição juvenil, defrontam-se com a desigualdade no acesso aos recursos para lidar com esta nova semântica do futuro, dificultando-lhes a elaboração de projetos”. Nesse jogo de forças, reconhecemos que os projetos dos(as) jovens estão inscritos numa lógica própria, porém entrecortada por outros espaços, que podem gerar mudanças em sua consolidação. Colocar os espaços e os projetos em pauta na organização pedagógica é considerar as vozes juvenis ecoadas entre os corredores da escola.

No decorrer das entrevistas, os(as) alunos(as) retomaram a necessidade de situações de descontração na escola, a fim de amenizar as cobranças que fazem a eles mesmos, as cobranças da instituição e principalmente as expectativas dos pais. Propuseram a música como alternativa, pois oportuniza diálogos grupais sobre os estilos musicais prediletos, compartilham novos ritmos, cantam e dançam juntos, fomentando uma maior aproximação e até mesmo abertura ao desconhecido:

É só dever, dever toda hora... Acho que seria legal se a gente, tipo, na hora do lanche, como tem em outras escolas, por exemplo, que lá no pátio onde ficam eles tem caixas de som espalhadas onde eles podem ouvir na hora do intervalo, acho que seria muito melhor pra gente, né... Porque a gente vive nessa pressão de tipo, é intervalo, mas eu já tô pensando no que vou fazer na próxima aula, eu tenho que fazer trabalho, atividade que é muito constante e provas. E, tipo, se tivesse na hora do intervalo, nossa hora mais descontraída de encontrar aqueles amigos que estudam em outras salas, se tivesse um pouco de música lá... Pelo menos uma caixinha! (Aluno do período matutino, abril de 2017).

Diante da fala acima, nos parece oportuno retomar a reflexão de Dayrell (2001, p. 139) ao pronunciar não ser “coerente que o processo de ensino/aprendizagem ocorra numa homogeneidade de ritmos, estratégias e propostas educativas para todos”, reduzindo as diferenças sociais a problemas de ordem cognitiva, tampouco negando a viabilidade de conciliar as responsabilidades escolares com momentos de descontração na mesma. O desafio da escola residiria em transcender a reprodução de conteúdo, buscando vínculos entre a vida e o tempo na escola.

Enfim, “já estamos no 3º ano do Ensino Médio, agora vai ou vai, não tem essa de ficar em dúvida”, (Aluno do período vespertino, abril de 2017), enseja a realidade descrita neste artigo, circunscrita de tensões e vontades. Os projetos juvenis não estão fadados à herança familiar ou condição de classe, mas estão vinculados às experiências vividas em diferentes contextos de sociabilidade, entre eles o espaço escolar, com suas culturas, dinâmicas, interações, normas e regras. Sendo este o ambiente máximo para potencializar os sonhos, mediar os desafios e revelar os(as) jovens existentes nos alunos(as).

Considerações finais

É possível considerar que as percepções dos(as) jovens sobre as estruturas objetivas rompem com a concepção homogênea acerca dos sertanejos enquanto sujeitos flagelados pela seca e distantes do progresso amplamente difundido na sociedade. Pelo contrário, os(as) participantes da pesquisa revelaram sua complexidade, sendo desejosos por formações profissionais distintas e qualidade de vida.

De maneira geral os(as) jovens possuem uma imagem positiva da escola, mas não desqualificam os infortúnios perpassados no processo de escolarização, sendo diferentes os modos como vivenciam os desafios. Para alguns, o maior obstáculo é transpor as dificuldades em relacionar trabalho e estudos, outros, em relacionar estudos e filhos, tendo, por fim, os(as) jovens cuja concentração de energia está em serem reconhecidos pelos professores diante sua devoção à conclusão do ensino médio.

Chegar ao final da educação básica em nada se configura como uma situação natural para os(as) jovens sertanejos de Alagoas. Os percalços supracitados, dentre outros observados ao longo de nossa estadia na escola, como a dificuldade de transporte do povoado até a cidade na intenção de ir à escola, comprovam as resistências e

enfrentamentos na continuidade dos estudos. Finalizá-los com ingresso na universidade ou no mercado de trabalho numa boa posição trata-se da superação de obstáculos, de uma vitória individual, familiar e até mesmo do grupo social marginalizado. Os projetos de vida, portanto, tomam dimensões maiores que a mudança no extrato econômico, repercute uma trajetória de luta no campo biográfico dos sujeitos.

Também, mergulhados em suas diferenças, os(as) jovens não perderam de vista os limites da escola em propor momentos de descontração para suavizar a tarefa dos estudos e a elaboração de projeções para vida. No respectivo contexto, eles e elas indicaram que a escola pode propor atividades culturais e de orientação para reduzir as aflições que assolam o ensino médio. Em outras palavras, é indispensável perceber os(as) jovens em sua totalidade, uma vez que, ao cruzarem os portões da escola para assumir a condição de aluno(a), carregam consigo suas expectativas, angústias e modos próprios de subjetivação do mundo.

Por fim, esperamos com este trabalho a colaboração na ampliação dos contextos sociogeográficos e temáticas de pesquisas referentes às juventudes, bem como colocar em causa as pragmáticas concepções de que as trajetórias escolares e os projetos de vida dos jovens sertanejos estão definidos pelo destino de classe ou por suas origens locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v.4, n. 2, p. 375-390, 2005.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CARNEIRO, M. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Estudos, sociedade e agricultura**, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-261.

CASTRO, E. G. de et al.. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, I. E. de. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 103-133.

_____. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

LEÃO, G.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, 2011.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SILVA, I. C. O. da. **Juventudes e expressividades musicais no espaço escolar do Alto Sertão de Alagoas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, 2018.

TEXEIRA, A. M. F. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: SAMPAIO, S. M. R. **Observatórios da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

WELLER, W. Jovens no ensino médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, J. T.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Org.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogos**, 2014. p. 135-154.

RESUMO

O artigo problematiza os projetos de vida e a relação com a escola de jovens alunos do 3º ano do ensino médio do sertão de Alagoas, cidade Delmiro Gouveia. Tratam-se de resultados parciais da dissertação de mestrado desenvolvida numa perspectiva quali-quantitativa, por meio de questionário estruturado envolvendo 116 jovens, entrevista coletiva com nove alunos(as) e observações da rotina escolar. Refletimos sobre a importância dos projetos de vida para a mudança social dos(as) jovens, num cenário em que o contexto da seca, frequentemente explorado pelas mídias, invisibiliza outros aspectos igualmente relevantes, a saber, a escolarização, os sonhos, a luta por dias melhores. Os desafios que permeiam esses projetos emergem nas falas dos(as) alunos(as), indicando os aspectos subjetivos e estruturais que se entrecruzam constantemente. Ser alguém na vida e colaborar com o sustento da família de origem foram dois eixos comuns aos depoimentos dos(as) jovens que estão no último ano do ensino médio.

Palavras-chave:

ensino médio, juventude, jovens, projetos de vida.

School and Life Projects: what young people from Alagoas outback say

ABSTRACT

The article discusses life projects and the relationship with the school of young students of the 3rd year of high school, in the interior of the Alagoas backwoods, Delmiro Gouveia city. These are partial results of the master's dissertation developed in a qualitative and quantitative perspective, through a structured questionnaire involving 116 young people, a collective interview with 9 students and observations of the school routine. We reflect the importance of life projects for the social change of young people, in a scenario in which the context of drought, often explored by the media, obscures other equally relevant aspects, such as schooling, dreams, the fight for better days. The challenges that permeate these projects emerge in the students' statements, indicating the subjective and structural aspects that constantly intersect. Being someone in life and contributing to the support of their families were two common axes to the testimonies of young people who are in their last year of high school.

Keywords:

high school, youth, young people, life projects.

DATA DE RECEBIMENTO: 08/09/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 01/12/2019



Isabel Cristina Oliveira da Silva

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil. Membro do grupo de pesquisa “Juventudes, Culturas e Formação” (CEDU/UFAL).

E-mail: belcrysos@hotmail.com



Ana Maria Freitas Teixeira

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Paris 8-França. Professora associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (UFRB/CECULT), Brasil.

E-mail: anabrteixeira@hotmail.com



IMAGEM: PxHere

Olhares e representações da infância no cinema

ENTREVISTA DE *Fabiana de Amorim Marcello* COM *Camilo Bácares Jara*

**Fabiana de Amorim
Marcello**

Boa tarde, Camilo. Quero te pedir, por gentileza, para que tu fales um pouco da tua formação, da tua trajetória em cinema, em cinema e educação, em cinema e infância. E também, é claro, sobre o teu livro *La infancia en el cine colombiano: miradas, presencias y representaciones*¹. Quero que tu fales um pouco sobre como foi o trabalho de elaboração do teu livro.

Camilo Bácares Jara

Eu fui parar no cinema por acaso, em Lima, em 2012, quando eu estava estudando com o Alejandro Cussiánovich, pois nessa época eu morava a duas ruas de uma cinemateca. Às vezes, eu até faltava o trabalho para ver filmes, e foi vendo filmes que eu comecei a dar conta de que neles apareciam muitas crianças. Sempre apareciam crianças no cinema. Eu nunca tinha percebido isso. Aí surgiu então uma pergunta sociológica que era: por que tem crianças no cinema? É uma pergunta muito simples, muito básica, mas que é muito complexa de se responder. E também: o que acontece quando se encontram a categoria *cinema* e a categoria *infância*? Acontecem mil coisas, que em geral não foram escritas, não foram trabalhadas, e isso me chamava muito a atenção. Principalmente em relação ao olhar. Por isso, no livro, o capítulo que eu mais gosto é o primeiro, porque quando se dá o encontro entre o cinema e a infância, surgem de imediato discursos de controle desse olhar. Para mim, isso era fascinante: encontrar uma quantidade de científicidades, de correntes científicas que acreditavam que ver cinema era perigoso para a criança porque podia deixar ela cega, segundo o discurso médico, podia provocar alterações, gerar crises nervosas etc.; ou segundo o discurso teológico, com as encíclicas papais, se acreditava que o cinema poderia converter a criança em um sujeito sem moralidade. Além disso, era muito interessante também descobrir o que acontecia sociologicamente quando as crianças iam, em massa, sozinhas ao cinema (pensemos nos anos 1910, 1920): nesse momento, se rompia a categoria moderna que temos sobre infância.

Essa categoria moderna sobre a infância se baseia em duas coisas, fundamentalmente: espaços diferenciados, onde só existem crianças, e, por outro lado, uma relação tutelar com o adulto. Então, quando, por exemplo, as crianças que são trabalhadoras, que têm o seu próprio salário, o seu próprio dinheiro, começam a ir às salas de cinema, se dá a ruptura. Porque a criança ia sozinha ao cinema. Ela não precisava do adulto para ir e, ao assistir ao cinema, terminava coabitando com os adultos. E isso era bastante interessante, por isso se dava a discussão de “o cinema é perigoso, é amoral, a criança não deve entrar” que produziam e continuam produzindo diferentes científicidades. E eu imagino que, no Brasil, elas também devem ser vistas através da regulamentação das idades, isto é, pela classificação do olhar para entrar no cinema. Isto é, esses discursos que dizem que existem filmes aptos para pessoas a partir dos oito anos de idade, a partir dos doze, filmes a partir daí para o público todo etc. Isso é uma coisa muito, muito relativa e, além disso, fundada num discurso meramente desenvolvimentista.

¹ *A infância no cinema colombiano: olhares, presenças e representações* (tradução livre).

Mas voltando à questão do cinema, eu acho que isto é uma coisa infinita, principalmente por algo que é maravilhoso: todos os movimentos cinematográficos se fundam na infância. Isso é algo que em geral foi pouco investigado. Isto é, não pode haver neorealismo sem crianças. Seria totalmente impossível pensar um filme como *Ladrões de bicicleta* (1948) sem crianças, *Vítimas da tormenta* (1946) sem crianças, *Paisà* (1946) sem crianças. Seria impossível pensar em Truffaut e a Nouvelle Vague sem essa criança maravilhosa que é Antoine em *Os incompreendidos* (1959). E isso acontece com um monte de correntes cinematográficas.

**Fabiana de Amorim
Marcello**

Tu extraís do Jorge Larrosa uma discussão sobre a gestualidade da infância no cinema. E aí eu pergunto: como que tu percebes a diferença entre uma gestualidade da infância que lhe seria singular, se os filmes são feitos e pensados por adultos? As crianças ali são dirigidas pelos adultos. Que gestualidade é essa? Como a gente pensa em uma singularidade e em uma gestualidade da infância, quando ela é produzida imagetivamente por adultos?

Camilo Bácares Jara

Essa é uma pergunta muito complexa. Porque acontece a mesma coisa no campo das Ciências Sociais. Nós estamos pesquisando a infância, mas, no fim das contas, nós mesmos é que definimos as conclusões sobre a infância. Isso é um debate tão difícil que, se levarmos, por exemplo, para o cenário editorial, eu te pergunto: quantas revistas com artigos acadêmicos você conhece nas quais os autores são crianças? As próprias revistas acadêmicas não permitem isso, apesar de a criança ser a fonte para nos aproximarmos de um determinado fenômeno ou chegar a uma conclusão x ou y sobre algo relativo à infância. No campo do cinema é igual, e é difícilíssimo, porque uma das coisas mais importantes que se produzem nesse encontro é que, no cinema, também se reproduz o adultocentrismo. E é algo que os próprios criadores não pensam ou não veem. Isto é, quando eu falo de adultocentrismo, me refiro à centralidade do adulto no relato, na configuração, na execução e na direção desse relato.

Apesar de existir um poder imperante do adulto, ocorre algo que por sua vez é muito interessante: me refiro ao conflito geracional entre crianças e adultos nesses processos cinematográficos. É como quando o diretor diz “a criança tem que me obedecer, porque eu estou dizendo que ela tem que fazer aquilo, tem que ter esta gestualidade”, e a criança produz outra coisa. Aí tem uma forma de resistência nesse processo cinematográfico. O que eu quero dizer é que, apesar de ser um cinema adultocêntrico, isto não quer dizer que o cinema não tenha incorporado a criança na sua narração de uma forma verídica, escutando a criança, falando com a criança, enfim, levando em conta a criança. Um exemplo disso é *La vendedora de rosas* (1998), de Víctor Gaviria. Não estou dizendo que o filme não seja dele, mas de certa forma é um filme das crianças que estão nessa narração, na medida em que elas é que elaboram todos os diálogos, contando histórias, contando anedotas, e o que ele faz é organizar isso, e construir uma espécie de sequência, uma espécie de história. Em que medida o Gaviria se impõe? Sim, possivelmente através da câmera. Mas em que medida as crianças se impõem? Totalmente. Através da execução do relato, da veracidade do relato. É muito importante levar isso em conta. Isso acontece também quando existem coisas que não são de adultos nem de crianças, mas que estão numa

fronteira. Eu penso, por exemplo, no filme *A maçã* (1998), de Samira Makhmalbaf, feito quando ela tinha dezoito anos. Como lê-la a partir de uma infância claramente jurídica? Ela é uma criança, uma adolescente, é uma jovem – porque aparece outra categoria sociológica também – ou é uma adulta, porque atingiu a maioria no ocidente, que é de dezoito anos? Talvez não no mundo árabe de onde ela vem. E esse filme que ela filma com dezoito anos, há quanto tempo ela estava pensando nele? Como estava desenvolvendo ele? Acontece a mesma coisa com a irmã dela quando faz *E Buda desabou de vergonha* (2007), com dezenove anos. Ou o que faz Xavier Dolan, o canadense, que no seu primeiro longametrage, *Eu matei minha mãe* (2009), tinha vinte anos.

Frente a isso da gestualidade, o que acontece é que, no domínio cinematográfico, na minha opinião, a narração do adulto está muito mediada pela autobiografia. E a autobiografia é um dos eixos fundamentais de configuração da categoria *infância*. Este tipo de cinema é muito anedótico, é um cinema baseado na memória individual. É o que a gente vê em filmes como *Cinema paradiso* (1988), de Giuseppe Tornatore, ou no mais recente *Roma* (2018), de Alfonso Cuarón. Este último, no fim das contas, se baseia na memória de Cuarón quando era criança, não tanto para falar de si mesmo, mas para falar da empregada doméstica, mas é a memória da sua infância que guia esse relato.

Tem outra coisa que também é fundamental, que são os adultos. Quando eles fazem esse processo de elaboração de uma narração, é difícil evitar as representações oficiais que eles mesmos têm sobre a infância, e isso é uma coisa que eu acho que, em geral, eles não se dão conta. Quando eu estava fazendo entrevistas com diretores, eles não se davam conta de que eles têm uma ideia, ou de que eles têm saberes cristalizados em torno do que é uma criança e de como ela deve se comportar. Assim, aparecem essas representações oficiais sobre infância que, claro, determinam o olhar, por isso existem muitos filmes dirigidos por adultos que determinam uma gestualidade que é fingida, que é falsa. Basicamente, é falsa, porque estão cerceando a criança, estão obrigando-a a ser um anjo, a ser inocente, cândida, pura. E isso é muito difícil, porque todas as infâncias são diferentes segundo o contexto de onde vêm. Ou a ser simplesmente – e isso também acontece muito neste cinema adulto – um simples recurso narrativo. E, quando isso acontece, aparece o paternalismo ou o tutelarismo aplicado ao cinema. A criança não pode estar sozinha porque é perigoso, até na tela, tem que ter um adulto acompanhando, é uma categoria muito velha, mas que continua presente até hoje. Por exemplo, em *O garoto* (1921), de Chaplin. O filme se chama “O garoto”, mas o garoto não é o protagonista. O protagonista é Chaplin e como cuida dele, como o protege. É uma tradição que você pode encontrar até hoje em inúmeros filmes: *A voz do coração* (2004), *Herói por acaso* (2001), até em um filme do qual eu gosto muito, como *Central do Brasil* (1998), de Walter Salles, onde a criança não pode estar sozinha, porque não é a protagonista, a protagonista é esta senhora, que estava escrevendo na estação, nessa velha profissão de escrever cartas.

Esta replicação das ideias oficiais sobre a infância aplicadas no cinema também acontece em fenômenos muito específicos, por exemplo, na infância vinculada à

guerra. A criança na guerra sempre é vulnerável, sempre é vítima, ou, ao contrário, é mostrada como sádica, como violenta por natureza. Mas, nesse processo cinematográfico dominado pelo adulto, o adulto não é capaz de pensar que a criança, por exemplo, pode ter militância política. Essas coisas não são apresentadas. Apesar de que, em alguns casos, existem resistências que são muito interessantes, porque apesar de existir um domínio adulto, o cinema é tão mágico que consegue enganar os adultos quando estão dirigindo e sai outra coisa. É o que acontece, por exemplo, quando você está vendo um filme de Clint Eastwood: você sabe que ele é uma pessoa muito conservadora, muito de direita, mas ele é enganado pelo próprio cinema. Quando ele faz os próprios filmes, existe outro Clint Eastwood que fala. Isso também acontece quando vemos o cinema e a infância.

Paul Vandromme escreveu um livro nos anos 60 que se chama *Los niños en la pantalla*², e ele dizia que o cinema feito sobre a guerra e as crianças, até 1950, era um cinema que não mostrava as crianças como vítimas, era um cinema onde as crianças apareciam fascinadas pela guerra, e isso é outra coisa totalmente diferente. Esses diretores tiveram outra visão porque os paradigmas sobre infância da época eram diferentes. O paradigma de agora é que a criança é vítima. Se você pegar os filmes mais recentes, você vai ver. Claro, também tem filmes que se rebelam contra essa definição. Por exemplo, você se lembra de *Império do sol* (1987), de Steven Spielberg, no qual Christian Bale é uma criança que, apesar de tudo que ele passou, de viver a invasão japonesa sobre a China, de estar num campo de concentração, a única coisa pela qual se interessa são os aviões e os pilotos. Mas não é porque seja um sujeito inocente, e sim porque está lendo a guerra sob outro código, que não é o código dos adultos. É totalmente diferente. Tem outro filme que se chama *A feiticeira da guerra* (2012), de Kim Nguyen, que é fantástico para continuar falando disso, porque nesse filme vemos uma menina combatente numa guerra africana, ou seja, todo o contrário do que sempre nos mostrou o cinema e os livros a partir de uma perspectiva masculina. E essa menina tem uma forma de resistência impressionante para encarar a guerra, apesar de ter que matar os pais, apesar de ter que matar o casal na guerra, de passar por umas coisas terríveis. Ela acredita que é uma bruxa, porque os outros disseram para ela que ela é uma bruxa e, a partir disso, ela aproveita essa identidade para deixar de ser só uma vítima, se convertendo em uma menina com agência, com coragem, com a sua própria interpretação e ação diante da guerra que ela está vivendo.

Eu diria, por último, uma coisa que também chama muito a atenção: apesar de existir um cinema feito e decidido por adultos, nele mesmo se faz presente a alteridade da infância para resistir a esse mandato. E essa alteridade da infância é inalcançável, não se pode tomar, não se pode pegar. No cinema, existem formas de resistência, há alteridades que não conseguimos compreender, quando as crianças enfrentam essa centralidade do adulto no relato. Um exemplo é o filme *Gente de bem* (2015), de Franco

2 Título original *Le cinéma et l'enfance*, tradução livre 'O cinema e a infância'.

Lolli. Para mim, Franco Lolli é o futuro do cinema da Colômbia porque ele entende que sem infância não existe cinema. Nesse filme, no roteiro, o menino protagonista, um ator natural, tinha que chorar dez vezes, onze vezes, não sei quantas, não lembro. No filme, no fim das contas, ele chora uma vez. Porque ele sempre resistiu à ordem do diretor de que ele tinha de chorar. Não porque ele achasse que soasse falso no relato cinematográfico, talvez ele não se importasse com isso, não sei. Mas o que estava presente ali era uma resistência a esse mandato, a essa centralidade do adulto dizendo “é o meu filme”. Aí aparece, talvez, essa gestualidade sobre a qual você me perguntava. Há pouquíssimos diretores que levaram em conta isso que o Truffaut dizia, que só é possível fazer filmes de crianças falando e escutando as crianças, porque senão tudo vai ser fingido, falso, espúrio, não vai ser real.

**Fabiana de Amorim
Marcello**

É incrível como a gente pode pensar essas questões ligadas à infância e ao cinema, e essa verdade que é a própria da infância, que ninguém tira dela e que ninguém dá para ela porque justamente é ela quem produz. A gente pode pensar isso até para fazer pesquisas com crianças. Não é a mesma coisa, mas é muito semelhante o processo. Por mais que o adulto queira algo, a garantia de que esse algo que ele quer vai acontecer como ele quer é pequena e quase nula. Eu fiquei muito surpresa, confesso, quando li no teu livro, se eu entendi bem, porque tu afirmas que existe uma produção ainda escassa de trabalhos que operam sobre a infância e o cinema hoje. E eu pergunto isso porque, de 15 anos para cá, essa produção aumentou muito no Brasil. Sobretudo nos últimos 10 anos, a produção sobre cinema e educação se ampliou significativamente. O que para nós é muito importante. Eu acho que isso serve muito para poder pensar a própria educação e o que a gente quer com a educação. Quando a educação se coloca para analisar o cinema, tem questões muito singulares ali postas. Como tu dizes, assim: a criança que está na guerra no cinema, em linhas gerais tem uma mesma forma, ela é vítima etc. A criança escolarizada no cinema também, ela é muito parecida. Ela é uma criança oprimida. Ela é uma criança que a escola tolhe do que ela é, enfim. Tudo isso para colocar essa questão que tem a ver com a produção sobre cinema, a produção de pesquisa e bibliografia. Então, eu gostaria que tu falasses um pouco sobre essa ausência, essa lacuna e, sobretudo, na tua opinião, o que se perde com essa ausência?

Camilo Bácares Jara

Essa é uma pergunta muito importante. Eu concordo contigo que tem muita coisa nos últimos 15 anos, mas sobre a relação entre cinema e educação. E sim, aí está inserida a infância. O que não é necessariamente igual à relação entre cinema e infância. No campo do Brasil, sobre cinema e educação, eu realmente não conheço muito, e quando eu estava procurando na *internet*, também não encontrava, o que é muito curioso, porque quando me disseram que você ia me entrevistar, eu te procurei e encontrei a sua tese, e fiquei fascinado porque eu não a conhecia. É o velho problema das dificuldades das redes de reconhecimento na América Latina. O que eu conhecia mais é o fenômeno da Argentina, principalmente pela Inés Dussel, que trabalhou muito isso. Eu me lembro da tese da María Silvia Serra, que virou um livro, na qual ela faz toda uma pesquisa sobre a relação entre cinema e educação na Argentina. Mas esses avanços não implicam necessariamente que tivesse uma linha de perguntas

consolidada em torno da relação entre o cinema e a infância, que era o que eu não encontrava. Sem que eu me propusesse, porque, lembra quando eu te disse que, quando esta pesquisa surge, ela nasce de uma contingência, de um acaso, que era ver filmes em Lima e ver que as crianças apareciam aos montes nos filmes, sem eu saber, além disso, nada de cinema? Isso também foi complicado: eu tive de aprender sobre cinema, saber sobre história do cinema, sobre convenções cinematográficas, sobre teoria das imagens etc. Mas eu diria que esta ausência não é só colombiana, é latino-americana. Eu me arriscaria a dizer isso.

Eu acho que essa ausência se dá por várias questões, por vários fenômenos. O primeiro é o que eu chamo de “reiteração de infâncias”, e a crise epistêmica em torno dessa reiteração de infâncias. Isto parece mais ou menos complicado, mas o que eu trato de dizer é que há alguns temas hegemônicos no campo acadêmico e institucional que ofuscam outras infâncias. O que acontece é que essas infâncias, quando se posicionam, se posicionam com marcos metodológicos e com marcos epistêmicos para serem analisadas em si mesmas e de uma maneira fechada. Um exemplo bem simples é o trabalho das crianças. Nas universidades, parece que, em monografias de fim de curso e em teses de pós-graduação, desde o início já se tem a conclusão quando se estuda o trabalho infantil. Porque se parte de que o trabalho é nocivo e prejudica a criança. O que essas pesquisas querem fazer, durante todo o seu percurso, é confirmar a hipótese de que o trabalho é prejudicial para a saúde física e mental da criança, sem se perguntar de onde vêm essas epistemes, quem as criou, o quanto isso tem a ver com a Organização Internacional do Trabalho na promoção dessa ideia, se existem outros contra-discursos que podem te dizer: “não, através do trabalho também é possível desenvolver capacidades pedagógicas, sociais, é possível gerar resiliência etc.”. Então, em primeiro lugar, está isto do posicionamento de umas infâncias hegemônicas que continuam sendo estudadas, mas com as mesmas variáveis. Esta é uma entrada que não se pode perder de vista.

Em segundo lugar, tem um elemento central que é o logocentrismo, e é acreditar que o conhecimento se produz, se organiza, se sintetiza, se reproduz somente por meio da escritura. O que não está escrito não é conhecimento. As imagens sofrem uma enorme discriminação porque não são consideradas fonte de saber. Não são consideradas fonte em si mesmas, são limitadas a ser ilustração. Portanto, não são iguais, nem apresentam o mesmo status. É preciso lembrar que as imagens, quando começam a ser utilizadas, se utilizavam para os chamados “bobos”, os “idiotas”, os que não podiam chegar ao conhecimento que estava nas letras. Por isso, a bíblia, por exemplo, começa a ter tantas imagens, para cativar a atenção e tratar de explicar para quem não podia ler. Não sei se acontece com você quando dá aula, quando você decide passar um filme, o estudante recebe isso como entretenimento, como se o professor não tivesse preparado a aula, porque considera que o filme, que é feito de imagens, não é um material de pesquisa. No campo sociológico do qual eu venho, isso foi também a premissa e o normal, pois são muito poucos os sociólogos que trabalharam com imagens.

Este logocentrismo conseguiu que acontecesse algo muito louco nos estudos sobre infância ao qual pertencemos, e é que esquecemos que até esta conversa não seria possível sem que Phillipe Ariès tivesse escrito *História social da criança e da família*, um livro que está baseado em imagens, a fonte são imagens, e parece que todos nós, que pesquisamos infância, esquecemos disso. Apesar das críticas que podem ser feitas a Ariès, em relação a como ele interpretou as imagens, nosso campo de estudo nasce metodologicamente da análise das imagens.

Outra coisa que fomentou este esquecimento, esta lacuna, é que os estudos sobre cinema também têm um predomínio de temas que impedem ver outros fundamentos cinematográficos. Por exemplo, aqui na Colômbia, está muito na moda o estudo de públicos. É como pensar em qual cinema existia em Porto Alegre nos anos '20, que tipo de filme passava e que tipo de público assistia. O curioso é que se você for ver esses estudos sobre públicos, quem os fez não vê a infância. É uma coisa totalmente ilógica, quando pensamos em todos os discursos destinados a proibir o olhar das crianças. Aqui vem uma coisa fundamental: eu tenho uma tese elaborada a partir disso, e é a de que não pode existir cinema sem infância ou infâncias. Eu estou totalmente convencido disso. No meu livro, está muito presente que todos os movimentos de ruptura, que rompem com todo o cinema anterior à segunda guerra mundial, se fundam na infância, e isto continua acontecendo, inclusive Hollywood está fazendo isso. Se você olhar os últimos diretores independentes, considerando o âmbito dos Oscar, podemos encontrar *Indomável sonhadora* (2012), *Projeto Flórida* (2017), *Boyhood* (2014), *Amor bandido* (2012) etc.

E tem outra parte da pergunta que é: o que se perde? Eu acho que, para os estudos de infância, o cinema oferece uma oportunidade metodológica maior, imensa para estudar a infância. No meu modo de ver, o cinema é uma fonte de saber, é um dado. Ao dizer que o cinema é um dado ou um vestígio, o que proponho é que, por meio deste relato acerca da sociedade, pode se falar sobre as infâncias num momento sócio-histórico determinado. Isto é, sobre a experiência de ser criança em um momento histórico concreto, mas também sobre os discursos, os saberes e as representações que determinam essa experiência de ser criança. Mas, obviamente, não podemos ser ingênuos, o cinema como dado, como vestígio, como qualquer fonte necessita de um contraste com outras fontes, necessita de uma discussão. Não é simplesmente transpor filmes e dizer que a realidade era assim porque nos filmes acontecia isso. Isso seria cair no erro que Ariès cometeu quando fez o seu livro, que pensava, por exemplo, que quando as pessoas eram pintadas, estavam colocando a roupa do seu cotidiano, sem levar em conta que, na realidade, elas colocavam as suas melhores roupas para o ato de ser retratadas. Não só é preciso contrastar fontes, mas também desmascarar convenções que estão dentro do cinema. Tem uma coisa que me chama muito a atenção: no cinema da infância, sempre aparece como metáfora, como símbolo, os cavalos. Por quê? Não tenho a menor ideia. Teríamos que ir até o mundo clássico para ver qual é a representação do cavalo, ao longo das artes plásticas, até chegar ao cinema. Também sempre aparece o mar. Sempre as crianças e o mar, como se o mar fosse a liberdade verdadeira como metáfora. Tem um monte de coisas para analisar que estão postas aí.

Que outra coisa se perde ou que outra coisa se acrescenta, se colocarmos isso em outra linguagem? A imagem se converte em uma prova. Já não é somente uma fonte, dado e vestígio, mas aparece outra palavra, que é uma prova. Isto é uma coisa mais jurídica. Por exemplo, nos casos das crianças de rua, das crianças da miséria, das crianças da pobreza. Essas crianças se convertem em uma prova de discursos políticos que foram ineficientes. Estou falando do cinema com uma visão mais documental. Esses filmes contrapõem discursos. Aqui na Colômbia, acontece. Por exemplo, quando o presidente Lleras Restrepo, em pleno auge da Aliança para o Progresso, feita com Kennedy, afirma que, em Bogotá não existe miséria, isso pode ser contrastado com um documentário muito famoso, que se chama *Chircales* (1972), de Marta Rodríguez, uma grande documentarista que mostra como, na periferia de Bogotá, a exploração era permanente e crescia por esses anos. Isto é, que este discurso político é falso.

Queria agregar algo mais que é muito importante quanto ao que o cinema oferece para o nosso âmbito de estudo, e é que o cinema tem uma bondade única para os estudos sociais sobre infância. O cinema tem a capacidade de enganar o próprio narrador. Enganar as convenções históricas e políticas que temos hoje sobre a infância. Isso é o que você me dizia no início que, quando fazemos pesquisa com infância, ela não sai como nós tínhamos planejado no início. É a mesma coisa, tudo se modifica. O cinema tem uma forma diferente de abordar a infância, de trabalhar com a alteridade, de apresentar resultados diferentes, que habitualmente as Ciências Sociais não poderiam fazer. Vou te dar exemplos concretos de filmes: por exemplo, *Ninguém pode saber* (2004), de Koreeda. Esse filme longuíssimo, fantástico, como todo o cinema de Koreeda, que está fundado na família e na infância. Se baseia em um fato real que aconteceu nos anos 80 no Japão, em Tóquio, quando uma mãe abandonou os filhos por meses no apartamento em que viviam e eles tiveram de enfrentar esse mundo sem adultos. O que destaca é que ele, desde que teve contato com a história, pensou nela com outro olhar durante mais de dez anos. E durante esse tempo, ele dizia que a experiência dessas crianças não pôde ter sido somente traumática, não pôde ser somente negativa. Então, ele se propõe, a partir do cinema, a olhar a outra face da moeda, e assim descobre, por exemplo, que a criança não é tão vulnerável como se lê, que a criança foi capaz de sobreviver ao abandono da mãe, e que criou formas de resistência dentro da própria casa para que os vizinhos não se dessem conta de que elas estavam sendo abandonadas, apesar da morte da irmã etc. A criança, que na teoria é um sujeito de cuidado, também pode ser cuidadora, sob a visão de Koreeda.

Tem um filme do qual eu gosto muito e que também nos ajuda nisso que eu proponha, que se chama *Terra de minas* (2015), da Dinamarca. É sobre umas crianças, assim que acaba a Segunda Guerra Mundial. As crianças nazistas são enviadas para as praias da Dinamarca para retirar as minas que estão enterradas debaixo da areia. Esse filme é muito interessante para pensar a categoria da alteridade, porque aqui, a criança combatente nazista já não é representada como vitimadora, e sim como vítima. O que Zandvliet, o diretor, faz é mostrar algo que não tinha interessado nem

aos historiadores dinamarqueses: que, no final da guerra, obrigaram as crianças que tinham sido as últimas recrutadas pela resistência nazista contra os aliados e contra os soviéticos a praticamente morrer retirando, sem nenhum preparo, as minas antipessoal que as forças de Hitler tinham enterrado nas costas da Dinamarca. Estamos falando de cinquenta mil, oitenta mil crianças e jovens que morreram retirando minas nas praias da Dinamarca. Assim, temos outra entrada totalmente diferente que foi possível graças ao cinema, pois o diretor, na sua pesquisa, descobre que os historiadores não estavam nem um pouco, ou nada, interessados no assunto ou em publicar algo sobre o assunto.

Definitivamente, eu diria que as possibilidades do cinema para os estudos das infâncias são infinitas e inesgotáveis. De fato, eu não leio o livro que eu escrevi como um livro definitivo. Existem milhões de passos para dar, e que outros pesquisadores têm de dar.

**Fabiana de Amorim
Marcello**

O incrível é poder pensar a infância como o próprio sintoma da cultura, como uma lente de aumento histórico-político-social do que acontece e do que aconteceu, como tu dizes, em termos de vestígio de nós mesmos. Mas também pensar em termos de abertura, de rompimento, nada do que é previsto e nada do que é pensável. Pensar o quanto trabalhar com infância e cinema tem relação com esses dois elementos. Tu mencionaste o filme *Ninguém pode saber*, esse filme japonês coloca a criança em uma outra posição. Obviamente, que não é pensar a criança do Ocidente e do Oriente em uma oposição. Não é isso. Mas será que o Ocidente não tem uma forma mais conformada, em grande medida, de pensar infância do que outras produções? As iranianas, as coreanas, as japonesas, têm uma forma muito particular de narrar infância, muito diferente das nossas ocidentais. Eu me pergunto sobre isso, sobre algo que eu consigo reconhecer como infância, eu, do Ocidente, reconheço aquilo como infância, não é algo completamente incompreensível para mim, então é alguma coisa que me aproxima. Mas, ao mesmo tempo, não é a mesma coisa. Eu não sei se isso faz sentido para você e se você concorda.

Camilo Bácares Jara

Sim, sim, faz sentido. Para responder isso, eu deveria ir à questão metodológica, a como foi configurado o livro. A minha intenção era não repetir o que eu critico nos estudos sobre infância, que é impor categorias aos fenômenos de estudo. Eu não queria fazer isso, neste caso concreto, eu não tinha crianças históricas diante de mim, porque as crianças com as quais eu trabalhei eram crianças cinematográficas. Mas eu também não queria impor categorias para essas infâncias que estavam nas telas. Por exemplo, falar de direitos, eu não queria nada disso. O que eu fiz foi, vendo cinema, decidir e esperar que as categorias aparecessem. Por isso, o livro se chama *La infancia en el cine colombiano: miradas, presencias y representaciones*. Aparece a categoria do olhar porque eu me dou conta de que as crianças me ensinam a olhar e que as crianças nos olham através dos filmes, ou que as crianças estão olhando sempre fenômenos e que nos convidam também a olhar esses fenômenos. Um exemplo muito simples de como elas nos ensinam a olhar, ou de como se controla o seu olhar, nos dá o filme *Adeus, meninos* (1987), de Malle. Nele, os padres mostram filmes para as crianças, eles decidem que filmes as crianças devem e podem ver.

Acontece a mesma coisa no meu filme favorito: em *Vítimas da tormenta* (1946), de De Sica. Foi graças a isso que eu tive a ideia de trabalhar com a noção do olhar. Ou também quando em *Machuca* (2004), Gonzalo, o menino burguês vai vendo como se transforma a sua realidade. Ele não diz nada, mas é através dele que vemos como a sua família é uma família em crise, que tem uma moralidade opaca, apesar de ser uma moralidade burguesa, de família nuclear e de mentiras.

Vendo cinema, também aparece para mim a categoria da presença, que se baseia em uma pergunta: o quanto aparece a criança no cinema? De forma real, de forma arquetípica, de forma idílica. A última é a da representação. Eu estou um pouco cansado dessa categoria de representação social, mas foi muito interessante porque eu descobri que, no cinema, como em todo processo artístico, antes de existir uma representação social, existe uma representação artística, existe um código artístico, uma fórmula narrativa.

Quando eu estava trabalhando no olhar, vi muito neorrealismo e vi muito *nuevo cine* espanhol. Nesses filmes, para mim, as crianças são testemunhas. Aí aparece outra categoria sociológica que é fantástica. Com isso, estão trabalhando muito, por exemplo, no Chile: a criança como testemunha da ditadura através das cartas e diários que escreveram durante essa época. No caso pontual do cinema, a criança serve como testemunhante porque foi testemunha de algo. Tem um filme chamado *A culpa dos pais* (1944), de Vittorio De Sica, o mesmo de *Vítimas da tormenta* (1946) e *Ladrões de bicicleta* (1948). Em *A culpa dos pais*, tem um menino que testemunha, que sempre vê, apesar de que tratam de esconder dele, como a mãe mente para ele, ele sempre olha tudo e ele sempre é testemunha de tudo. É o que acontece em *Ladrões de bicicleta*, quando Bruno vê o pai roubando, pai que ele considerava honrado, e que continua considerando, porque também entende a situação de opressão em que eles vivem. Igualmente, no *nuevo cine* espanhol, eu vi muito cinema onde as crianças olhavam as mentiras dos adultos: *Cría cuervos* (1976), de Carlos Saura, *Segredos do coração* (1997), de Montxo Armendáriz, até *A língua das mariposas* (1999), de Cuerda, onde, por exemplo, não se pode falar da morte para a criança. A morte é um tema tabu, mas a morte está lá o tempo todo, e elas vão descobrindo, vão reconhecendo. É algo que também acontece em um filme francês belíssimo que se chama *Brinquedo proibido* (1952), de René Clément. Esse filme, inclusive, foi vetado em 1952, não o permitiram em Cannes e alguém escreveu que *Brinquedo proibido* deveria ser proibido porque mostrava a infância em relação com a morte.

Dito isso, se voltarmos para esta ideia que eu propunha da criança como testemunha do mundo, isso supõe que o seu olhar não pode ser negado, pois ele próprio tem conteúdo e mensagens. A criança, ao ter todo esse conhecimento, nos transmite ele através da tela. Isso, para mim, era fundamental e, nesse ato de olhar, as crianças nos repreendem, nos discutem como adultos. E nos lembram de que somos autoritários, que mentimos, que controlamos, que impomos coisas, que existe uma relação conflitiva que se enquadra, que se esconde no discurso romântico rousseauiano. Mas eu acho, justamente, que também tem algo contrário ao que você pergunta. Eu acho que isso não é o que acontece normalmente, o que predomina é o cinema idílico,

que esconde o olhar da criança, ou que o enquadra em uma convenção ou em uma fórmula que não é problemática para nós, como adultos ou como espectadores. Isto é, se vemos os filmes clássicos onde a criança, por exemplo, era apresentada como *child star* – a criança estrela – aí não tem nenhum problema nem reclamação para o mundo adulto. Essencialmente, porque não é a mesma coisa dizer que a criança é vulnerável, como ela é apresentada em todo o cinema idílico, onde normalmente tem que ter um adulto que cuide e a proteja, que diz que ela é vulnerabilizada e que existe uma relação social onde tem outro que violenta a criança; isso é totalmente diferente em relação a outro cinema mais próximo da realidade. Justamente assim ocorre, por exemplo, no neorealismo, na *nouvelle vague*, no *nuevo cine* espanhol, no *free cinema* inglês, em algo do *nuevo cine* latino-americano. Além disso, em cada uma destas correntes, estão presentes umas formas concretas e históricas de considerar e de olhar a criança, as quais apostam numa visão da infância que se funda na diversidade, no reconhecimento de muitas maneiras de viver a experiência de ser criança. O neorealismo, neste caso, o que nos oferece é a possibilidade de compreender como a Europa, entre outras coisas, se reconstruiu a partir da infância trabalhadora e da atuação das crianças, em suma, como as crianças foram atores chave para essa reconstrução. Essa é uma forma de ler o que há nesses filmes.

O cinema iraniano, por exemplo, é um cinema que tem a capacidade que os outros cinemas não tiveram para mostrar os problemas das crianças. Não estou dizendo que os problemas das crianças sejam problemas infantis, isto é, sem importância. De fato, são problemas reais e determinantes para elas. E são evidentemente complexos, porque, por exemplo, se não recuperarem os sapatos, vão apanhar, vão ser castigados como acontece no filme de Majidi, *Filhos do paraíso* (1997). Ou o professor vai castigar se não levarem o dever de casa, como no filme de Kiarostami, *Onde fica a casa do meu amigo?* (1987). Ou simplesmente não vão ter onde dormir nem poder estar com a mãe, como em *Los niños del fin del mundo*³ (2004), de Meshkini, no qual as crianças querem cometer um crime para poder estar na prisão com a mãe e acompanhá-la. Então, aí tem um cinema que está muito interessado nisso: em ver as problemáticas das crianças a partir das crianças, a partir dos seus próprios universos.

Além disso, a criança no relato cinematográfico recrimina o adulto. Tem um filme do Koreeda que se chama *Depois da tempestade* (2016), que é o filme dele do qual mais gosto. Neste filme, o menino sabe tudo o que acontece, não é nenhum bobo, ele entende que o pai é um fracassado, mas ainda assim o ama, sem que isto queira dizer que ele seja passivo e que não nos exponha essa situação. Por outro lado, também é importante dizer que existem narrativas e temáticas que estão se perdendo. Teríamos que voltar a olhar para trás, para o que foi feito anteriormente por cinematografias como a latino-americana para voltar a começar a pensar a infância. Existem casos memoráveis. Antecedentes que são de revisão obrigatória. Eu gosto muito e recomendo o grupo Chaski do Peru, eles fizeram três filmes – dois

3 Título original *Sag-haye velgard*, *Stray dogs* em inglês, *Vira-latas* (tradução livre).

longa-metragens e um curta-metragem – fundamentais para a infância dos anos 80, um que se chama *Gregorio* (1984), outro que se chama *Juliana* (1989) e um terceiro intitulado *Encuentro de homrecitos*⁴ (1987). Eu acho que estas três obras são chaves para entender o fenômeno na América Latina da criança trabalhadora. Tem que resgatar *Rio, 40 graus* (1955), tem que resgatar o cinema novo brasileiro, *Crónica de un niño solo*⁵ (1965), de Leonardo Favio, na Argentina. O que acontece é que, na América Latina, esses filmes não são tão orgânicos, não estão associados a movimentos, são de diretores isolados ou de experiências cinematográficas que não estão associadas a uma organicidade. Mas aí sim há formas diferentes de olhar. Aqui, na Colômbia, o que predomina é a figura tutelar, a figura da criança inocente, a figura da criança que precisa de cuidados. Até no campo da guerra, a criança é reduzida a um inútil, a uma vítima inerte.

**Fabiana de Amorim
Marcello**

Acho que a gente pode pensar um pouco sobre isso, que a ideia não é a gente categorizar, muito menos definir de maneira tão definitiva o que é o cinema, e o que é a criança no cinema aqui ou ali. Quando eu olho cinema brasileiro, eu vejo que se cruzam ali uma visão de infância com uma questão histórica posta pelo País, e pela própria história do cinema no País. *Rio 40 Graus*, por exemplo, é uma junção disso. Ele é uma junção de uma questão histórica brasileira, que se perguntava sobre seus centros urbanos, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo. Mas também da própria história do cinema brasileiro, que é distinto da argentina, da chilena, da colombiana, da venezuelana, enfim. Nosso cinema diz sobre o nosso País também, ainda que diga sobre uma infância que não é só nossa, isso é óbvio. Mas diz um pouco sobre a nossa história e sobre o que significa para nós aquela imagem. Então, te pergunto um pouco sobre o cinema colombiano. Como a imagem da criança que povoa essa tela diz sobre a história do país, enfim, de vocês, de memória, de história, de política, de social?

Camilo Bácares Jara

Sobre isso, ocorre algo curioso, e é que o cinema, apesar de ser revolucionário nas suas maneiras de contar e abordar a infância, ao mesmo tempo, é muito conservador e muito apegado aos cânones da infância, às maneiras tradicionais de pensar a infância. Acho que isso é o eixo de tudo o que viemos conversando. Isso é lógico, pois o cinema está inscrito no mundo social e, portanto, reproduz ideias oficiais que governam esse mundo. Um exemplo é a criança vinculada com a política, que é uma criança que não aparece no cinema colombiano, pois obviamente é uma criança que extrapola os cânones. É impossível falar de uma criança política e reivindicativa no cinema colombiano. Ainda mais, quando se pensa na relação que existe entre infância e política. Pensemos na Greta Thunberg para esclarecer esta relação. É muito interessante analisar que, quando os adultos a atacam, fazem isso a partir de uma questão de gênero porque é uma menina, mas também devido a que é uma menina a partir de uma questão de infantilidade, de pertencer ao mundo da infância. Por isso, se escutam discursos como “você ainda não é adulta, tem muito para conhecer,

4 *Encontro de homenzinhos* (tradução livre).

5 *Crônica de um menino só* (tradução livre)

ainda não tem experiência, falta muita bagagem”, que é o que acontece muito, por outro lado, com o fenômeno das crianças trabalhadoras quando são criticadas por exigirem seus direitos. Os adultos dizem para essas mesmas crianças que são trabalhadoras que elas não se dão conta de que estão violando os seus direitos. E o que respondem as crianças trabalhadoras é uma coisa como “é através do trabalho que eu tenho a oportunidade de garantir os meus direitos, porque nem o Estado nem a família garantem”.

Ponho estes exemplos para voltar para esta noção de que o cinema está na permanente disjunção de tratar de fazer rupturas ou de permanecer neste enquadramento oficial, conservador, que impede o cinema e a infância de produzirem outras formas de ler a história oficial. Por isso, é muito difícil ver a criança dentro dessa história, porque, na maioria dos casos, a criança que aparece no cinema colombiano é uma criança anódina ou uma simulação; em resumo, uma criança que não questiona os cânones. Isso é o mais triste que eu encontrei. Tem um exemplo de um curta-metragem que fez um diretor nos anos 60 que era sobre uma criança indígena, que ia em uma balsa sobre uma lagoa para falar de um desastre ambiental. Estava financiado por uma empresa de seguros. O diretor, que já morreu, se chamava Manuel Busquets, e diante da necessidade de encontrar uma criança indígena, ele disse: “faz pouco tempo que eu fiz um curta-metragem com uma criança *gamín*” (*gamín* é como chamam as crianças de rua). Para ele, a criança *gamín* e a criança indígena eram a mesma coisa, porque afinal eles têm, em teoria, uma cor de pele similar, os dois são pobres e, portanto, ninguém vai perceber quando fizermos essa troca. Então, por um lado, temos um cinema com uma criança inútil, mas por outro lado, um cinema com uma criança falsa. E ao ser falsa, é muito difícil que ela se inscreva dentro da história como um sujeito de narração que pode nos guiar, que pode nos contar algo. Obviamente, o que poderia acontecer é que, por trás dessa criança, na construção dessa criança por parte do diretor, seja possível pensar e refletir: por que se pensou assim a infância no país em um momento determinado? Mas, em termos de presença, no cinema colombiano, a criança foi um recurso narrativo e muito mais um material utilizado como uma evidência para a crítica do sistema político.

Cabe dizer que, na época em que aparece todo o cinema novo brasileiro e o *nuevo cine* argentino, da escola de Santa Fé, na Colômbia se desenvolveu uma coisa que se chama o cinema político marginal, que trata, através de documentários, de fazer uma crítica ao capitalismo. E a criança aparece muito, mas eles não estão interessados na criança. Eles têm interesse na criança como evidência para mostrar como o sistema é tão terrível que faz milhares de crianças morrerem de fome por ano.

Outra coisa é a criança como recurso narrativo, isto é, sem criança não existe pai, sem criança não existe mãe, e sem criança não existe família nuclear. Por isso, são tão comuns os títulos de filmes “o pai de”, “o filho de”. No cinema colombiano, também aconteceu isso. Até que se dá uma ruptura com um cinema mais recente, que chega a partir de 1998, muito tardiamente, com *La vendedora de rosas*, de Víctor Gaviria, que mostra essa criança que ninguém quer ver, que é a criança que nos repreende, que nos incomoda, que escapa daquilo que é classificado como normal. Mas aqui tem

um sujeito concreto, nós sabemos que está aí, sabemos que nós não transformamos de nenhum jeito a realidade para essa criança continuar existindo ou continuar sendo considerada sociologicamente. Mas tem um detalhe com essas crianças que começam a aparecer, é que são crianças muito homogêneas, muito parecidas. Não sei qual é o sotaque predominante no cinema brasileiro, se é o do Rio, se é o de São Paulo, o de Porto Alegre. Eu pergunto isso porque, na Colômbia, do ponto de vista cinematográfico, não sabemos como falam as crianças do sul do país, nem quem elas são. Existe uma falência e uma dívida regional. No momento, num olhar desgarrado do cinema, não aparecem as infâncias de todo o país. Coisa que é compreensível, pois isso também não acontece nas próprias pesquisas dos estudos sobre infância feitos na Colômbia.

Claramente, existem cinemas diferentes e existem cinemas que apostam na ruptura dessa questão do enclausuramento do olhar, e o que eles fazem é nos dar lentes para podermos ver coisas que normalmente nós não vemos. Eu penso muito numa metáfora do Humberto Maturana que diz que, às vezes, somos como os cavalos que usam antolhos, e normalmente estamos assim, olhando de uma forma determinada. Eu me pergunto o que aconteceria se tirássemos os antolhos e pudéssemos ver outras coisas? Esse é o desafio de ampliar e favorecer o olhar. Há um cinema que nos interpela, que nos obriga a olhar para outras direções e para outros fenômenos, que nos mostra os dois lados da moeda, que explora outras realidades que nos incomodam, realidades que escapam das margens. E sobre isso, eu acho que, para poder continuar pensando e estudando a infância, necessitamos de muito material, de muitas coordenadas, muitas formas de tirarmos os antolhos. E o cinema é uma delas, para poder vermos a infância para além do que já foi estabelecido.

Fabiana de Amorim Marcello Camilo, foi tudo muito bom. Eu te agradeço imensamente pela tua paciência em me responder com tanto cuidado todas as perguntas.

Camilo Bácares Jara Muito obrigado, Fabiana!

RESUMO Nesta entrevista, são apresentadas reflexões sobre a relação entre infância e cinema, tema ainda pouco pesquisado na América Latina. Discute-se que, apesar de existir um cinema feito e decidido por adultos, nele mesmo é possível identificar uma presença própria da infância que resiste às determinações. Para além das representações da infância em filmes, a entrevista aborda outros aspectos da relação entre a infância e o cinema, tais como, as tensões geracionais entre crianças e adultos no processo cinematográfico, marcado pelo adultocentrismo e a tutela, e o lugar de “testemunhas do mundo” que faz da infância um eixo que estrutura muitas narrativas cinematográficas. Destaca-se ainda que as possibilidades do cinema para os estudos das infâncias são infinitas e inesgotáveis, uma vez que este se constitui em um recurso potente para o estudo dos discursos e práticas fundantes e reprodutoras da infância.

Palavras-chave: cinema, infância, imagem, representação.

Outlooks and representations of childhood in motion pictures

ABSTRACT

This interview presents reflections on the relationship between childhood and motion pictures, a theme that is still rarely researched in Latin America. It is discussed that, even though movies are made and decided by adults, it is possible to identify a presence of childhood in these same pictures that resist adult determinations. Beyond the representation of childhood in movies, the interview touches upon other aspects of the relationship between childhood and motion pictures, such as the generational tensions between children and adults in the movie making process, marked by adultcentrism and tutelage, and the positioning of children as “witnesses of the world”, which makes childhood a structural axis for many cinematographical narratives. It is also highlighted that motion pictures present infinite possibilities for the study of childhoods, since it is a potent resource for the study of discourses and practices that found and reproduce childhood.

Keywords: motion pictures, childhood, image, representation.

DATA DE RECEBIMENTO: 07/10/19

DATA DE APROVAÇÃO: 23/12/19



Camilo Bácares Jara

Sociólogo pela Universidad Externado de Colombia. Mestre em Política Social com menção em Promoção da Infância pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru. Doutorando em Educação pela Universidad del País Vasco, Espanha.

E-mail: comalarulfo@hotmail.com



Fabiana de Amorim Marcello

Professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, onde atua também no Programa de Pós-Graduação em Educação. Com mestrado e doutorado em Educação (e doutorado-sanduiche na Paris III, na área de cinema), suas pesquisas, já há mais de dez anos, vêm assumindo como temáticas centrais as problemáticas da imagem e da infância.

E-mail: famarcello@gmail.com

Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos. Organizado por Veriana Colaço, Idilva Germano, Luciana Lobo Miranda, João Paulo Barros.

RESENHA POR

Ângela de Alencar Araripe Pinheiro

Juventudes em Caleidoscópio: Uma coletânea bonita de se ler¹



Admirável espírito dos moços,
a vida te pertence. Os alvoroços,
as iras e entusiasmos que cultivas
são as rosas do tempo, inquietas, vivas.
Erra e procura e sofre e indaga e ama,
que nas cinzas do amor perdura a flama.

As Rosas do Tempo
– Carlos Drummond de Andrade

1 Faço uma aproximação entre as expressões “bonita de se ler” e “bonito para chover”. Essa última, no Ceará, meu Estado natal, assume significação de tempo extremamente promissor. De acordo com a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), havia, em outubro de 2016, mais de 1.000 estabelecimentos vinculados à educação ocupados por estudantes no País: escolas e institutos federais (995) e campi universitários (73) encabeçavam a lista. O Paraná concentrava o maior número de ocupações. O Movimento protestava contra a então PEC 241, referente ao limite de gastos públicos (EC 95), e a Medida Provisória 746, concernente à denominada reforma do ensino médio (www.agenciabrasil.ebc.com.br – consulta em 07.08.19).

Temos em mão uma coletânea, talvez a publicação no Brasil a reunir o maior número de textos sobre a temática das juventudes contemporâneas, a constituir um caleidoscópio, como os próprios organizadores a denominam. Estes trazem essa metáfora na orelha e na Apresentação.

É por demais oportuna a denominação de caleidoscópio, uma vez que as quase infindáveis combinações possíveis desse instrumento parecem corresponder às quase incontáveis interrogações e instigações contidas na coletânea, a partir da leitura de cada texto, de seus entrelaçamentos e das articulações entre os olhares em movimento sobre juventudes.

Os responsáveis pela publicação – UFC e REDEJUBRA – evidenciam a profícua associação que vem se consolidando entre instâncias de ensino, pesquisa, extensão e ação política, concretizadas no mundo acadêmico – acentuadamente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFESs) – com a REDEJUBRA – Rede Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Juventude, criada por ocasião do VII Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira – VII JUBRA. O conteúdo da coletânea em resenha constitui-se frutífero desdobramento do VII Simpósio. Na tessitura entre Instituições de Ensino Superior (IESs), movimentos sociais, distintos campos de saber, formações e experiências, de abordagens contextuais voltadas para as micro e macro realidades, a partir de tudo isso, se alicerça o conteúdo do livro em análise. A obra consiste em uma bela amostragem do que fazem laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa, programas e projetos de extensão, presença na cena pública, com seus integrantes como partícipes da elaboração, monitoramento e controle social de pautas públicas relacionadas a infâncias, adolescências e juventudes do País.

Os organizadores da publicação – Veriana Colaço, Idilva Germano, Luciana Lobo e João Paulo Barros – são Professores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, instituição pública que sediou o VII JUBRA, na cidade de Fortaleza, em agosto de 2017.

Na Apresentação, seus organizadores incluem breve resumo da história dos JUBRAS e, ao sintetizarem como foi a sua sétima edição, permitem-nos perceber a ideia de continuidade do Simpósio e sua não linearidade, incluindo um denso resumo da construção e realização coletivas do VII JUBRA – definição do tema geral – *Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos* – que dá título à coletânea; organização das equipes locais; tomadas de decisão; programação; participantes, parcerias, apoios; e os doze eixos temáticos, em torno dos quais o Simpósio foi delineado, a saber: relações étnico-raciais; violência e conflito; territórios de resistência no campo e na cidade; tempo livre, esporte e lazer; saúde e consumo de drogas; movimentos sociais; gênero e sexualidade; arte e cultura; espiritualidade e religiosidade; educação; trabalho; e consumo de novas mídias. Esses doze eixos temáticos permitem-nos perceber a abrangência e a intensidade presentes no decorrer do VII JUBRA, a pulsar e impulsionar debates, escutas, trocas, vivências.

Para seus organizadores, a coletânea tem como propósito, a partir da seleção de textos de convidados do VII JUBRA, “compartilhar seus estudos, experiências e reflexões

sobre juventudes no País, no espírito de estender o debate para outros públicos”. Têm, outrossim, o cuidado de situar os leitores no contexto sócio-político-brasileiro em que se realizou o Simpósio, bem como os motivos para a utilização que fazem do termo JuventudeS, no plural.

Os organizadores incluem em seu texto, ademais, observações analíticas sobre o contexto brasileiro pós VII JUBRA, apontando para sua complexidade e “resvalos” na vida social, particularmente de jovens e de juventudes, e nas Políticas Públicas que devem se voltar para eles e elas – em toda a sua diversidade.

É expressivo o número de autoras e autores dos textos de *Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos*, representativos do que vem sendo pensado, refletido e concretizado sobre e com sujeitos jovens no País, quer no âmbito acadêmico, quer nos movimentos sociais e em instituições com práticas para eles voltadas. Revelam-nos como jovens e juventudes pensam, sentem, vivem, sobrevivem, se sociabilizam, se objetivam e se subjetivam, têm seus direitos constantemente violados e, indignamente, são exterminados.

Legitimados por sua apresentação em simpósio internacional e chancelados por avaliação do Conselho Científico, os textos contemplam o tema geral e os doze eixos temáticos, estando distribuídos nas três partes dessa coletânea:

- 1ª Parte: Juventudes na Teoria: Concepções e Desafios – são três capítulos com teorizações sobre juventudes;
- 2ª Parte: Interseccionalidade, Violência contra jovens e Ameaças à Saúde e Bem Estar Juvenis – Tema Central da segunda parte: “a violência e suas derivações, provocando vulnerabilidades e processos de exclusão social” – composta por dez capítulos;
- 3ª Parte – Educação, Cultura e Tecnologia: modos de viver e formas de participação política juvenis – igualmente formada por dez capítulos.

Ao anúncio de cada parte e de seu propósito, seguem sumários de cada capítulo que as compõem, o que permite à leitora, ao leitor, acessá-los e escolher aqueles escritos que possam mobilizar o seu interesse, ao considerar tamanha diversidade de temas. De igual modo, os organizadores incluem sinopse do Prefácio e do Posfácio.

A Professora e Pesquisadora Jaileila Menezes (UFPE) assina o Prefácio, tomando como chão histórico episódios de repercussão nacional e internacional, ocorridos após o VII JUBRA: a execução da Vereadora Marielle Franco (cidade do Rio de Janeiro) e do motorista Anderson Pedro Gomes, em pleno exercício do mandato parlamentar, que ecoava demandas e pautas concernentes a direitos humanos. Jaileila enfatiza a necessidade de não se deixar esquecer “para que assim possamos nos deixar afetar e mobilizar nossos levantes”, e relaciona a vida e a morte de Marielle à produção de conhecimentos com a juventude brasileira, particularmente a pobre e negra, contra a qual a violência se manifesta mais agravadamente. Traz instigantes reflexões sobre

a relação entre ausência de políticas públicas para as juventudes e o despedaçar de seus sonhos. Aponta, outrossim, desafios para o trabalho com as juventudes, alvo de reflexões de textos da coletânea, “em dimensões territoriais físicas e virtuais”, a nos revelar “novas sociabilidades e modalidades de participação política”. Por fim, o Prefácio traz ventos de convocação e reânimo à agência criativa, em distintas concretizações a significar reinvenções e resistência popular.

O Posfácio é produção autoral de Ana Júlia Pires Ribeiro, jovem estudante, encarnação, no Brasil, das lutas (juvenis) em defesa da educação pública, no âmbito do ensino médio e superior. Com vivência concreta no movimento OCUPA ESCOLAS 2016², Ana Júlia constrói um texto testemunhal e reflexivo, que porta uma tensão fundante, ao afirmar que “perde-se muito tempo tentando desvendar o espírito dessa galera [juventude] sem ao menos perguntar-lhe diretamente o que é ser jovem”. Traz a pujança dos movimentos sociais e a disposição das juventudes – por Ana Júlia concebidos como sujeitos construtores de decisão –, disposição eivada de diversificados sentimentos para a luta, em conjunção com os trabalhadores e trabalhadoras, como resistência às barbáries que temos vivenciado no atual governo federal.

Quero retomar a ideia da coletânea como caleidoscópio, sua íntima relação com movimentos e as combinações que deles resultam, a produzir imagens coloridas, com diversificadas formas que, a cada nova movimentação, assumem distintas imagens. Em contextos sociais como os nossos e, particularmente, os que envolvem juventudes, que estão em constante transformação, há que dirigirmos o olhar e a ausculta com a maior acuidade e constância possíveis, para ampliar a sua compreensão. Tal qual se dá com os conteúdos de *Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos*, há que combinarmos ideias, ângulos diversos, com relação a temáticas, realidades, estudos empíricos e teóricos, autores e sujeitos sociais, advindos do mundo universitário e de movimentos, para conteúdos de distintos campos de saber e de vivências. Tudo isso nos requer olhares aguçados às recorrências, singularidades e sutilezas, que podem passar despercebidas a quem produz e consome discursos aligeirados, que circulam sobre juventudes país afora. Tal qual as peças do caleidoscópio, as juventudes longe estão de constituir um padrão único. Daí a denominação “juventudes”, no plural, em suas inúmeras concretizações e complexidades, no tempo, no espaço, nas sociabilidades e nos modos de ser e estar no mundo.

Os conteúdos de *Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos* constituem consistentes subsídios para adensar reflexões e emprestar solidez ao cotidiano de movimentos sociais, instâncias acadêmicas, comunidades urbanas e rurais, instituições do Poder Público, Organizações não Governamentais (ONGs) e territórios diversificados,

2 De acordo com a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), havia, em outubro de 2016, mais de 1.000 estabelecimentos vinculados à educação ocupados por estudantes no País: escolas e institutos federais (995) e campi universitários (73) encabeçavam a lista. O Paraná concentrava o maior número de ocupações. O Movimento protestava contra a então PEC 241, referente ao limite de gastos públicos (EC 95), e a Medida Provisória 746, concernente à denominada reforma do ensino médio (www.agenciabrasil.etc.com.br – consulta em 07.08.19).

no trato das juventudes no Brasil. Traz, além disso, contribuições profundas para a desconstrução de preconceitos, estereótipos e rótulos entranhados no tecido social em relação a jovens e juventudes, e para a construção de visões e práticas críticas e emancipatórias com e sobre eles.

Quero ressaltar, ainda, que é possível sentir intensidades e tensões entre tantos pontos de vista, autores e autoras, contextos e temas, no âmago dessa coletânea. Tensão imprescindível à tessitura reflexiva e à interpelação das realidades, tarefa fundamental para nós, que buscamos, com os nossos saberes e sensibilidades, contribuir para a (re) invenção de um mundo socialmente justo, solidário, fraterno e feliz.

Fica uma sugestão para os leitores da coletânea e para estudiosos e estudiosas, bem como para executoras e executores de práticas com juventudes no País: que sejam entrecruzados os temas abordados também com o controle social de políticas e orçamentos públicos, basilares para a consecução das primeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos. Organizado por Veriana Colaço, Idilva Germano, Luciana Lobo Miranda, João Paulo Barros. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. 556p.

Palavras-chave: juventudes, teorização, violência, vulnerabilidade, participação política juvenil, cultura.

DATA DE RECEBIMENTO: 07/07/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 10/12/2019

Ângela de Alencar Araripe Pinheiro

Doutora em Sociologia, Professora da Universidade Federal do Ceará UFC, Brasil. Integrante do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC/UFC) e do Movimento Cada Vida Importa (MCVI).

E-mail: a3pinheiro@gmail.com

Infancia / Dictadura. Testigos y actores (1973-1990), de Patricia Castillo-Gallardo.

RESENHA POR

Camilo Bácares Jara

“Como alguém pode fazer isso?” Lembranças da infância na ditadura cívico-militar no Chile



Quanto sabemos sobre a configuração das infâncias durante as ditaduras militares que devastaram América Latina na segunda metade do século XX? O que conhecemos dos seus efeitos específicos nas crianças e adolescentes? Como eles percebiam essas épocas e como as encararam? O que pensavam da violência que se fazia cotidiana, permanente, estrutural? Através de que a capturaram, a registraram, a imprimiram para a posteridade?

Certamente, o conhecimento e as pesquisas interessadas em dar luz sobre esses interrogantes são escassas, quase nulas e quando existem, são repetitivas da postura da vitimização das crianças e adolescentes. Por exemplo, para a comissão da verdade do Paraguai se conhece que os torturadores do regime de Stroessner recorriam à tortura de filhos, frente aos pais, que eram acusados de serem inimigos da institucionalidade para quebrá-los (Comisión Verdad y Justicia, 2008). De fato, a reflexão e os estudos da memória

sobre as infâncias surgidas nas ditaduras, das formas e expressões que adotaram nesses contextos, são pouco conhecidas na América Latina. Naturalmente, no continente já existem alguns antecedentes e o que poderia ser um caminho aberto por um número reduzido de pesquisadores que recorrendo à retrospectiva oral deram pistas, entre muitas coisas, sobre a cotidianidade da infância nos anos da ditadura argentina (Llobet, 2015a, 2015b, 2016), sobre a vivência da violência política na Colômbia dos anos cinquenta e sessenta (Cárdenas, 2018; Pachón Castrillón, 2016; Uribe Alarcón, 2015), ou sobre as vicissitudes que passaram as crianças e adolescentes filhos de guerrilheiros no Uruguai (Vescovi, 1997).

Mesmo assim, as pesquisas centradas em reconhecer a presença e a experiência das crianças e adolescentes nos totalitarismos, sem o recurso metodológico de lembrar a partir da idade adulta, teriam poucas manifestações. Os jornais e cartas resgatados por Casal (2017) e Sosenski (2015) acerca de crianças e adolescentes que registraram suas impressões em referência à guerra civil espanhola e à ditadura militar argentina são um insumo importante nesta perspectiva, pouco frequente em termos históricos. Acontece que, numa espécie de síntese das produções sobre as memórias vinculadas às ditaduras – o que, por sua vez, pode se fazer o relativo às guerras –, o comum num primeiro momento foi que se publicaram os textos relatados pelos perpetradores para serem vistos como heróis ou para limpar sua imagem por seus crimes (Noel Moral, 1989; Pinochet Ugarte, 1990; Somoza Debayle, 1980), depois a das vítimas que viveram na própria carne essas violências como provam Levi (1989, 2005), Semprún (1995), Améry (1999), Gavilán (2017, 2019), Suljagic (2007); até que nos últimos anos foram aparecendo as reflexões e anotações que as próprias crianças e adolescentes escreveram nos seus diários para permitirmos conhecer suas posturas, emoções, interpretações e resistências perante à violência vivida (Filipović, 1994; Filipović, Z. e Challenger, 2007).

Justamente, é nesta última linha -produto de um longo percurso histórico-, com suas particularidades e amplitudes, onde se inscreve o livro de Patricia Castillo *Infância/Ditadura. Testemunhas e atores (1973-1990)*. Um livro, que como os bons livros não é definitivo, senão pelo contrário um insumo, uma chamada de atenção e uma inspiração para outros trabalhos, assim como, uma interpelação direta para recuperar o passado mediante as produções das crianças e adolescentes e para repensar a memória, a violência política, o autoritarismo e os enclaves ditatoriais por fora das noções hegemônicas que determinam as definições sobre as infâncias.

Podemos iniciar dizendo que este livro – que contém e problematiza diários, cartas, anotações, postais, desenhos e fotos de crianças e adolescentes exilados e presentes durante a ditadura cívico-militar de Pinochet que foram expostas no Museo de la Memoria y los Derechos Humanos em Santiago de Chile em 2016 – enfrenta várias resistências muito instaladas. Daí sua importância e sua necessária revisão, leitura e continuidade epistêmica, política, curatorial e prática.

Para começar, Castillo refuta o posicionamento de que as vozes e depoimentos que as crianças portam sejam irrelevantes e desnecessários para compreender a realidade social constituída pela violência castrense e estatal. Recorde-se que as correntes

que trabalham para universalizar as teses de que todas as crianças e adolescentes são egocêntricos, tergiversadores e fabuladores têm ganhado terreno, pelo que, suas narrativas são chamadas de imprecisas e geralmente são rejeitadas para falar de uma violência particular. O que tem acontecido quase sempre em cenários de justiça transicional diz muito ao respeito (Bácares, 2019). Mas, Castillo com empenho demonstra que as crianças e adolescentes habitam, criam e recriam as coerções e notícias que se apresentaram na ditadura, que têm uma leitura única do acontecido. Aliás, “na sua condição de testemunhas, iluminam questões particulares da experiência com a violência do Estado, assuntos aos quais não é possível chegar a partir dos relatos do mundo adulto” (Castillo Gallardo, 2019, p.23).

Por outro lado, no livro também há uma valiosa crítica à enraizada ideia de que as crianças e adolescentes são vulneráveis e vítimas sem poder sem ser mais nada, especialmente, quando vêm de famílias atingidas diretamente pela violência do estabelecimento. Geralmente, as categorias de estresse pós-traumático e a da transmissão intergeracional do trauma abandonaram essa presunção, que ignora seu funcionamento singular e como as gerações posteriores têm o arbítrio de reinterpretar, militar e viver à sua vontade a história dos seus seres queridos. De qualquer maneira, a noção de segunda geração das ditaduras tem apoiado, sem querer, esta padronização, que se for lida em forma antinômica dá como efeito a negação da presença histórica das crianças e adolescentes e das suas produções nos anos da ditadura. Portanto, no livro são tão importantes como contraprovas do anterior os depoimentos contextuais das crianças e adolescentes que naquela época viveram em primeira pessoa o regime e que anotaram em diários suas percepções, os horários do toque de recolher, as proibições que os incluíam, os conflitos cotidianos, a morte de Allende, ou suas impressões sobre um acontecimento como o bombardeio ao palácio de governo; sobre este último, Francisca Márquez, uma menina de 12 anos, nos deixa como legado a seguinte lembrança derivada do seu entorno: “Parece que o incêndio em La Moneda é imenso. Por que da minha janela dá para ver a fumaça. Papai acredita que Allende e seus ministros iniciaram o incêndio. E assim podem sair por algum túnel secreto” (Castillo Gallardo, 2019, p.41).

Outro grande logro do livro de Castillo tem a ver com a desconstrução da dicotomia: dependência independência que nos textos oficiais mapeiam à infância e a vida adulta. Curiosamente, tanto na guerra como na ditadura, esse marco tende a se quebrar e a se desconstruir. No que diz respeito do militarismo que imperou no Chile, Castillo propõe que a violência do Estado infantilizou os adultos, tirando eles muitas vezes do seu papel protetor ao estar impossibilitados de controlar o que acontecia, e que, ao mesmo tempo, as crianças e adolescentes emergiram nas relações filiais como seus cuidadores, fosse mantendo sua “ingenuidade”, calando o que se sabia, estudando, ou perguntando pouco.

A isso tudo é preciso adicionar o grande sucesso e a aposta metodológica que dá origem ao livro. Basicamente, depois de buscar nos arquivos o que pudesse estar relacionado à experiência das crianças e adolescentes na ditadura chilena e depois de fazer uma chamada pública endereçada a todos aqueles que tivessem guardado as enunciações infantis depositadas em cartões, desenhos, áudios e diários de vida, Castillo

e seus colaboradores, souberam superar com imaginação vários dilemas substanciais: o que fazer com o achado? Qual é o público ao qual destinar esses achados? Qual o valor do colhido? Qual abordagem outorgar ao material todo? Assim, o desenlace foi desacademizar a pesquisa -sem querer dizer que se desprendesse do seu rigor conceitual- no sentido de evadir a típica formatação de livro para especialistas. No final, a opção escolhida foi a de realizar uma curadoria ou uma exposição com uma vocação de “falar ao outro” (Castillo Gallardo, 2019, p.5), e nesse compromisso incorporar as produções infantis que estiveram resguardadas nos arquivos privados, a um relato histórico nacional que habilita “as palavras íntimas e anônimas em públicas e patrimoniais” (Castillo Gallardo, 2019, p.16). Além disso, como bônus, neste resgate se reafirmou recusar o relato vitimizante para que as pessoas não fossem só a se compadecer com os horrores sofridos pelas crianças e adolescentes, ao se dar a conhecer que nos 17 anos da ditadura chilena as mesmas crianças e adolescentes construíram dimensões afetivas de cuidado e integridade perante a violência estatal através de aniversários, viagens, amizades, militâncias, amores, etc.

Finalmente, este livro é recomendável porque é um texto íntimo, pessoal, sincero, um descenso e um ascenso, um peso que traz sua própria libertação. De fato, quem tem trabalhado com a violência política e infância, sabe bem que depois de percorrer esses dois fenômenos sociais a vida se torna diferente, dura, dolorosa, que num pedaço de nós como pesquisadores fica uma reivindicação por ser feita. Castillo sabe disso, e somos gratos a ela por ter evitado ocultá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMÉRY, J. **Levantar la mano contra sí mismo**: Discurso sobre la muerte voluntaria. Valencia: Editorial Pre-Textos, 1999.
- BÁCARES, C. El protagonismo de la infancia en las Comisiones de la Verdad: desafíos y retos para el posconflicto en Colombia. **Ciencia Política**, v. 14, n. 27, p. 19-46. 2019.
- CÁRDENAS, Y. **Experiencias de infancia. Niños, memorias y subjetividades (Colombia, 1930-1950)**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2018.
- CASAL, S. Diario de una infancia. Mariana. Secuencia. **Revista de historia y ciencias sociales**, n. 99, p. 185-207, sep/dic. 2017.
- CASTILLO GALLARDO, P. Infancia/Dictadura. Testigos y actores (1973-1990)**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2019.
- COMISIÓN VERDAD Y JUSTICIA. **2008**: Informe Final, Anive haguâ oiko. Las violaciones de Derechos de Algunos Grupos en Situación de Vulnerabilidad y Riesgo, (Tomo III). Disponible en: http://www.verdadyjusticia-dp.gov.py/pdf/informe_final/Tomo%203.pdf Acceso 4 dic. 2019.
- FILIPOVIĆ, Z. **Diario de Zlata**. Madrid: Editorial Aguilar, 1994.
- FILIPOVIĆ, Z; CHALLENGER, M. (Eds.). **Voces robadas**. Diarios de guerra de niños y adolescentes desde la Primera Guerra Mundial hasta Irak. Barcelona: Ariel, 2007.
- GÁVILAN, L. **Memorias de un soldado desconocido**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2017.
- GÁVILAN, L. **Carta al teniente Shogún**. Lima: Debate, 2019.

- LEVI, P. **Los hundidos y los salvados**. Barcelona: Muchnik Editores, 1989.
- LEVI, P. **Si esto es un hombre**. Barcelona: Muchnik Editores, 2005.
- LLOBET, V. “Y yo, ¿dónde estaba entonces?”. Infancia, memoria y dictadura. **Horizontes Sociológicos**, n. 3, p. 46-57. 2015a.
- LLOBET, V. ¿Y vos qué sabés si no lo viviste? Infancia y dictadura en un pueblo de provincia. **A contracorriente. A Journal on Social History and Literature in Latin America**, n. 12, p. 1-41. 2015b.
- LLOBET, V. “Eso era lo normal”. Ser niño en la dictadura: un debate sobre la subjetividad y la política. **Entramados y perspectivas. Revista de la carrera de sociología**, n. 6, p. 1-30. 2016.
- NOEL MORAL, R. **Ayacucho: testimonio de un soldado**. Lima: Publinor, 1989.
- PACHÓN CASTRILLÓN, X. En busca de los niños combatientes en la época de La Violencia en Colombia. **Actas VIII Congreso Infancia y violencia**. Escenas de un drama. Disponible en http://www.tramayfondo.com/actividades/viii-congreso/conferencias/pachon-catrillon_ninos-combatientes-epoca-violencia-colombia.pdf Acceso 4 dic. 2019.
- PINOCHET UGARTE, A. **Camino recorrido: memorias de un soldado**. Tomo I y II. Santiago de Chile: Instituto Geográfico Militar de Chile, 1990.
- SEMPRÚN, J. **La escritura o la vida**. Barcelona: Tusquets, 1995.
- SOSENSKI, S. **Diario de una niña en tiempos de guerra y exilio (1938-1994)**. De Matadepera (España) a ciudad de México. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México; Universidad Nacional de Educación a Distancia; Centro de estudios de migraciones y exilios, 2015.
- SOMOZA DEBAYLE, A. **Nicaragua traicionada**. Belmont: Western Islands, 1980.
- SULJAGIC, E. **Postales desde la tumba**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2007.
- URIBE ALARCÓN, M. V. **Hilando fino**. Voces femeninas en La violencia. Bogotá: Universidad del Rosario, 2015.
- VESCOVI, R. La mirada de los niños. Estudio sobre los hijos de los luchadores sociales en el Uruguay de los años duros. **Boletín Americanista**, n. 47, p. 233-248. 1997.

Palavras-chave: infância, ditadura, memória, autobiografia, protagonismo.

DATA DE RECEBIMENTO: 01/12/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 10/12/2019

Camilo Bácares Jara

Doutorando em educação pela Universidad del País Vasco. Mestre em Política Social com Menção em Promoção da Infância pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Califórnia - Estados Unidos. Sociólogo da Universidad Externado de Colombia.

E-mail: comalarulfo@hotmail.com

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de setembro a dezembro de 2019 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 **A escola no espelho: as representações do aluno (ISBN 978-85-228-1343-8)**
Autoras: Walcéa Barreto Alves e Mary Rangel
Editora: EdUFF, Niterói, 174 páginas.
- 2 **Cinema, infância e religiosidade na Espanha franquista (ISBN 978-85-228-1337-7)**
Autor: Antônio Moreno
Editora: EdUFF, Niterói, 136 páginas.
- 3 **Crecer en situación transcultural. Una oportunidad para las infancias (ISBN 978-84-18095-01-6)**
Autores: Marie Rose Moro e Bernard Golse
Editora: Miño y Dávila - Coedición con la Sociedad Argentina de Primera Infancia (SAPI), Buenos Aires, 120 páginas.
- 4 **Crianças e adolescentes em redes: tecnologias digitais e culturas lúdicas (ISBN 978-85-232-1936-9)**
Organizadoras: Ilka Dias Bichara, Fabrício de Souza e Bianca Becker
Editora: EDUFBA, Salvador, 229 páginas.
- 5 **Crianças em Itinerância: Histórias, Culturas e Direitos – Volume 4 (ISBN 978-85-473-3031-6)**
Autora: Verônica Regina Müller
Editora: Appris, Curitiba, 221 páginas.
- 6 **(Des)encontros na educação de jovens e adultos: identidades, políticas e práticas (ISBN 978-85-444-3923-4)**
Organizadora: Sandra Regina Sales
Editora: CRV, Curitiba, 210 páginas.
- 7 **La dimensión desconocida de la infancia. El juego en el diagnóstico (ISBN 978-987-538-655-6)**
Autor: Esteban Levin
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 224 páginas.
- 8 **La escuela, plataforma de la patria (ISBN 978-987-3805-44-8)**
Autora: Adriana Puiggrós
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 137 páginas.
- 9 **Educação de jovens e adultos: políticas, direitos, formação e emancipação social (ISBN 978-85-232-1890-4)**
Organizadoras: Tânia Regina Dantas, Maria de Lourdes da Trindade Dionísio e Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
Editora: EDUFBA, Salvador, 289 páginas.

- 10 **Educação e modo de vida das populações indígenas amazônicas (ISBN 978-85-444-3731-5)**
Organizadoras: Cláudia Cleomar Araujo Ximenes Cerqueira, Francisca Maria Galvão Picanço, Ruan da Cunha de Carvalho e Sandra Regina dos Santos Silva
Editora: CRV, Curitiba, 150 páginas.
- 11 **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura (ISBN 978-85-232-1900-0)**
Organizadora: Obdália Ferraz
Editora: EDUFBA, Salvador, 250 páginas.
- 12 **EJA, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: reflexões (im)pertinentes (ISBN 978-85-237-1298-3)**
Organizadoras: Renata Monteiro Garcia e Marluce Pereira Silva
Editora: EDUFPB, João Pessoa, 480 páginas.
- 13 **Escuchar las infancias. Alojar singularidades y restituir derechos en tiempos de arrasamientos subjetivos (ISBN 978-987-538-675-4)**
Organizador: Miguel Ángel Tollo
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 176 páginas.
- 14 **Escuelas en contexto rural. Los vínculos pedagógicos en la nueva ruralidade (ISBN 978-987-538-647-1)**
Organizadora: Carina Rattero
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 146 páginas.
- 15 **Escuela secundaria, convivencia y participación (ISBN 9789502329161)**
Organizadores: Denise Fridman, Lucía Litichever e Pedro Núñez
Editora: EUDEBA, Buenos Aires, 264 páginas.
- 16 **Escritos sobre educação [e-book] (ISBN 978-85-7061-971-6)**
Organizadores: Alexandre Cortez, João Paulo Borges da Silveira Fernandes, Mariana Parise Brandalise Dalsotto
Editora: Educs, Caxias do Sul, 151 páginas.
- 17 **Formação em educação infantil: aprendendo com as crianças sobre a docência na(s) infância(s) (ISBN 978-85-444-3707-0)**
Organizadoras: Adriana Salete Loss, Flávia Burdzinski de Souza e Gardia Vargas
Editora: CRV, Curitiba, 210 páginas.
- 18 **Há Corrupção da Educação? Relatos Daqueles que Vivem essa Realidade no Chão da Escola Pública Brasileira (ISBN 9788547336288)**
Autora: Roberta Bochi
Editora: APPRIS, Curitiba, 117 páginas.
- 19 **Infancias y adolescencias patologizadas. La clínica psicoanalítica frente al arrasamiento de la subjetividade (ISBN 978-987-538-592-4)**
Autora: Beatriz Janin
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 244 páginas.

- 20 Judicialización de las relaciones escolares. Conversaciones con Philippe Meirieu (ISBN 978-987-538-676-1)**
Organizadores: Gabriel Brener, Gustavo Galli e Marcela Martínez
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 144 páginas.
- 21 JUVENTUDES: pesquisas e campos de atuação (ISBN 978-85-444-3871-8)**
Organizadores: Albenise de Oliveira Lima, Thaís Afonso Andrade e Ubiracelma Carneiro da Cunha
Editora: CRV, Curitiba, 270 páginas.
- 22 Leyendo al estado desde el aula: Maestros, Pedagogía e Ciudadanía (ISBN 978-9972-51-761-7)**
Autoras: Mariana Eguren, Carolina de Belaunde e Natalia González
Editora: IEP, Lima, 172 páginas.
- 23 Los doctorados en educación. Tendencias y retos para la formación de investigadores (ISBN 9786123175313)**
Autores: Luis Sime Poma e Carmen Diaz Bazo
Editora: PUCP - Fondo Editorial, Lima, 320 páginas.
- 24 Ludicidade, Jogos Digitais e Gamificação na Aprendizagem (ISBN 9788584291748)**
Organizadores: Luciano Meira e Paulo Blikstein
Editora: Grupo A, Porto Alegre, 200 páginas.
- 25 Niñas y niños en la migración de Estados Unidos a México: la generación 0.5 (ISBN 978-607-628-477-3)**
Autores: Víctor Zúñiga e Silvia E. Giorguli Saucedo
Editora: El Colégio del Mexico, Cidade do México, 364 páginas.
- 26 O que você vai ser antes de crescer? – Youtubers, infância e celebridade (ISBN 978-85-232-1852-2)**
Autora: Renata Tomaz
Editora: EDUFBA, Salvador, 279 páginas.
- 27 Políticas de juventudes y participación política (978-987-722-446-7)**
Organizadores: Diego Beretta, Fernando Laredo, Pedro Núñez e Pablo A. Vommaro
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 297 páginas.
- 28 Vida de escola: uma etnografia sobre autoridade e carisma na educação (ISBN 978-85-228-1323-0)**
Autor: Bóris Maia
Editora: EdUFF, Niterói, 216 páginas.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no [site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ](#), seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza e a adequação do texto.
3. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc externos ao corpo editorial, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. Em casos de controvérsia entre os dois pareceristas, um terceiro será consultado. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
4. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
5. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
6. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
7. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
8. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pautarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real**: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.observatorio-nacional-de-los-derechos-del-niño-y-del-adolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. Citações e notas.

- As citações indiretas de autores, no corpo do texto, devem seguir a forma: Autor (data)ou (Autor, data). Exemplos:

Segundo Cordeiro (2008)...

(Lima, 1999)

(Torres; Castro, 2009)

(Castro; Correa, 2005; Cordeiro, 2008).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
 - Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, com a indicação: (Autor, ano, p.).
 - As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto.
 - As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).
9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverá ser utilizado itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos desta seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados tanto para especialistas como para o público mais amplo, e neste sentido, os/as autores/as deverão privilegiar a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de quatro mil a cinco mil e quinhentas palavras (incluindo resumo e referências).
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, o resumo, título e palavras-chave em inglês serão solicitados aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter entre duas mil a cinco mil palavras, e se enviadas também em vídeo, esse deverá ter no máximo quarenta minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
6. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, o resumo, título e palavras-chave em inglês serão solicitados aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no [site da DESIDADES](#), no [portal de revistas UFRJ](#). Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
www.desidades.ufrj.br
desidades@protonmail.com**

DESIDADES

*Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude*

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
www.desidades.ufrj.br
desidades@protonmail.com

